

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**ILLYUSHIN ZAAK SARAIVA**

IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE A PRODUÇÃO INDUSTRIAL,  
O EMPREGO E O DESEMPENHO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE LUZERNA –  
SC

RIO DE JANEIRO

2023

Illyushin Zaak Saraiva

IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE  
A PRODUÇÃO INDUSTRIAL, O EMPREGO E O  
DESEMPENHO EDUCACIONAL NO  
MUNICÍPIO DE LUZERNA – SC

Dissertação apresenta ao curso Maestria Estado,  
Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-  
Americana de Ciências Sociais como parte dos  
requisitos necessários à obtenção do título de  
Magíster em Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Prado Ferrari Manzano

RIO DE JANEIRO

2023

## Ficha Catalográfica

ZAAK SARAIVA, Illyushin.

IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE A PRODUÇÃO INDUSTRIAL, O EMPREGO E O DESEMPENHO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE LUZERNA – SC. / Illyushin Zaak Saraiva. Rio de Janeiro: FLACSO / FPA, 2023.

Quantidade de páginas: 120

Dissertação (Magíster em Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2022

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Prado Ferrari Manzano

Illyushin Zaak Saraiva

IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE  
A PRODUÇÃO INDUSTRIAL, O EMPREGO E O  
DESEMPENHO EDUCACIONAL NO  
MUNICÍPIO DE LUZERNA – SC

Dissertação apresenta ao curso Maestria Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster em Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovado em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

Prof. Dr. Marcelo Prado Ferrari Manzano  
FLACSO Brasil - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

---

Prof. Dr. Alcides Goularti Filho  
UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense

---

Profa. Dra. Eliane Salette Filippim  
UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à rica ancestralidade de todas as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros que, conformados cultural e economicamente à luta pela sobrevivência em condições, na maior parte das vezes, tão adversas, souberam adaptar-se e resistir a partir da criatividade e do empreendedorismo em busca de um sentido amoroso e digno às suas próprias vidas, extraindo materialmente o sustento de suas famílias a partir dos próprios sonhos, lutando pelos seus direitos e por transformar o mundo de todas as formas possíveis.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer às pessoas que contribuíram para a conclusão deste trabalho é gesto que para o autor se traveste de grande importância, dada a real incapacidade de concluí-lo sem o apoio solidário e fraterno de tantas e tantos amigos, parentes, professores, colegas e alunos.

Assim sendo, agradeço inicialmente e em primeira pessoa aos meus pais, Nelson e Carolina, e através deles a todos os ancestrais, responsáveis não apenas por minha existência material, mas, sobretudo, pelas notas indeléveis da tradição e da psicologia familiar tão bem consubstanciadas em minha própria motivação e forma de viver.

Aos irmãos, exemplo de esforço acadêmico e profissional, além do amor na criação dos seus filhos, dedico agradecimento especial apesar da distância de milhares de quilômetros que nos separam, Olívia, Bárbara, Austin, Paulinha, Zé Renato e Duga, obrigado a vocês meus amores pela parceria sem fim.

Aos filhos, sobrinhos e todas as criaturas maravilhosas das novas gerações a nos indicar a infinitude da própria vida (e a finitude de nossa condição terrena), muito obrigado por servirem de motivação permanente à luta e ao esforço de pesquisa científica, mesmo em tempos sombrios e nas piores condições. Pedro, Victor, Beatriz e Clarissa, obrigado!

À Morgana, minha fonte diária de carinho, amor, admiração e respeito, gratidão!

Aos colegas de trabalho, Professores e Técnicos do IFC Campus Luzerna, o agradecimento pela parceria que já soma 9 anos. Quisera eu poder vive-los novamente descobrindo o mundo da pesquisa científica e da carreira docente ao vosso lado. Obrigado.

Aos meus alunos, cuja cobrança e cujo interesse em aprender constituem uma força motriz de estímulo e motivação sem comparável, agradeço pela disposição e pela energia que sempre termina por contagiar e inspirar, transformando o docente em estudante novamente, num processo constante de aprendizado e ousadas iniciativas.

Aos colegas da turma de mestrado, meu agradecimento profundo pela parceria nos estudos, e pelas preciosas opiniões, trocas de informações e textos às vezes tão importantes. Sua luta certamente foi um grande exemplo e fonte de forças para prosseguir no curso.

Agradeço aos professores do mestrado da Flacso por todas as sugestões, pelo conhecimento e pelas orientações. Em especial, ao Professor Marcelo Manzano, meu orientador, agradeço com satisfação pela direção sábia e certa com que me conduziu nesta trajetória. Obrigado por me aceitar como seu orientando e, principalmente, por perdoar os longos lapsos sem comunicação de minha parte.

Finalmente, à maravilhosa Mãe Ayahuasca, meu eterno agradecimento por sua luz!

## RESUMO

No Brasil, diante das muitas variações na política industrial vivenciadas no país ao longo do Século XX e até o presente, sempre esteve atuante um acirrado debate econômico sobre os caminhos a serem tomados pelo Estado rumo ao aumento do dinamismo da economia nacional, existindo de um lado (1) uma defesa pela utilização dos meios internos para propiciar condições a uma indústria nacional que pudesse substituir os bens industrializados importados por produtos brasileiros, através de políticas econômicas de planejamento e, de outro lado, (2) uma defesa liberal da abertura econômica à indústria estrangeira, em paralelo à acumulação de capital fruto de exportações de commodities tradicionais do Brasil como a forma ideal para dinamizar a economia nacional. Esta dissertação, junto ao programa de *Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas* da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, tem como objetivo principal analisar a relação entre as diversas políticas públicas de fomento e o elevado desempenho industrial e educacional alcançado pelo APL, Arranjo Produtivo Local Eletrometalomecânico do Município de Luzerna-SC ao longo do Século XX. Os dados coletados e analisados têm caráter eminentemente secundário, divididos principalmente em (1) uma revisão sistemática da literatura especializada sobre as temáticas da Industrialização, do Desenvolvimento Regional e, ainda, sobre os Processos de Industrialização Brasileira, Catarinense e do Município de Luzerna, e (2) dados quantitativos disponíveis na rede mundial de computadores. Compôs-se um banco de dados com informações de caráter longitudinal acerca das diferentes políticas públicas de fomento à indústria colocadas em prática e que impactaram de forma positiva sobre as indústrias do território analisado ou que estimularam seu surgimento, desde a década de 1930, e um banco de informações socioeconômicas do município a partir não apenas de dados do IBGE, IPEA, Fapesc, CNI e outros órgãos, mas também informações quantitativas relacionadas a acesso das residências aos serviços públicos de natureza diversa, como água e esgoto, saúde pública, educação básica, entre outros, disponibilizadas sempre que possível pela Prefeitura Municipal de Luzerna. Após análise de estatística descritiva, conclui-se que as Políticas Públicas, especialmente no nível Federal, foi responsável pelo surgimento e crescimento do aglomerado de indústrias que compõem o APL analisado e, mais recentemente, políticas como o Investimento Público Total e os Repasses do FNDE têm contribuído para a manutenção deste arranjo em bases minimamente competitivas.

**Palavras-Chave:** Política Industrial, Industrialização Brasileira, Arranjos Produtivos Locais.

## RESUMEN

En Brasil, dadas las múltiples variaciones en la política industrial experimentadas en el país a lo largo del siglo XX y hasta el presente, siempre ha estado activo un feroz debate económico sobre los caminos a seguir por el Estado para aumentar el dinamismo de la economía nacional, existiendo por un lado (1) una defensa del uso de medios internos para proporcionar condiciones a una industria nacional que pudiera reemplazar bienes industrializados importados con productos brasileños, a través de políticas de planificación económica y, por otro lado, (2) una defensa liberal de la apertura económica a la industria extranjera, en paralelo con la acumulación de capital resultante de las exportaciones de productos básicos tradicionales de Brasil como la forma ideal para impulsar la economía nacional. Esta disertación, bajo la Maestría en Estado, Gobierno y Políticas Públicas de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales y la Fundación Perseu Abramo, tiene como objetivo principal analizar la relación entre las diversas políticas públicas de fomento y el alto desempeño industrial y educativo alcanzado por el *Cluster* Electro-metalmecánico del Municipio de Luzerna, en el Estado de Santa Catarina a lo largo del siglo XX. Los datos recogidos y analizados son de carácter eminentemente secundario, divididos principalmente en (1) una revisión sistemática de la literatura especializada sobre los temas de Industrialización, Desarrollo Regional y también sobre los Procesos de Industrialización en Brasil, Santa Catarina y el Municipio de Luzerna y (2) datos cuantitativos disponibles en la World Wide Web. Se compuso una base de datos con información longitudinal sobre las diferentes políticas públicas de fomento industrial que se pusieron en práctica y que impactaron positivamente en las industrias del territorio analizado o que estimularon su surgimiento, desde la década de 1930, y un banco de información socioeconómica de la municipio a partir no sólo de datos del IBGE, IPEA, Fapesc, CNI y otros órganos, sino también de información cuantitativa relacionada con el acceso de los hogares a servicios públicos de diversa índole, como agua y alcantarillado, salud pública, educación básica, entre otros, realizada disponible siempre que sea posible por la Municipalidad de Luzerna. Luego de analizar las estadísticas descriptivas, se concluye que las Políticas Públicas, especialmente a nivel Federal, fueron responsables del surgimiento y crecimiento del conglomerado de industrias que conforman el territorio analizado y, más recientemente, políticas como la Inversión Pública Total y las transferencias del Fondo Nacional de Desarrollo de la Educación a los municipios, contribuyeron a mantener este cluster sobre una base mínimamente competitiva.

**Palabras-Clave:** Política Industrial, Industrialización Brasileña, *Clusters* Industriales..

## ABSTRACT

In Brazil, given the multiple variations in industrial policy experienced in the country throughout the 20th century and to the present, a fierce economic debate has always been active on the paths to be followed by the State to increase the dynamism of the national economy, there being on the one hand (1) a defense of the use of internal means to provide conditions for a national industry that could replace imported industrialized goods with Brazilian products, through economic planning policies and, on the other hand, (2) a liberal defense of economic opening to foreign industry, in parallel with the accumulation of capital resulting from exports of traditional basic products from Brazil as the ideal way to boost the national economy. This dissertation, under the Master's Degree in State, Government and Public Policies of the Latin American Faculty of Social Sciences and the Perseu Abramo Foundation, has as its main objective to analyze the relationship between the various public policies for development and the high industrial and educational performances achieved by the Electro-Metal Mechanical Cluster of the Municipality of Luzerna, in the State of Santa Catarina, Brazil, throughout the 20th century. The data collected and analyzed are of an eminently secondary nature, divided mainly into (1) a systematic review of the specialized literature on the topics of Industrialization, Regional Development and also on the Industrialization Processes in Brazil, Santa Catarina and the Municipality of Luzerna and (2) quantitative data available on the World Wide Web. A database was compiled with longitudinal information on the different public policies for industrial development that were put into practice and that had a positive impact on the industries of the analyzed territory or that stimulated their emergence, since the 1930s, and a bank of socioeconomic information of the municipality, based not only on Brazilian bodies such as IBGE, IPEA, Fapesc, CNI and others, but also on quantitative information related to household access to public services of various kinds, such as water and sewerage, public health, basic education, among others, made available whenever possible by the Municipality of Luzerna. After analyzing descriptive statistics, it is concluded that Public Policies, especially at the Federal level, were responsible for the emergence and growth of the cluster of industries that make up the analyzed territory and, more recently, policies such as Total Public Investment and National Education Development Fund transfers have contributed to maintaining this arrangement on a minimally competitive basis.

**Keywords:** Industrial Policy, Brazilian Industrialization, Industrial Clusters..

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CNAE	Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COVID-19	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ETVARP	Escola Técnica do Vale do Rio do Peixe
Fapesc	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
Fiesc	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRD	<i>International Bank for Reconstruction and Development</i>
IDH	Índice de Desenvolvimento Urbano
IFB	Índice de Felicidade Interna Bruta
IFC	Instituto Federal Catarinense
Indústria 4.0	Quarta Revolução Industrial
INEP	Instituto Nacional Anísio Teixeira
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITL	Incubadora Tecnológica de Luzerna
MEC	Ministério da Educação
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
Pintec	Pesquisa Nacional de Inovação
PML	Prefeitura Municipal de Luzerna
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
Sars-Cov-2	<i>Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2</i>
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEL	Sistema Econômico de Luzerna
Senai-SC	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina
Sindimec	Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Joaçaba

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dimensão do Setor Eletrometalomecânico em 2020 segundo a FIESC.....	71
Tabela 2: Itens mais vendidos para fora de Luzerna, por NCM (2017-2019).....	77
Tabela 3: Itens mais comprados de fora de Luzerna, por NCM (2017-2019).....	78

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Comparativo do PIB per capita e da Renda Domiciliar (2020-2022).....	67
Figura 2: Comparativo da participação do Setor Industrial no PIB dos Estados (2020).....	68
Figura 3: Nº de estabelecimentos industriais registrados em cada estado (2021).....	68
Figura 4: Percentual de trabalhadores empregados na Indústria por Estado (2021).....	69
Figura 5: Evolução do PIB de Luzerna – SC (1999/2020).....	70
Figura 6: Evolução Nº de empresas Setor Eletrometalomecânico criadas entre 1990 e 2018.	71
Figura 7: Distribuição empresas Setor Eletrometalomecânico por faturamento anual: 2018.	72
Figura 8: Distribuição Empresas Setor Eletrometalomecânico por número de funcionários..	72
Figura 9: Nº empresas Setor Eletrometalomecânico atuantes, Município Catarinense: 2018.	73
Figura 10: Nº Empresas Setor Eletrometalomecânico, município, a cada 1.000 habitantes...	73
Figura 11: Distribuição percentual trabalhadores Setor Eletrometalomecânico, Município...	74
Figura 12: Pauta de Exportações do Território de Luzerna (1997-2018).....	76
Figura 13: Pauta de importações de Luzerna (1997-2018).....	77
Figura 14: Análise das Exportações de Luzerna de acordo com o Destino – 1997/2018.....	79
Figura 15: Exportações de Luzerna, por Países Compradores (1997/2018).....	80
Figura 16: Distribuição vendas de Luzerna por Estado Brasileiro de destino (2017/2019)....	80
Figura 17: Análise das Importações de Luzerna de acordo com a Origem – 2007/2018.....	81
Figura 18: Análise das Importações de Luzerna de acordo com país de origem – 2007/2018	82
Figura 19: Distribuição das compras de Luzerna por Estado de origem (2017/2019).....	82
Figura 20: Balança Comercial Geoeconômica de Luzerna – Origem e Destino.....	83
Figura 21: Evolução Histórica do Município de Luzerna (1900-2022).....	90
Figura 22: Ocupação e Média Salarial em Luzerna (2020-2021).....	91
Figura 23: Salário médio mensal em municípios selecionados (2021).....	92
Figura 24: Taxas Percentuais da População Ocupada (2020).....	92
Figura 25: Percentual do PIB municipal por setor econômico (2020).....	93
Figura 26: PIB per Capita (2020).....	93
Figura 27: Resultados do Ideb por sistema de ensino (2005-2021).....	94
Figura 28: Resultados do Ideb por Município (2021).....	95
Figura 29: Escolarização alcançada pelos Municípios (2020).....	95
Figura 30: IDH Municipal (2010).....	96
Figura 31: Participação da Indústria no PIB Municipal e Salário Médio Mensal (2020-21)..	97
Figura 32: Participação da Indústria no PIB Municipal e População Ocupada (2020).....	97
Figura 33: PIB Municipal Per Capita e Taxa de População Ocupada (2020).....	98
Figura 34: Taxa de População Ocupada e Taxa de Escolarização (2020).....	98
Figura 35: PIB per Capita Municipal e Taxa de Escolarização (2020).....	99
Figura 36: Salário Médio Mensal e População Ocupada (2020-21).....	99
Figura 37: Investimento Público Realizado (1999-2020).....	100
Figura 38: Participação da Indústria no PIB de Luzerna (2000-2018).....	101
Figura 39: Investimento Público Versus Evolução da Atividade Industrial (1999-2018)....	101
Figura 40: Total Anual dos Repasses do FNDE para os Municípios (2021).....	102
Figura 41: Repasses do FNDE para os Municípios, por habitante (2021).....	102
Figura 42: Repasses do FNDE e Ideb dos Municípios analisados.....	103

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	15
1.1. Justificativa .....	17
1.2. Pergunta de Pesquisa .....	18
1.3. Objetivos .....	19
1.3.1. Objetivo Geral: .....	19
1.3.2. Objetivos Específicos: .....	19
1.4. Aspectos Metodológicos .....	19
1.4.1. Revisão Bibliográfica .....	20
1.4.2. Uso de Dados Estatísticos de Caráter Secundário .....	20
1.4.3. Tratamento e Análise dos Dados: enfoque quantitativo .....	21
1.5. Estrutura do Trabalho .....	21
2. INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL .....	23
2.1. Economia Regional, Distritos Industriais, e Desenvolvimento Territorial .....	24
2.2. Globalização Tecnológica e a Importância dos Arranjos Produtivos Locais .....	28
2.3. Reestruturação Produtiva e Acumulação Capitalista .....	31
2.4. Contexto Político-Econômico do Brasil pós Reestruturação Produtiva .....	34
2.5. Conclusão do Capítulo 2 .....	36
3. A DISPUTA IDEOLÓGICA POR TRÁS DA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INDUSTRIAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS NO BRASIL .....	40
3.1. Máquinas Quebradas, Joguemo-las ao Mar! A Industrialização Brasileira como <i>Rebelia Impertinente</i> aos Olhos do Capital Internacional .....	40
3.2. Eficiência e Ineficiência do Estado Brasileiro .....	46
3.3. Orçamento Público Brasileiro: espaço de disputa de projetos antagônicos .....	50
3.4. Estado Brasileiro e Manutenção das Desigualdades de Raça e Classe Social .....	54
3.5. O Tamanho do Estado como Ferramenta de Manutenção da Dependência .....	59
3.6. Conclusão do Capítulo 3 .....	62
4. ECONOMIA E INDÚSTRIA EM SANTA CATARINA E EM LUZERNA-SC .....	65
4.1. Economia e Indústria em Santa Catarina .....	65
4.2. Economia e Indústria em Luzerna .....	70
4.3. Balança Comercial do APL Eletrometalomecânico de Luzerna .....	75
4.4. Geoeconomia dos Produtos Comercializados pelo APL Eletrometalomecânico de Luzerna .....	79

4.5.	Grau de Inovação dos Produtos do APL Eletrometalomecânico de Luzerna.....	85
4.6.	Conclusão do Capítulo 4.....	87
5.	ESTUDO DE CASO: INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE A ECONOMIA DE LUZERNA.....	90
5.1.	Emprego e Salário no Município de Luzerna .....	90
5.2.	Desempenho Educacional do Município de Luzerna .....	94
5.3.	Correlações entre os Indicadores Analisados .....	96
5.4.	Políticas Públicas e Investimento Público no Município de Luzerna.....	100
5.5.	Conclusão do Capítulo 5.....	104
6.	CONCLUSÃO .....	106
	REFERÊNCIAS .....	109

## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo do Século XX, a economia brasileira percorreu um caminho evolutivo singular entre os países do chamado terceiro mundo, na medida em que, concomitantemente à sedimentação do seu jovem sistema republicano, deixou no primeiro terço do século o status de nação então quase completamente dependente das exportações de café – *principal componente da balança comercial brasileira até metade do século* – chegando então finalmente, após os vertiginosos processos de substituição de exportações do período Vargas dos anos 1930 e 1945, e a sedimentação da grande indústria automobilística de capital estrangeiro nos anos 1950-1960, ao status de território consideravelmente industrializado nas décadas de 1970 e 1980 – *momento em que mais de 30% do PIB brasileiro provinha da indústria em sentido lato, aí incluindo-se as atividades extrativas (e em que a indústria de transformação foi responsável por quase 30% do PIB) quando o país ousou desenvolver, através da Petrobrás, a cadeia completa do petróleo desde a extração até seu refino e o comércio de derivados* – para ao final, a partir dos anos 1990 até a segunda década do Século XXI, retroceder novamente ao estado de país quase que inteiramente exportador de commodities, sendo os produtos mais exportados em 2020, soja, minério de ferro e petróleo cru à frente, além de celulose, carnes de boi e frango, farelo de soja e açúcar.

Diante das muitas variações na política industrial vivenciadas no país ao longo do Século XX e até o presente, sempre esteve atuante um acirrado debate econômico sobre os caminhos a serem tomados pelo Estado rumo ao aumento do dinamismo da economia nacional, existindo de um lado uma defesa pela utilização dos meios internos para propiciar condições a uma indústria nacional que pudesse substituir os bens industrializados importados por produtos brasileiros, através de políticas econômicas de planejamento – *visão à qual se vinculou, por exemplo, o legado de Celso Furtado* – vindo assim finalmente a complexificar a economia nacional e, de outro lado, uma defesa liberal da abertura econômica à indústria estrangeira, em paralelo à acumulação de capital fruto de exportações de commodities tradicionais do Brasil como a forma ideal para dinamizar a economia nacional.

Talvez por se apresentar menos mascarada do que em países ditos desenvolvidos, a importância do Estado como indutor da industrialização no Brasil se fez evidente já desde o início do processo descrito, sendo exemplar o caso da indústria de aço, estimulada pela nova conformação política instaurada entre meados da década de 30 até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando, através das novas relações intensificadas com o governo dos Estados Unidos, aquele país buscava o desenvolvimento e crescimento econômico brasileiro como

vetor de influência no mercado sul americano, dispondo vultuosos créditos, materiais e equipamentos de elevada tecnologia embarcada para a construção da nova siderúrgica de grande porte em Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro.

Como se viu, mesmo com a vasta disposição de recursos norte-americanos, tal projeto somente se concretiza a partir da iniciativa do Estado brasileiro, através da criação da Companhia Siderúrgica Nacional, CSN, já que tanto a iniciativa privada brasileira quanto a iniciativa privada dos países estrangeiros (especialmente os EUA e o Império Britânico) não se dispuseram a administrar o investimento da nascente indústria siderúrgica brasileira, forçando o executivo nacional a assumir os investimentos, o que se repetiu também nos anos seguintes com a majoritária participação do estado nos processos de industrialização via controle estatal das indústrias de base como a Usiminas, a Vale do Rio Doce e, mais à frente, também a Petrobras, além daquele empurrão inicial materializado na citada CSN.

Assim, um dos principais componentes do legado varguista em termos de política industrial, e que mudou radicalmente a estrutura produtiva e financeira da economia brasileira com a instituição do citado processo de industrialização e da formação de uma forte demanda de empregos urbanos, foi justamente o fortalecimento dos mecanismos de regulação pública dos investimentos, entre eles a constituição de processos mais complexos para o Orçamento Público, tendo em vista o vertiginoso aumento da produção e do PIB brasileiro a partir de 1930, impulsionados principalmente por investimentos públicos, com um Estado que até finais dos anos 1980 ainda participaria majoritariamente de setores produtivos como Ferrovias, Petróleo, Aço, Telefonia, Comunicação, Energia, Mineração, entre outros.

Desta forma, infere-se que os repetidos ‘vaivéns’ políticos vivenciados no Brasil desde o início do Século XX, com governos de orientação trabalhista/nacional-desenvolvimentista sendo alijados do poder por golpes sempre que a desigualdade socioeconômica começa a diminuir, giram todos no fim das contas por alterar também a forma como a política de investimento público é ditada, se em políticas de investimento produtivo e fortalecimento das políticas sociais, como no último governo trabalhista de 2003-2014, que geraram 22 milhões de empregos formais e reduziram a extrema pobreza em mais de 63% no Brasil, se em políticas de arrocho e ‘austeridade’ que terminam por deter o crescimento econômico, concentrar renda e aumentar a riqueza das classes dirigentes, como a partir de 2016.

Este projeto de pesquisa, no âmbito do Mestrado em Governo e Políticas Públicas da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, FLACSO, analisa justamente as relações entre as políticas públicas e o crescimento industrial no Brasil, tendo como lócus de observação uma região altamente industrializada, o pequeno Município de Luzerna, em Santa

Catarina, com apenas 5.794 habitantes (IBGE, 2023), território que aparenta manter-se à margem dos processos de desindustrialização vividos no Brasil a desde finais dos anos 1980.

A pesquisa é eminentemente quantitativa, dada a natureza dos dados socioeconômicos confrontados, especialmente (a) dados do investimento público no fomento da indústria e da educação pública em Luzerna, (b) dados sobre desempenho industrial do município (número de empresas, emprego industrial, faturamento anual do setor), e (c) dados sobre o rendimento educacional em Luzerna. Coletou-se basicamente dados estatísticos secundários (disponíveis de forma imediata pela rede mundial de computadores) além de estudos bibliográficos, sendo então composto um banco de dados a partir do qual efetuou-se as análises.

O estudo, de caráter exploratório e descritivo, termina por analisar a relação entre as diversas políticas públicas de fomento industrial e educacional, e o elevado desempenho industrial e educacional alcançado ao longo do Século XX no município de Luzerna, contemplando determinantes já previstos na literatura tais como Investimentos Públicos na Produção Industrial, na Educação Profissional, entre outras políticas.

### **1.1. Justificativa**

Estudo anterior do autor deste projeto de pesquisa demonstrou haver em Luzerna uma concentração industrial como poucas no Brasil, provavelmente única para o caso do setor Eletrometalomecânico, com 35% dos empregos formais exercidos em funções técnicas em empresas dessa indústria, superando municípios catarinenses altamente industrializados como Jaraguá do Sul (29%), Joinville (24%) e Blumenau (14,2%), além de um índice de 0,88 empresas do setor a cada mil habitantes, também superando Joinville e Jaraguá do Sul (0,17) e Blumenau, esta última com índice de 0,13 (ZAAK SARAIVA; MOREJON, 2020).

Outro estudo mais recente também determinou o relativamente elevado grau de inovação dos produtos da indústria de Luzerna (ZAAK SARAIVA; MOREJON, 2022).

Resta assim esclarecida a oportunidade de pesquisa representada pelo estudo em conjunto do (a) investimento público concretizado em Luzerna, dos (b) elevados índices de desenvolvimento industrial alcançados em seu território e, do (c) elevado desempenho educacional observado no município.

O caso a ser pesquisado se destaca justamente por se dar em um território – o Município de Luzerna – em que tanto os indicadores relacionados à concentração industrial e à participação da indústria no PIB municipal, quanto os indicadores educacionais, notadamente o IDEB, se encontram entre os melhores do Brasil, embora não tenha sido ainda

realizado nenhum estudo sobre a natureza e evolução dos investimentos e políticas públicas envolvidos em seu processo de industrialização. Assim, percebe-se oportunidade e conveniência de considerar como provável a relação entre o grau de desempenho educacional do município analisado e seus elevados desenvolvimento industrial, tecnológico e de inovação, em função das políticas públicas de fomento industrial para ali direcionadas, ao longo do Século XX e início do Século XXI.

Destaca-se também, entre as principais motivações para este trabalho, a própria originalidade da investigação, já que o objeto de estudo do trabalho, o excepcional desempenho industrial da cidade de Luzerna em relação ao cenário brasileiro, carece de maiores estudos acerca de seus determinantes. Além disso, também pesam motivações relacionadas à atuação profissional de seu autor, professor e pesquisador de uma instituição federal de educação, ciência e tecnologia situada no referido município.

## 1.2. Pergunta de Pesquisa

A formulação da pergunta da pesquisa que aqui se apresenta carrega marcas de algumas características *Sui Generis* do contexto de estudo, relacionado ao pequeno município de Luzerna, em Santa Catarina que, com menos de 6 mil habitantes, detém um dos maiores índices de concentração industrial do país, com 35% de seus trabalhadores formais atuando diretamente no Setor Eletrometalomecânico, além de ser também o município com o maior número de *Startups* por habitante do Brasil (RODRIGUES, 2019) a partir de uma Incubadora Tecnológica Municipal que atualmente tem cerca de 40 *Startups* ativas (BENCKE et al, 2019), caracterizado como um Sistema Local de Inovação (ZAAK SARAIVA; MOREJON, 2022).

Luzerna também vem obtendo desde 2011 lugar de destaque entre os sistemas municipais de ensino do Estado de Santa Catarina em termos de desempenho escolar medido pelo IDEB ‘anos iniciais’ (INEP, 2020), alcançando o segundo lugar no estado em 2015, o 1º lugar em 2017 e novamente 2º lugar em 2019, superando assim as maiores cidades catarinenses como Joinville, Florianópolis e Blumenau, e além disso, a cidade detém um dos 80 melhores IDH Municipais do Brasil, de 0,789, apresentando ainda repetidamente o menor índice de exclusão social do país desde o ano de 2014.

Como eixo estruturador da análise, parte-se de duas hipóteses que se crê serão confirmadas ao final da pesquisa. A primeira (H1) é a hipótese de que o parque industrial de Luzerna, com 50 indústrias eletrometalomecânicas, se constituiu e fortaleceu desde a década de 1930 principalmente como resultante de uma série de políticas públicas de fomento à

atividade industrial, e a segunda (H2) pressupõe que há correlação (e provável relação de causalidade) entre a demanda industrial por empregos qualificados dentro da economia de Luzerna, SC, e seu elevado desempenho educacional.

Espera-se assim que a pesquisa tente responder à seguinte pergunta:

**- No contexto descrito, qual a relação entre as políticas públicas de fomento e o desenvolvimento industrial, socioeconômico e educacional verificado em Luzerna?**

### **1.3. Objetivos**

#### **1.3.1. Objetivo Geral:**

Analisar a relação entre as políticas públicas e o elevado desenvolvimento industrial e educacional alcançado pelo APL Eletrometalomecânico e Escolas Públicas do Município de Luzerna-SC ao longo dos últimos cem anos.

#### **1.3.2. Objetivos Específicos:**

- Verificar as relações entre as ações governamentais de fomento à indústria e os períodos de crescimento na economia industrial do território analisado.
- Verificar a relação entre o crescimento industrial no território analisado e a demanda do mercado de trabalho local por educação de alta qualidade.
- Verificar a existência de relações entre o elevado desempenho educacional atingido pelo município e os investimentos públicos diversos ali realizados.

### **1.4. Aspectos Metodológicos**

A pesquisa que se pretende efetuar é eminentemente quantitativa, dada a natureza dos dados socioeconômicos que se pretende confrontar, especialmente (a) dados do investimento público no fomento economia em Luzerna, (b) dados sobre desempenho industrial do município (número de empresas, emprego industrial, faturamento anual do setor), e (c) dados sobre o rendimento educacional em Luzerna. Desta forma, espera-se coletar basicamente dados estatísticos secundários (disponíveis de forma imediata pela rede mundial de computadores) além de estudos bibliográficos, sendo então composto um banco de dados a partir do qual serão feitas as análises, conforme se detalha a seguir.

### 1.4.1. Revisão Bibliográfica

A revisão bibliográfica, método clássico nas Ciências Humanas e Sociais, é de acordo com a literatura especializada recomendável por diversos motivos, destacando-se entre eles o fato de que se trata de método indicado para qualquer tipo de trabalho de pesquisa científica dentro destas grandes áreas do conhecimento, seja qual for o seu nível de coleta ou observação, e qualquer que seja o seu nível de profundidade na análise, já que foi experimentado com sucesso em múltiplas e incontáveis ocasiões por inúmeros pesquisadores, inscrevendo-se na *'política geral do menor esforço'*, que segundo Quivy & Campenhoudt (2008) seria aquela que visa obter os melhores resultados com o menor esforço e com o menor custo, sobretudo no menor tempo possível (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008).

Acerca do caso prático que aqui se pretende pôr em ação, ou seja, a pesquisa sobre o caso do Município de Luzerna, em se tratando de uma pesquisa que contará a princípio apenas com o esforço pessoal e o tempo de seu autor, que é professor em Dedicção Exclusiva e coordena um laboratório educacional – tendo escasso tempo disponível – e sem qualquer tipo de fomento financeiro ou em termos de pessoal de suporte, a revisão de literatura parece ser a opção ideal para o trabalho de pesquisa que aqui se desenvolverá.

### 1.4.2. Uso de Dados Estatísticos de Caráter Secundário

Inicialmente, destaca-se as vantagens expostas na literatura especializada sobre o uso de dados estatísticos, especialmente o proposto por Quivy e Campenhoudt (2008), no sentido de que o recurso a dados socioeconômicos secundários obtidos de fontes como grandes órgãos estatísticos nacionais e internacionais do tipo IBGE, Banco Mundial, FMI, etc., além da economia de tempo e dinheiro, traz também a credibilidade do organismo emissor, garantindo a assertividade da análise e dos resultados (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008).

Além disso, no que diz respeito à exequibilidade da pesquisa que aqui se pretende efetuar, tendo em vista a disponibilização já efetuada ao autor de planilhas com centenas de milhares de informações acerca do desenvolvimento industrial do Município de Luzerna, e tendo em vista o acesso público a dados como o do IDH municipal, do IDEB das escolas de Luzerna, e Investimentos em Serviços Públicos no território analisado, a opção pelo uso desses dados, além de convidativa, parece extremamente recomendável.

### **1.4.3. Tratamento e Análise dos Dados: enfoque quantitativo**

Espera-se compor um banco de dados com informações de caráter longitudinal contendo indicadores da produção industrial no território analisado e, além disso, espera-se compor um banco de informações socioeconômicas do município a partir não apenas de dados do IBGE, IPEA, Fapesc, CNI e outros órgãos, mas também informações quantitativas relacionadas a dados de compra e venda das indústrias integrantes do APL Eletrometalomecânico de Luzerna, disponibilizadas gentilmente pelo setor de tributação Prefeitura Municipal.

E no que diz respeito aos dados educacionais, o foco são os dados da Prova Brasil, do IDEB e de outros indicadores componentes do SAEB.

Após a composição do banco de dados na forma de planilha eletrônica formato MS-Excel® 2013, a partir da qual serão feitas análises descritivas como cruzamentos e testes de correlação, buscar-se á verificar a existência relações entre as variáveis (a) desempenho econômico industrial, medido através do PIB Industrial do Município, e (b) desempenho educacional, medido através do IDEB (variáveis dependentes) e a variável independente relacionada às (c) políticas públicos de fomento – em R\$ ou em percentual do PIB –, visando verificar possíveis relações de de correlação e, se possível, causalidade.

## **1.5. Estrutura do Trabalho**

A dissertação está dividida em 06 capítulos, incluindo-se a introdução. O Capítulo 2 mostra uma revisão sistemática da literatura sobre a temática da Industrialização e do Desenvolvimento Local, com foco em conceitos econômicos tais como o Desenvolvimento Territorial e os Distritos Industriais, a Importância dos Arranjos Produtivos Locais no mundo tecnologicamente globalizado, a Reestruturação Produtiva dos Anos 1970 em diante e suas consequências sobre o emprego e a Universidade, e ainda, o Contexto Político-Econômico do Brasil pós-Reestruturação Produtiva.

No Capítulo 3 se apresenta estudo analítico sobre o processo de desenvolvimento industrial do Brasil desde o período Vargas, quando a industrialização foi alçada ao status de preocupação primeira do Estado e, principalmente, sobre as contradições sempre presentes no debate público sobre o desenvolvimento da economia brasileira, entre o conjunto de propostas que defendiam e defendem um desenvolvimento através de investimentos na indústria nacional, e aquelas que defendem um desenvolvimento através da abertura do mercado

nacional à indústria estrangeira, além do debate sempre relevante sobre o tamanho e a eficiência do Estado Brasileiro e sobre a garantir dos direitos dos excluídos.

Após esses primeiros capítulos, que constituem revisão de literatura, tem início no Capítulo 4 a segunda parte da dissertação, que passa a fazer uso de dados socioeconômicos dos âmbitos estadual, regional e municipal para análises focadas nos objetivos propostos.

No Capítulo 4, tem-se uma ligeira análise do processo de industrialização do estado de Santa Catarina e de Luzerna dentro do processo maior de industrialização da região sul do Brasil, além de um panorama da industrialização catarinense, com indicadores da vantagem industrial do Estado em relação aos demais, além, sobretudo, de uma caracterização detalhada do Arranjo Produtivo Local do setor Eletrometalomecânico que existe em Luzerna, e de um estudo sobre a geoeconomia dos produtos comprados e vendidos por este APL, finalizando-se com uma análise sobre o Grau de Inovação de Produto do aglomerado industrial de Luzerna.

Quanto ao Capítulo 5, traz os principais resultados da pesquisa, divididos em uma subseção que apresenta dados e indicadores relativos ao mercado de trabalho Luzernense – que apresenta um dos maiores salários médios mensais do Brasil –, uma seção que analisa especificamente dados e indicadores relativos ao excelente desempenho educacional de Luzerna, além de uma seção dedicada a explorar possíveis correlações entre os diversos indicadores analisados previamente e, finalmente, uma seção que procura associar dois indicadores, o Produto Interno Bruto (PIB) industrial de Luzerna, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município, a políticas de investimentos públicos diversas por parte do Governo Federal.

No Capítulo 6 têm-se finalmente as principais conclusões do estudo, dentro de uma discussão sintética sobre os resultados encontrados ao longo das análises da dissertação, fechando finalmente o texto.

Finalmente, têm-se as Referências utilizadas no trabalho.

## 2. INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Descrever e analisar as razões pelas quais certas regiões atingem elevados graus de riqueza, comércio e produção, enquanto outras se mantêm depauperadas, tem ocupado os esforços da Ciência Econômica praticamente desde suas origens como um campo estruturado das ciências, sendo os exemplos clássicos mais ilustrativos desta busca os conceitos de ‘vantagens absolutas’ proposto por Adam Smith (1776)<sup>1</sup>, e de ‘vantagens comparativas’, lançado por David Ricardo (1817)<sup>2</sup>, atribuindo ambos autores como motivos para a desigualdade entre as diversas regiões, basicamente, as diferenças de produtividade alcançadas pelos produtores de determinados países ou províncias, em relação aos produtores de outras regiões, na produção e oferta de um dado bem agrícola ou fabril.

Na evolução do pensamento econômico durante o Século XX, especialmente a partir das proposições Keynesianas e Pós-Keynesianas, teorias como a Teoria do Desenvolvimento se consolidaram como vertentes teóricas utilizadas não apenas para compreender mas, muito mais para justificar em bases socioeconômicas, a imensa disparidade no nível de desenvolvimento entre os diversos países e continentes na economia capitalista, apresentando de forma geral um ‘padrão de desenvolvimento’ que supunha que o subdesenvolvimento seria um ‘estágio obrigatório’ pelo qual todos os países deveriam passar até se tornarem desenvolvidos, ou seja, todo país subdesenvolvido um dia deveria ascender à condição de desenvolvido (BRESSER-PEREIRA, 1967; MYRDAL, 1997; NURSKE, 1953 [1957]).

A partir do pensamento Cepalino inaugurado por Prebisch (1949), e aprofundado por Celso Furtado (1961), entre outros, a Teoria do Desenvolvimento sofreu talvez sua maior crítica, quando este último trouxe nova leitura sobre a evolução da economia capitalista no Século XX, ao propor que o chamado subdesenvolvimento não era uma ‘*etapa histórica*’ do desenvolvimento comum a todas as nações, como advogado em certas correntes dominantes – mesmo entre economistas *Keynesianos* – mas sim uma situação específica de uma parte do sistema capitalista, ou seja, o mesmo processo que formava economias industriais no centro do sistema capitalista, formava também economias subdesenvolvidas na periferia desse sistema, fazendo com que a disparidade entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos nunca fosse superada, pelo contrário, na maior parte do tempo, acirrada (FURTADO, 1961).

---

<sup>1</sup> Faz-se referência à 1ª edição em inglês da obra de Smith, para fins cronológicos. No restante do texto, é citada a edição em português de 1996 da Editora Nova Cultural.

<sup>2</sup> Nesse caso, também faz-se referência à 1ª edição em inglês da obra de Ricardo, preservando-se assim a cronologia. No resto do texto, cita-se a edição em português de 1996 da Editora Nova Cultural.

No seio desta rica discussão, serão abordados nesse capítulo alguns conceitos chave para o entendimento do desenvolvimento territorial e dos aglomerados produtivos, definidos no Brasil genericamente como ‘Arranjos Produtivos Locais’, APL’s, com um enfoque específico na atividade industrial, a partir de uma breve revisão de literatura.

## 2.1 Economia Regional, Distritos Industriais, e Desenvolvimento Territorial<sup>3</sup>

Dentre os chamados ‘pais’ da Economia, Alfred Marshall pode ser considerado aquele que lançou as bases para o estudo das economias regionais e dos aglomerados produtivos, ou seja, a investigação acerca das razões para a formação de regiões com concentração industrial, com a proposição da categoria dos *distritos industriais*, em que este consagrado autor do final do período Vitoriano avança, sob novo enfoque, na questão já então relativamente saturada das vantagens absolutas e relativas de Smith e Ricardo, ao postular seu modelo de *Distritos Industriais* como *aglomerações de produtores semelhantes em determinadas regiões*, o que Marshall demonstra trazer vantagens dentro da concorrência capitalista contra os produtores *não aglomerados*, baseadas na obtenção de retornos crescentes de escala, que permitiam às empresas aglomeradas se apropriar de economias externas geradas pela alta concentração dos produtores, organizando canais de fornecimento e distribuição (MARSHALL, 1920)<sup>4</sup>.

As propostas de Marshall se tornaram fundamentais por constatar que a aglomeração de empresas nada mais era que uma forma destas indústrias se apropriarem de ganhos passageiros obtidos nas etapas de produção, ganhos denominados por Marshall de economias internas e externas, sendo as economias internas fruto do aumento da especialização produtiva e do aperfeiçoamento técnico, produtivo e organizacional que gerava ganhos internos para cada uma das empresas; sendo as economias externas fruto do desenvolvimento geral da indústria, em relação ao volume total de produção que era atingido por indústrias do mesmo gênero localizadas na mesma proximidade (CAVALCANTE, 2006).

Contudo, devido à rápida evolução do Capitalismo e da Ciência Econômica no Século XX, a *Economia Marshalliana* terminou ser praticamente relegada ao âmbito da História Econômica, o que fica claro nas palavras de Schumpeter (1952) ao afirmar que “*We may love and admire it as we love and admire a madonna by the Perugino, recognizing that she embodies to perfection the thought and feeling of her time, yet recognizing also how far we*

<sup>3</sup> Trechos desta seção aparecem em artigo publicado pelo autor na forma de capítulo de livro em 2023, como resultado dos estudos do mestrado (ZAAK SARAIVA, 2023).

<sup>4</sup> Faz-se referência à última edição inglesa revista pelo próprio Marshall de sua obra originalmente publicada em 1890. No restante do texto, faz-se referência à edição da Nova Fronteira de 1996.

*have traveled from her*” (SCHUMPETER, 1952, p. 92)<sup>5</sup>, traduzindo-se como “*Nós talvez amemos e admiremos a obra [de Marshall] como amamos e admiramos uma madona de Perugino, reconhecendo que corporifica à perfeição o pensamento e o sentimento de seu tempo, reconhecendo, todavia, quão longe nos deslocamos dela*” (tradução própria).

Foi necessário que Becattini (1962) publicasse seu livro hoje clássico sobre os distritos italianos – que de certa forma revolucionou as análises sobre *clusters* e *arranjos produtivos locais* – para que os distritos industriais *Marshallianos* voltassem a integrar as discussões sobre as economias regionais, de forma relativamente inesperada, especialmente no capítulo chamado *Il Sistema Marshalliano* (BECATTINI, 1962), em que Becattini se aproxima pela primeira vez do sistema teórico Marshalliano de uma perspectiva diferente do viés tradicionalmente adotado pelos economistas em geral – *que costumavam se focar somente nos aspectos puramente lógico-formais da teoria de Marshall, em detrimento dos aspectos ideológicos, deixando de absorver os aportes mais importantes do Sistema Marshalliano* – pois Becattini não se deteve em explicar a competitividade das pequenas e médias empresas italianas como usual e esperado dos economistas dadas discussões em voga à época, mas ele se concentrou em uma questão puramente teórica, o problema do conceito de indústria em relação à teoria do valor (SFORZI, 2008).

Ora, Marshall (1996) define a Ciência Econômica como ‘*uma parte do estudo do homem*’ em sociedade, que para Marshall se mostra inclusive mais importante que aquela parte da Economia que estuda apenas a riqueza, o que fica claro no trecho de seu livro em que descreve os fatores de produção e afirma que o fator *Trabalho* precisa necessariamente ser compreendido como ‘*os trabalhadores, juntamente com todos os seus conhecimentos e a capacidade de organizá-los para fins produtivos*’, concluindo Marshall que o trabalhador ‘*tem em si incorporado muito de onde mora*’ e, portanto, foi a leitura dos *Princípios Econômicos* mediada pelo conhecimento da *filosofia social* de Marshall, que permitiu a Becattini interpretar a organização industrial pelo lado da comunidade local, e não pelo lado das empresas que estão localizadas e atuantes, e das indústrias que estão concentradas no território (SFORZI, 2008).

Trata-se justamente da correta interpretação por Becattini da teoria de Marshall, especialmente da chamada *Filosofia Social* de Marshall, que segundo Sforzi, diz respeito ao fato de que Becattini viu, ao invés de meras empresas aglomeradas e trocas tecnológicas, como os outros economistas a ele contemporâneos enxergavam em Marshall, uma

---

<sup>5</sup> A referência aqui apresentada é da primeira edição em inglês pela editora George Allen & Unwin Ltd. para a correta cronologia. No restante do texto, a referência é à edição de 2003 de Routledge.

‘*comunidade local tradicionalmente especializada*’ na maneira de organizar a produção de uma determinada categoria de bens ou serviço, em suma: um aglomerado industrial cresce, se destaca e se torna mais produtivo não apenas por fatores gerenciais ou logísticos, mas principalmente pela cultura produtiva da comunidade onde ocorre (SFORZI, 2008).

Mais recentemente, Krugman (1991) aprofundou a discussão destacando que a literatura posterior sobre as diferenças econômicas entre as regiões adotou, principalmente, a identificação feita por Marshall de três razões principais para a concentração industrial, sendo a primeira a de que a concentração de várias empresas em uma única região oferece (1) um mercado para trabalhadores com habilidades específicas daquela indústria, garantindo menor chance de desemprego e menor probabilidade de falta de mão-de-obra; a segunda a de que as indústrias concentradas podem (2) organizar a produção local de insumos especializados de difícil importação de outras regiões; e a terceira, a de que as trocas informacionais podem dar às empresas agrupadas uma (3) função de produção melhor do que no caso os produtores isolados. Krugman chama atenção ao fato de que nas três razões o fator humano está sempre presente de maneira inequívoca (KRUGMAN, 1991).

Como sua própria contribuição, Krugman propõe um modelo para o estudo das economias regionais onde estas são ativas no interior de economias nacionais, destacando a importância da Geografia ou, especialmente, dos aspectos geográficos na Economia, constatando que o campo da chamada Geografia Econômica ocupava até então um pequeno lugar na análise econômica, atribuindo isto ao fato da Teoria do Comércio Internacional tratar convencionalmente as nações como meros 'pontos' adimensionais e, inclusive com frequência também assumir como zero os custos de transporte entre países (KRUGMAN, 1991).

Do exposto até aqui, é perceptível que o estudo das economias regionais nunca esteve fora do debate econômico, havendo nos finais do século XX e início do XXI uma tendência crescente, por parte de pesquisadores de várias áreas da economia, como Economia Industrial, Economia Regional, e mesmo na grande área da Administração, no Empreendedorismo e outras, em dar importância à investigação dos sistemas locais de produção, sempre com maior ênfase na pesquisa acerca de estruturas produtivas localizadas (GARCIA, 2006).

Quanto ao conceito de Desenvolvimento Territorial, relativamente novo, cumpre resgatar a própria terminologia usada no conceito, reconhecendo-se que a discussão em torno de um desenvolvimento territorial aparece justamente quando tem início a adoção do conceito de território em substituição ou superação ao conceito de região, antes predominante, o que fica claro nas próprias discussões clássicas da economia, quando se discutiam as diferenças entre as riquezas das ‘*regiões*’ ou ‘*nações*’. Pode-se afirmar que o conceito de território foi

fixado como definição do espaço onde ocorrem os eventos econômicos no trabalho de Bernard Pecquer intitulado “*De l'Espace Fonctionnel à l'Espace-Territoire: Essai sur le développement*” ou ‘*Do Espaço Funcional ao Espaço Territorial: Ensaio sobre o Desenvolvimento*’, publicado como tese de doutorado em Economia em 1987.

Pecquer procurou analisar a evolução de um dado espaço econômico como fruto das decisões e estratégias tomadas pelos ‘atores’ ou agente econômicos, levando em conta as restrições externas, compreendendo o conceito de território como o do meio no qual os fenômenos econômicos se desenrolam e, desta forma, existindo a necessidade de mudar de uma mera concepção funcional do espaço econômico para a concepção de ‘espaço-território’ que é definido a partir das estratégias adotadas por aqueles ‘atores’ ou agentes econômicos ali localizados. Para o autor, a associação entre os agentes econômicos ou ‘atores’ de um dado espaço-território se traduz em uma intensa circulação de informações de natureza estratégica que termina por atribuir ao empreendedor a posição central no seio da rede de relacionamentos, e é da combinação dessas redes de relacionamentos que se define um determinado ambiente econômico, que é a base dos processos originais de desenvolvimento, e para o autor o surgimento desses processos ‘territorializados’ de desenvolvimento demanda uma postura inovadora e planejada dos agentes públicos em termos das estratégias econômicas a serem adotadas (PECQUER, 1987).

No caso do Brasil contemporâneo, as proposições de Pecquer podem ser percebidas, por exemplo e para citar resultados de investigações atuais, em um estudo empírico de grande qualidade apoiado em estatística robusta de Veríssimo e Saiani (2019) que investigou a economia de milhares municípios brasileiros entre 1992 e 2012, demonstrando que a participação do setor industrial sobre o PIB teve papel importante sobre o crescimento econômico em municípios com menores níveis de PIB per capita médio, enquanto que em municípios com maior PIB per capita a importância do setor dos serviços como motor do crescimento é superior, confirmando resultados da literatura sobre economias nacionais, sugerindo os resultados do trabalho citado que as relações entre o crescimento econômico no nível municipal e as participações do setor da indústria e do setor dos serviços apresentam no gráfico um desenho aproximado a um “U-invertido”, significando que quando a participação de um dos setores aumenta, o crescimento econômico é maior, passando a diminuir a partir de um determinado percentual de participação (VERÍSSIMO, SAIANI, 2019).

Voltando à evolução do conceito de Desenvolvimento Territorial, tem-se mais recentemente a sedimentação da proposta chamada Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), expressão que, desde 1997 vem sendo cada vez mais utilizada no Brasil,

especialmente por autores como Franco (2000; 2003). Para este autor, parece que as atuais demandas por eficiência e eficácia para o sistema produtivo global requerem, de certa forma, uma reafirmação da dimensão local, tendo em vista, em primeiro lugar, a rigidez político-normativa para o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, a flexibilidade exigida pelo novo paradigma tecno-econômico. Em segundo lugar, a diversificação sócio espacial dos mercados e dos fatores de produção necessários ao funcionamento do complexo sistema de milhões de consumidores, produtores, trabalhadores, infraestruturas e canais logísticos, e os diferentes regimes regulatórios que, por serem diferentes, podem caber em várias partes do mesmo sistema, evitando que a convergência de múltiplas disputas em um mesmo ambiente global indiferenciado, esgote as possibilidades econômicas (FRANCO, 2000).

E em terceiro lugar, para o autor, o enfoque na economia local traz uma vantagem única e exclusiva, a descentralização dos processos de gestão, justamente o oposto trazido por uma economia cada vez mais oligopolista, esta última segundo ele sempre causadora de imensas dificuldades de coordenação (FRANCO, 2000).

Ainda a respeito da importância da sustentabilidade dos modelos de desenvolvimento territorial, resgata-se a materialidade desse pressuposto na vida econômica dos territórios, exemplificada, por exemplo, em estudos como os de Morejon, Lima, e Del Bianco (2018), constatando que a partir do Século XXI é essencial que o desenvolvimento territorial ocorra com um foco especial em termos de inclusão social e de sustentabilidade ambiental, e não apenas almejando-se o crescimento econômico rápido e puramente mensurado em termos de indicadores globais, já que os níveis de emprego e renda fortalecem a longevidade e propiciam a uma parte das famílias melhores condições no poder de compra, mas sem que ocorram melhorias na produtividade e na conservação dos recursos naturais, esses ganhos tendem a desaparecer no longo prazo, tal como ocorreu em várias regiões do Brasil, outrora pujantes e hoje espoliadas economicamente devido ao completo esgotamento dos recursos (MOREJON, LIMA, DEL BIANCO, 2018).

## **2.2. Globalização Tecnológica e a Importância dos Arranjos Produtivos Locais<sup>6</sup>**

Através da adoção de contínuas e sucessivas revoluções produtivas pela indústria capitalista, especialmente nos setores de telecomunicações, informática e transportes, o processo de Globalização tecnológica, cultural e econômica alcançou a partir das últimas

---

<sup>6</sup> Trechos desta seção aparecem em artigo publicado pelo autor durante os estudos do mestrado, em dezembro de 2020 na revista "Observatório de la Economía Latinoamericana", (ZAAK SARAIVA, 2020).

décadas do Século XX uma intensidade nunca imaginada anteriormente na história do sistema capitalista, com efeitos variados sobre as famílias, as empresas e os demais agentes econômicos, e com uma transformação aceleradíssima nos modos de produção e distribuição de bens e serviços (CORREA, 2010), associada ao processo de competição capitalista *via inovações tecnológicas*, consolidado a partir da virada para o Século XXI com a oferta cada vez mais rápida de novos bens e serviços de elevado conteúdo tecnológico, que – ao contrário do que ocorria 50 anos antes, quando um novo produto levava décadas para atingir 50 ou 100 milhões de consumidores no mundo – os novos produtos alcançam em poucos meses centenas de milhões de consumidores (BOTELHO, 2005).

A 4ª Revolução Industrial – ou Indústria 4.0 como é muitas vezes chamada – proporcionou nesse contexto um ambiente de extrema produtividade através de seus revolucionários processos produtivos – contemplando a aplicação na indústria de tecnologias tais como Internet das Coisas Industrial, Big Data e Inteligência Artificial – tem como marca a capacidade de articular os meios técnicos e o conjunto das forças produtivas num patamar muito superior ao verificado em qualquer outro momento do desenvolvimento capitalista até então (CARDOSO, 2017), o que, somado a fenômenos como o advento da China como ‘*Manufatura Mundial*’ a partir do início da década de 2000 (YANG, HE, 2016; WANG, 2006), vem gerando o estabelecimento de relações produtivas globalmente interconectadas, nas quais supera-se em grande medida os níveis de competitividade verificados nos anos 1970 e 1980 com a chamada 3ª Revolução (BAETZ, 2020; GREGORY, 2020).

Nesse contexto de elevadíssimo uso do potencial produtivo, contudo, a competição capitalista opera contra as perspectivas excessivamente otimistas acerca da 4ª Revolução Industrial já que, sob um ponto de vista estritamente geopolítico e econômico, a Indústria 4.0 não é um processo neutro, mas, exatamente como já observado nas revoluções industriais anteriores, provoca uma diferenciação ainda maior entre países centrais e países dependentes no campo tecnológico (FURTADO, 1961).

No âmbito de uma investigação do Fundo Monetário Internacional, Alonso et al. (2020) demonstraram que os altos graus de inovação tecnológica adotados pela indústria até 2020, especialmente a robotização em larga escala, caminham na realidade para aumentar o grande fosso entre países ricos e pobres, deslocando mais investimentos para as economias avançadas onde a automação industrial já está estabelecida, com grande risco aos empregos em países subdesenvolvidos, pois ameaçam substituir com robôs a força de trabalho barata dos países pobres, que a partir da segunda metade do Século XX era uma vantagem dessas economias menos desenvolvidas (ALONSO et al. 2020).

Assim, considera-se aqui muito relevante resgatar-se proposições típicas da década de 1990 para as quais o processo de profunda globalização social, cultural e econômico então vivido representaria uma ‘redução permanente de barreiras’, adiantando a implantação de um cenário econômico e produtivo no qual deixaria de existir correlação entre o desempenho das organizações e o seu local de surgimento (STORPER, 1997), ou seja, a importância das características locais para o sucesso dos diversos processos produtivos, já verificada e analisada por clássicos – principalmente a partir de Marshall (1996) – supostamente deixaria de existir num mundo praticamente ‘sem fronteiras’.

Contudo, os citados processos revolucionários da Indústria 4.0 demonstraram a permanência das vantagens da aglomeração local de empresas, organizando e mantendo unidos e funcionais certos sistemas produtivos locais, capazes não só de trazer mais vantagens às indústrias do que traria sua atuação isolada, como, em muitos casos, sendo a única estrutura capaz de permitir a sobrevivência das organizações num ambiente tão competitivo, formando sistemas geograficamente concentrados de empresas com maior potencial de competitividade (KRUGMAN, 1995; PORTER, 1998; CONTRACTOR; LORANGE, 2002).

Num ambiente tão competitivo e tão tecnologicamente avançado e dependente de inovações como o da Indústria 4.0, as diferentes capacidades de apropriação de inovações tecnológicas entre ‘países centrais’ e ‘países periféricos’ apontadas por Furtado (1961), terminam no fim das contas por determinar que apenas as regiões capazes de efetuar um processo de superdesenvolvimento em bases tecnológicas – seja pela pré-existência de um parque industrial local com bases minimamente competitivas no âmbito Global, seja pelos necessários investimentos em CT&I e P&D a serem realizados por governos e empresas – tirem proveito da mudança acelerada que já está em curso (CARDOSO, 2017), numa dinâmica global que demanda cada vez maiores inovações tecnológicas, e em um processo permanente de ‘competitividade via inovações tecnológicas’ (BOTELHO, 2005).

Outrossim, acerca das vantagens competitivas trazidas aos aglomerados industriais pelo conhecimento organizacional e por fatores culturais – a chamada ‘Habilidade Geral’ desenvolvida e compartilhada pelos produtores de uma determinada região, primeiro descrita por Marshall (1996) – a realidade recente tem demonstrado que os altos níveis de competitividade via tecnologias digitais alcançados no cenário econômico tornam o conhecimento organizacional um ‘ativo’ de importância central na estratégia das indústrias e aglomerados, sendo por isso considerado por certos autores como um 4º fator de produção, o que transformou em boa medida as políticas de gestão de pessoas nas últimas décadas, passando as organizações a buscar sistematicamente o conhecimento como um diferencial

competitivo, acumulando-o, recrutando-o e mantendo-o, sendo chamadas de ‘organizações do conhecimento’ (BALCEIRO; ÁVILA, 2003; CONTRACTOR; LORANGE, 2002).

Desde finais da década de 1990, tem havido no Brasil iniciativas de naturezas diversas visando à identificação e ao mapeamento de Sistemas Locais de Produção, SLPs, destaque para iniciativas de cunho acadêmico como a apresentada por Suzigan et al. (2002) com metodologia para identificação e caracterização estrutural de SLPs usando bases de dados da RAIS e do IBGE, posteriormente aplicada a setores industriais diversos, confluindo finalmente em relatório nacional consolidado patrocinado pelo IPEA (SUZIGAN, 2006), além de importantes iniciativas de cunho governamental como aquela empreendida pelo BNDES no âmbito de um projeto de análise do mapeamento e das políticas para Arranjos Produtivos Locais, APLs, no Brasil, conduzido pelo Redesist da UFRJ em parceria com a UFSC, resultando em relatórios estaduais publicados em 2010 (CAMPOS et al. 2010), ou ainda iniciativas regionais em diversos estados levadas a cabo por governos estaduais em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, dentre os quais aqui se argumenta sobre os estudos de Santa Catarina (SEBRAE-SC, 2015).

Além disso, para além dos estudos de âmbito nacional e estadual, destaca-se aqui, tendo em vista a relação ainda relativamente carente de estudo, entre os APL's e os chamados Sistemas Locais de Inovação (BOTELHO, 2005) – que o acesso instantâneo, disponibilizado atualmente via rede mundial de computadores, aos dados do Cadastro Geral de Empresas do IBGE e aos dados da RAIS, ambos atualizados anualmente, tem oportunizado aos pesquisadores brasileiros uma grande liberdade para a realização de análises diversas sobre os aglomerados empresariais, dificilmente obtida no passado, intensificando-se assim a variedade e o número de estudos sobre os vários tipos de SPLs, inclusive os estudos com foco no nível micro, sobre bases territoriais tão diminutas como os municípios, por todo o Brasil.

### **2.3. Reestruturação Produtiva e Acumulação Capitalista<sup>7</sup>**

Após o fim do pesadelo da ameaça fascista, as economias desenvolvidas começaram a se reorganizar em 1944, visando restaurar o poder econômico e produtivo europeu, destruído pela guerra, mas constituindo uma nova arquitetura mundial de poder e agora consolidando a hegemonia dos EUA, através da promoção do pleno emprego e do estímulo ao comércio internacional com a estruturação de um conjunto de regras e instituições que regulavam as

---

<sup>7</sup> Trechos desta seção aparecem em artigo publicado pelo autor em 2022 nos anais do Congresso da Asociación Latinoamericana de Sociología, ALAS, como resultado dos estudos do mestrado (ZAAK SARAIVA, 2022).

relações monetárias e financeiras entre os países mais industrializados do mundo, entre 1944 e 1971, destacando-se ali o famoso acordo de Bretton Woods, que estabeleceu o padrão-ouro-dólar, a conversibilidade do dólar em ouro em paridade fixa, consolidando a centralidade da moeda norte-americana no nível do comércio internacional (COMBAT, 2019).

Como resultado dessa reorganização, o período histórico de quase trinta anos que se estendeu dos anos após a Segunda Guerra Mundial até o início da década de 1970 - chamados de "trinta anos gloriosos" - foi marcado por grande prosperidade econômica nos países capitalistas desenvolvidos, com pleno emprego e crescimento do investimento e da produção. um período "dourado" que, segundo Hobsbawm (1995), foi caracterizado por um "casamento" entre a socialdemocracia e o liberalismo econômico, mas que ainda será profundamente contrastado com as centenas de crises econômicas nas décadas que se seguiram (HOBSBAWM, 1995).

No entanto, na década de 1970, o capital foi profundamente revolucionado, a partir do surgimento de uma nova etapa do desenvolvimento do sistema capitalista, dentro de cujos determinantes podem ser elencados: (a) a crise da superprodução sem a demanda correspondente; b) O abandono, pelos Estados Unidos, do padrão-ouro estabelecido em Bretton Woods e a sua substituição por uma taxa de câmbio flutuante; c) As duas crises internacionais do petróleo em 1973 e 1979, que conduziram a um aumento recorde dos preços das commodities comercializadas a nível mundial; e, finalmente, (d) a recessão global causada pelas altas taxas de juros nos Estados Unidos; todas elas diretamente relacionadas à crise estrutural do capitalismo, que gerou profundas transformações no mundo da produção e no mundo do trabalho (RIBEIRO, 2006).

Primeiro, o capitalismo é revolucionado por meio da Reestruturação Produtiva, que conciliou as mudanças nas relações de trabalho e produtivas e redefiniu os papéis do Estado e das Instituições Financeiras para resgatar ao capital os níveis de lucratividade da década de 1950, engendrando inúmeras novas práticas sociais e formas modernas de reprodução e exploração do trabalho assalariado e sua exploração. como "downsizing" e reengenharia. É o momento em que governos ultraliberais como Reagan, nos Estados Unidos, e Thatcher, no Reino Unido, começam a tirar dos trabalhadores uma série de direitos conquistados durante os anos dourados do pós-guerra (RIBEIRO, 2006).

A reestruturação produtiva dos anos 1970 resultou, do ponto de vista gerencial, com a constituição, nas décadas de 1980 e 1990, de uma nova categoria dentro das classes médias assalariadas: o 'profissional do conhecimento', que representaria um novo tipo de 'ativo intangível' dentro das organizações produtivas, trabalhadores especializados com ótima

formação, que no Brasil geralmente são produtos da Universidade Pública, e cuja competência e conhecimento profissional os tornam diferenciais competitivos das empresas, frente aos seus concorrentes (BALCEIRO; ÁVILA, 2003).

E, em terceiro lugar, o estabelecimento de uma nova abordagem para o chamado 3º Papel da Universidade, voltado para a geração de renda. O 3º Papel da Universidade é uma concepção que surgiu há mais de 100 anos - e que originalmente inclui quase exclusivamente a atividade de Extensão Universitária para sua comunidade circundante, dentro do chamado Movimento Reformista das Universidades Latino-Americanas - e que até a década de 1980, tanto na América Latina quanto em muitas nações recém-independentes da África, manteve-se intimamente ligado à busca de caminhos alternativos para o desenvolvimento das comunidades vizinhas às Universidades, sem ainda atingir o contingente populacional em geral, exceto as pequenas elites com acesso à carreira de graduação, e que tiveram efeitos apenas marginais no desenvolvimento (AROCENA ET AL., 2018).

A partir da década de 1990, o chamado 3º Papel das Universidades passa a ser uma proposta muito mais associada à formação de empreendimentos inovadores e de base tecnológica, com a atribuição às Universidades (no Brasil, especialmente as Universidades Públicas) do papel de geradoras de negócios, participando como elemento das centenas de *ambientes de inovação* existentes, dentre as quais se destacam as Incubadoras de Empresas Brasileiras, por meio da criação de novas empresas por pesquisadores e estudantes que passam a visualizar oportunidades de aumento de renda com a comercialização de suas novas ideias, tecnologias e produtos, enquanto às Universidades Privadas é atribuído o papel de formação em massa de profissionais acríticos destinados a gerar mão de obra especializada para o mercado de trabalho assalariado (ANTUNES, 2011; AROCENA ET AL., 2018; ZAAK SARAIVA, 2021).

De fato, todos os três elementos mencionados nos parágrafos anteriores, ou seja, (1) o advento da Reestruturação Produtiva e as modernas formas de exploração do trabalho típicas do neoliberalismo, (2) a ascensão do papel e do valor do Profissional do Conhecimento dentro das empresas tecnologicamente dominantes, e (3) a mudança no 3º Papel das Universidades com incentivos para a criação de negócios inovadores pelos pesquisadores; podem ser considerados como constituintes do processo de desindustrialização brasileira iniciado há cerca de 30 anos atrás, após o governo Collor de Mello.

## 2.4. Contexto Político-Econômico do Brasil pós Reestruturação Produtiva<sup>8</sup>

A década de 1980 inaugurou no capitalismo ocidental a fase do neoliberalismo, primeiro dos governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, no Reino Unido, com um intenso processo de desregulamentação das relações de trabalho, cortes nos direitos sociais conquistados nas décadas anteriores, redução dos orçamentos sociais em percentuais majoritários, e, sobretudo, incentivo à abertura de pequenas empresas como estratégia de "criação de emprego" (HOBSBAWM, 1995; RIBEIRO, 2006).

No caso do Brasil, a liberalização econômica iniciada pelo governo Collor em 1990, com um atraso de mais de uma década em relação aos EUA e Reino Unido, abriu o processo de reestruturação produtiva ocorrido 'com sucesso' nas economias desenvolvidas, já trazendo, ao longo da década de 1990, os típicos resultados sociais excludentes do neoliberalismo, como o avanço do trabalho informal, da terceirização e do trabalho precário, além da contração econômica e das altas taxas de desemprego (ALMEIDA, 2009).

A indústria de transformação, que até 1986 representava 27,3% do PIB nacional brasileiro, caiu com Collor para 18% do PIB, demonstrando a nova acomodação da economia brasileira à economia mundial, como a de novo um país meramente produtor de commodities e importador de tecnologia, aumentando drasticamente a participação de produtos primários como grãos, mineração e derivados de carne, no produto interno do país.

Mas, apesar de o Brasil, no período 2003-2014, ter assistido a uma forte retomada do crescimento econômico atrelada a uma redução recorde da pobreza extrema durante os governos trabalhistas de Lula e Dilma, e a um significativo aumento real da renda média dos trabalhadores, de 3,5% ao ano, e com aumento do salário mínimo de 70% em valores constantes, além da geração inédita de empregos, que segundo a RAIS cresceram quase 20 milhões, com o índice de Gini atingindo uma mínima histórica de 0,489 e os gastos sociais federais subindo de 12,6% para 17% (LAVINAS; GENTIL, 2018), as políticas lançadas pelos governos trabalhistas não conseguiram mudar, ainda que minimamente, a permanência histórica do passado do Brasil como colônia de exploração na esfera interna, e no campo das relações externas, a manutenção do papel histórico de subordinação dos setores econômicos dominantes no Brasil, que acabam sendo sempre 'controlados de fora' (FERNANDES, 1972).

Como resultado dessa incapacidade dos governos trabalhistas de alterar significativamente as relações produtivas, ou pelo menos certos aparatos de reprodução da

---

<sup>8</sup> Trechos desta seção aparecem em artigo publicado pelo autor em 2022 nos anais do Congresso da Asociación Latinoamericana de Sociología, ALAS, como resultado dos estudos do mestrado (ZAAK SARAIVA, 2022).

exploração capitalista sob seu controle parcial, como a educação básica e a educação superior, o vitorioso movimento golpista de 2016 acaba revertendo quase inteiramente os avanços alcançados até 2014 por meio da aprovação de "reformas" neoliberais já no governo Temer: um processo radical de eliminação de direitos historicamente conquistados e desmantelamento do Estado nacional, que permaneceu em pleno curso durante o governo proto-fascista que começou em 2019 e só terminou com a derrota para Lula em 2022.

Destaca-se, dentre os retrocessos vividos entre 2016 e 2018 com Temer, o 'fim mascarado' da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 e dos direitos trabalhistas, por meio da Lei 13.467/17 ou 'reforma trabalhista' (AROUCA, 2018), a redução feroz dos gastos com programas federais de erradicação da pobreza (SCHREIBER, 2016), o congelamento de investimentos públicos por 20 anos por meio da Emenda Constitucional 55/2016, além, até mesmo, do fim da participação cubana no programa 'Mais Médicos' em dezembro de 2018 por falas do presidente neofascista (REUTERS, 2019), expatriando mais de 8 mil médicos, deixando dezenas de milhões de brasileiros sem acesso à saúde pública (MOYA, 2019; BÉRGAMO, 2019), medidas 'garantidas' pelo golpista Temer durante seu curto mandato.

Além disso, já sob a bandeira do regime proto-fascista, assistiu-se a partir de 2019 a um verdadeiro ataque em Blitzkrieg às instituições garantidoras do Estado Democrático e Social, incluindo-se, além da 'Reforma da Previdência' que impedirá na prática o direito à aposentadoria a milhões de brasileiros nas próximas décadas – já que elevou para os 70 anos a idade mínima para se aposentar integralmente, para milhões de trabalhadores – e a cortes bilionários nos investimentos federais em Educação, Ciência e Tecnologia durante os quatro anos de 'desgoverno', além da extinção de órgãos e políticas públicas essenciais para o país, e ataques constantes à legitimidade do Poder Judiciário e outras instituições republicanas, e também um processo diário de deslegitimação da autoridade da Ciência como norteadora de políticas governamentais em geral, como o assistido durante a Pandemia Covid-19, trazendo como resultados, por exemplo, taxas de vacinação inferiores aos índices de 2 ou 3 décadas no passado, e o retorno de antigas epidemias consideradas extintas.

Para Lavinias e Gentil (2018), uma chave para explicar esse 'retorno' ao atraso reside justamente no fato de que, durante o período do Trabalhista 2003-2014, embora muitos avanços sociais importantes tenham sido alcançados, grandes concessões também foram feitas ao setor das corporações produtivas e ao mundo das finanças (LAVINAS; GENTIL, 2018).

Coincidentemente, apesar das repetidas quedas nos investimentos federais em educação pública pós-2015, uma das contas que não sofreu reduções foi justamente a de investimentos em dispositivos e ambientes de inovação, até mesmo a promoção de empresas

de base tecnológica localizadas em Parques Tecnológicos e Incubadoras (ZAAK SARAIVA, 2020b).

Assim, autores como Antunes (2011) apontam criticamente, sobre as mudanças no mundo do trabalho a partir da passagem do século XX para o XXI, que todo o macroprocesso de promoção do empreendedorismo que ganhou força dentro do capitalismo nas últimas décadas, composto basicamente pela (1) criação massiva de ambientes de inovação tecnológica como Incubadoras e Parques Tecnológicos no entorno das Universidades Públicas, e (2) criação em série de programas de Educação Empreendedora nos cursos de graduação aliados a políticas e editais de pré-incubação de empresas com fomento público, pode ser considerada muito mais como uma tentativa de mascarar formas precárias de trabalho, uma vez que a precariedade e, sobretudo, o desemprego, é sempre atribuída àqueles que não quiseram ou não souberam empreender, sejam eles empregados ou autônomos, nas múltiplas esferas de atividade, transferindo a responsabilidade pelo desemprego e pela precariedade laboral do nível estrutural para o nível individual, o que permite criar, mesmo a partir do termo 'empreendedor', muitos novos conceitos e denominações que de fato ocultam a informalidade e o desemprego, como '*accountability*', 'consultores', 'colaboradores', 'habilidades', termos que povoam o discurso contemporâneo do capital (Antunes, 2011).

## 2.5. Conclusão do Capítulo 2

Neste capítulo foi realizada uma revisão conceitual acerca de temáticas de relevância no debate econômico da atualidade, tais como o Desenvolvimento Territorial e os Distritos Industriais, a Importância dos Arranjos Produtivos Locais no mundo tecnologicamente globalizado, a Reestruturação Produtiva dos Anos 1970 em diante e suas consequências sobre o emprego e a Universidade, e ainda, o Contexto Político-Econômico do Brasil pós-Reestruturação Produtiva.

Inicialmente, acerca das temáticas do Desenvolvimento Territorial, dos Distritos Industriais e da Economia Regional, destaca-se, inicialmente, a importância desta discussão dentro da Ciência Econômica desde seu surgimento como campo organizado do conhecimento, já nos trabalhos de Adam Smith e David Ricardo, que atribuíam à maior riqueza de certas regiões a sua maior produtividade em determinados produtos agrícolas ou manufaturados, passando por Alfred Marshall, que apresentou seu modelo para os Distritos Industriais como aglomerações de produtores semelhantes em determinadas regiões, o que trazia vantagens dentro da concorrência capitalista contra os produtores não aglomerados,

baseadas na obtenção de retornos crescentes de escala, que permitiam às empresas aglomeradas se apropriar de economias externas geradas pela alta concentração dos produtores.

Chega-se então a propostas mais recentes, como a de Becattini, que se aproxima do sistema teórico Marshalliano desde uma perspectiva diferente da maioria dos economistas, concentrando-se no fator Trabalho ou, de forma mais clara, em uma interpretação da organização industrial pelo lado da comunidade local e seus conhecimentos tradicionais, e não pelo lado da capacidade produtiva e do ganho de escola das empresas atuantes e das indústrias concentradas em um território; ou ainda Krugman, para quem o fator humano está presente nas três razões identificadas por Marshall para a formação dos distritos industriais, o mercado para trabalhadores com habilidades específicas oferecido por aglomerado de certa indústria, a organização da produção local de certos insumos de difícil importação, e a maior função de produção trazida pelas trocas informacionais entre as indústrias componentes de um aglomerado.

Finalmente, ainda acerca da primeira seção, destaca-se a proposta ainda mais recente de Pecquer, para quem é necessário mudar da concepção funcional do espaço econômico para uma concepção de ‘espaço-território’ definido pelas estratégias adotadas pelos atores ou agentes econômicos ali localizados, de cuja associação surge uma intensa troca de informações de natureza estratégica que termina por conceder ao empreendedor uma posição central na rede de inter-relacionamentos, e é a partir desta territorialização dos processos de desenvolvimento que os agentes públicos adotam postura inovadora e planejada para as estratégias econômicas a adotar; além da proposta de Franco, para quem as demandas atuais de eficiência e eficácia do mundo globalizado requerem a reafirmação da dimensão local, levando em consideração a rigidez político-normativa rumo ao desenvolvimento regional e, ao mesmo tempo, a flexibilidade exigida pelo novo paradigma tecno-econômico.

Também destacam-se as constatações de Morejon, Lima e Del Bianco, para quem a partir do Século XXI faz-se essencial promover o desenvolvimento territorial com foco em inclusão e sustentabilidade ambiental, e não apenas almejando o crescimento econômico em termos de indicadores globais como no passado, já que o emprego e a renda fortalecem a longevidade do sistema econômico, porém sem melhorias na produtividade e na conservação dos recursos naturais, os ganhos desaparecem em poucas décadas, como em tantas regiões outrora ricas e hoje depauperadas devido ao esgotamento dos recursos.

Quanto à Importância dos Arranjos Produtivos Locais no mundo globalizado, destaca-se a definição de Quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0 como a do novo modelo

industrial ligado a tecnologias típicas do Século XXI como Internet das Coisas Industrial, os Big Data e a Inteligência Artificial, que através de processos produtivos revolucionários trouxe um ambiente de produtividade extrema, capaz de articular os meios técnicos e o conjunto das forças produtivas num patamar muito superior ao verificado em qualquer outro momento da história do desenvolvimento capitalista até então, como ressaltado por Cardoso (2017), mas que, contrariamente às expectativas fantasiosamente otimistas que prevalecem no senso comum em relação à Indústria 4.0, termina esta última por não ser um processo neutro, mas, exatamente como já observado nas revoluções industriais anteriores, por provocar uma diferenciação ainda maior entre países centrais e países dependentes no campo tecnológico, como já pontuado por Furtado (1961).

Já no que toca à Reestruturação Produtiva, observou-se que o período dos chamados ‘Trinta Anos Gloriosos’ que se seguiu ao fim da 2ª Guerra Mundial deu lugar, nos anos 1970, ao processo de Reestruturação Produtiva cujo objetivo principal era resgatar ao Capital os níveis de lucratividade da década de 1950, através, principalmente, de mudanças profundas nas relações produtivas e de trabalho, e de uma redefinição dos papéis do Estado e das Instituições financeiras, o que provocou, principalmente, a consolidação de formas modernas de reprodução do trabalho assalariado e sua exploração, como “downsizing” e reengenharia, e no âmbito do Estado, a desregulamentação progressiva dos direitos e garantias trabalhistas a partir de Thatcher no Reino Unido e Reagan nos EUA, inaugurando a etapa neoliberal.

Além disso, destaca-se também no novo papel destinado a Universidades em todo o mundo, na medida em que o chamado 3º Papel das Universidades se modifica, passando de ações extensionistas de amplo espectro para um foco específico na geração de novos empreendimentos de base tecnológica por professores, pesquisadores e alunos, notadamente nos ‘Ambientes de Inovação’ como Incubadoras e Parques Tecnológicos no entorno dos Campi Universitários.

E finalmente, no que diz respeito ao Contexto Político do Brasil pós Reestruturação produtiva, destaca-se aqui principalmente a desindustrialização acelerada provocada pela queda de restrições alfandegárias do Governo Collor (1990-1992), e o desmonte radical de políticas públicas de amplo espectro alcançado após o Golpe Parlamentar de 2016, tanto pelo Governo Temer, quanto durante o Governo Proto-Fascista, que segundo autores especializados só teve êxito porque os governos trabalhistas de Lula e Dilma (2003-2014), apesar da imensa geração de 20 milhões de empregos e redução gritante da pobreza extrema por eles alcançados, foram incapazes de alterar significativamente as relações produtivas, não conseguindo mudar a permanência histórica do passado brasileiro como colônia de

exploração, no âmbito interno, e no âmbito externo a manutenção do papel histórico de subordinação dos setores econômicos dominantes do Brasil que acabam sempre '*controlados de fora*', como ditado há cinquenta anos por Furtado (1972).

Desta forma, finaliza-se aqui o Capítulo 2 tendo-se introduzido e antecipado conceitos e proposições fundamentais para o melhor entendimento do objeto principal de análise nessa dissertação, o Arranjo Produtivo Local Eletrometalomecânico de Luzerna, objeto de considerações e análise no Capítulo 4 mais adiante.

A seguir, no Capítulo 3, apresentam-se algumas das principais características da disputa de projetos por trás da formulação das políticas públicas que impactaram e impactam o processo de industrialização, principalmente, e as condições socioeconômicas do Brasil.

### **3. A DISPUTA IDEOLÓGICA POR TRÁS DA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INDUSTRIAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS NO BRASIL**

Este capítulo representa um esforço por explicitar-se com maior precisão algumas características da disputa de projetos por trás da formulação das políticas públicas que impactaram e impactam as condições socioeconômicas e, principalmente, o processo de industrialização Brasileiro, cujo marco histórico mais importante é, sem dúvidas, o advento do primeiro Governo de Getúlio Vargas, iniciado em 1930 a partir da conflagração da Revolução de 1930 – *um processo de câmbio de poder entre diferentes grupamentos das elites dominantes brasileiras* – a partir do qual a antiga aliança entre latifundiários Paulistas e Mineiros, que dirigiam o Brasil na chamada ‘República do Café com Leite’, foi destituída do poder pela aliança progressista de suporte ao candidato fraudulentamente derrotado Vargas.

Como eixo articulador das análises efetuadas neste capítulo, adota-se especificamente, além da cronologia dos principais eventos relacionados ao processo de industrialização ao longo dos Séculos XX e XXI, principalmente, a existência da permanente disputa ideológica por projetos antagônicos de desenvolvimento para o capitalismo brasileiro, como já apontado na introdução, segundo prescrições de autores como Fernandes (1972), Souza (2009), Manzano (2019), Cano (2017), Bastos (2018), Fagundes e Caciatori (2020), entre outros.

#### **3.1. Máquinas Quebradas, Joguemo-las ao Mar! A Industrialização Brasileira como *Rebeldia Impertinente* aos Olhos do Capital Internacional**

O título desta seção faz referência ao fechamento e à violenta quebra das máquinas da hoje mítica ‘Fábrica de Pedra’, uma grande indústria de fiação construída pelo empresário nacionalista Delmiro Gouvêia em pleno sertão Alagoano, companhia que logrou dominar com suas linhas ‘Estrêla’ o mercado brasileiro e sul-americano de linhas de costura por uma década, levando em 1929 a sua rival fabricante das linhas ‘Corrente’, a escocesa *Machine Cotton*, que anteriormente monopolizava o comércio de linhas no continente, a comprar a Fábrica de Pedra e destruí-la, atirando as máquinas destruídas no leito do Rio São Francisco, um episódio que marcou o pensamento anti-imperialista brasileiro ao longo do Século XX, sendo o assassinato do industrial alagoano até hoje imputado por alguns à companhia de fiação britânica (CORREIA, 2019)

Inicia-se esta seção com a referência fática acima apresentada, apontando estarem presentes ao longo de toda a evolução da economia brasileira, desde o período colonial,

manifestações de interesses antagônicos que acabaram articulando-se basicamente em duas grandes direções opostas, de um lado as forças de algum modo interessadas em industrializar o país – sob qualquer modelo industrial – dando à indústria nacional algum papel no capitalismo global, forças essas representadas não apenas por pioneiros da indústria nacional como o citado Delmiro Gouvêia e outros, ou mesmo empresários a eles conectados como seus fornecedores e distribuidores, mas também representantes nas instâncias políticas e administrativas; e de outro lado as forças que de uma ou outra maneira tinham e têm interesse na desindustrialização ou primarização do território nacional, procurando atribuir à economia brasileira uma dependência da exportação de commodities, dando ao capital nacional o papel de mero operador da produção de bens primários (FAGUNDES, CACIATORI, 2020)

Assim é que para Manzano (2019), o processo de industrialização real iniciado a partir de 1930 somente se materializou com uma conjunção de fatores extraordinários raramente encontrados ao longo da história brasileira até então, destacando-se, sobretudo, a quebra da bolsa de Nova Iorque que provocou uma ruptura inédita na história do desenvolvimento econômico nacional, naquele momento fortemente dependente das exportações de café, modelo que se tornaria inviável no cenário de crise global, provocando uma reorientação econômica a partir da crise de hegemonia que levaria à quebra do pacto das elites oligárquicas, com a ascensão final das forças progressistas lideradas por Getúlio Vargas após o resultado das eleições fraudadas, forças estas derivadas, no âmbito, do Estado, por herdeiros do Tenentismo e, sobretudo, por oligarquias regionais que resolvem romper com o pacto paulista (MANZANO, 2019).

Na prática, pode-se descrever o processo de mudança iniciado em 1930 como a saída do capital agrário-exportador do controle da economia, e sua substituição pela burguesia industrial nascente, que adquire assim o controle do Estado e o comando político na acumulação do capital (CANO, 2017).

Desta maneira, ao analisar os fatores relacionados à industrialização brasileira ao longo do Século XX, seus determinantes políticos e econômicos, no esteio de Manzano (2019), além de suas consequências em termos de geração de emprego e renda, e na elevação das condições de vida das classes populares, julga-se necessário pontuar, a partir de conceitos como periferia, dependência e subdesenvolvimento na formação do capitalismo no Brasil, caracterizando as principais fases da industrialização nacional e como esses processos culminaram em crises, este breve texto faz recortes a partir **(1)** das etapas de evolução do Estado Brasileiro a partir do Século XIX; e **(2)** das forças presentes na estrutura de classes brasileira na etapa moderna da história do Brasil, ou à forma com que evolui a luta de classes

dentro da economia moderna brasileira; recortes que são pormenorizados nos parágrafos a seguir.

E no esteio do 1º recorte proposto, sob uma perspectiva Marxista, entende-se que em qualquer momento da história, a Burguesia, para conquistar e perpetuar seu domínio sobre as demais classes, historicamente usa instrumentos diversos de poder, que podem ser divididos segundo Miglioli (2006) em 4 categorias distintas, (a) o controle e a propriedade dos meios de produção; (b) o aparato político-administrativo do Estado Nacional; (c) as estruturas de coerção social e repressão; e (d) os aparatos de dominação ideológica; destacando-se que as estruturas de coerção e repressão integram o aparato maior do Estado, mas devido à sua importância como instrumento de dominação de classes, têm tratamento especial pela burguesia (MIGLIOLI, 2006).

Nesse sentido, segundo as categorias (a) e (b) descritas por Miglioli (2006) e sua articulação com as classes sociais e as relações de dominação entre elas, sob abrigo do Estado, importa essencialmente interpretar na evolução da economia industrial brasileira as mudanças na propriedade dos meios de produção industrial, que ao longo do Século XX foi ora exercida por grupos nacionais, ora tomada por grupos estrangeiros a partir, sobretudo, de rupturas políticas e institucionais como os Governos Dutra, Castello Branco e, mais recentemente, Temer, com o beneplácito do Estado Nacional orientado de fora – ‘Estado entreguista’ (BASTOS, 2012).

Sob este prisma, para Bastos (2012), levando-se em consideração agentes políticos e econômicos como os partidos e os grupamentos capitalistas nacionais e internacionais – dentro da dinâmica própria da disputa política, que quase nunca coincide 100% com a dinâmica da competição econômica, mas que com ela mantém correlação estreita – o suicídio de Vargas foi nesta perspectiva uma vitória (como o golpe contra Goulart, e o golpe contra Dilma) do capitalismo internacional contra o projeto nacional desenvolvimentista, a partir de ruptura institucional provocada e estimulada desde fora, visando justamente conquistar o aparato político-administrativo do Estado para favorecer a extinção dos grupos nacionais e sua substituição por estrangeiros.

A explicação para a campanha contra Vargas, e a relação desta campanha com o capital estrangeiro se baseia justamente no legado varguista, que mudou radicalmente a estrutura produtiva e financeira da economia brasileira com a instituição da industrialização, a formação de uma forte demanda de empregos urbanos, e mecanismos de regulação pública, inserindo-se, segundo Bastos (2012), numa perspectiva estratégica de reformismo como alternativa à temida – então como hoje – ‘subversão comunista’ (BASTOS, 2012).

Na prática, o mítico retorno de Vargas ao Palácio do Catete em 1950 também significou um aprofundamento do processo de industrialização, inclusive com a criação de grandes estatais – Petrobrás, Eletrobrás, etc. – sob um agravamento da guerra fria e um contexto de intensa pressão dos EUA contra governos progressistas da América Latina, incluindo-se o próprio segundo Governo Vargas (CANO, 2017).

Contudo, uma característica intrínseca do legado varguista termina por contribuir para a sua derrocada, o afastamento da classe média urbana de sua base de apoio – este, ironicamente, um fenômeno semelhante ao ocorrido com Jango em 1963-64 e com Dilma em 2013-15 quando a chamada ‘nova classe média’ grandemente beneficiada pelas políticas aplicadas se posiciona em grande medida contra o projeto de desenvolvimento em ação – fato explorado e aumentado pela ação política dos meios de comunicação, a partir de mitos e de antigos preconceitos de classe que postulavam a diminuição da desigualdade como demagogia (BASTOS, 2012).

Desde um ponto de vista meramente econômico, desconsiderando na análise os interesses políticos, é possível levar-se em consideração, na evolução do processo de industrialização brasileiro, o caráter cíclico da produção e do crescimento da economia, especialmente a partir da segunda metade da década de 1950, com mudanças e instabilidades causadas principalmente pela natureza desequilibrada da estrutura de crescimento industrial, sujeita a câmbios na estratégia e políticas macro. Entre as principais determinantes econômicas para a instabilidade no crescimento sustentável da produção industrial, restava a combinação de industrialização pesada com subdesenvolvimento que gerou instabilidade na produção de bens de consumo, e a Inflação associada ao esgotamento da fase expansiva, sendo a capacidade de importação de insumos dependente da situação econômica (TAVARES; BELLUZZO, 1979).

Para Tavares e Belluzzo a industrialização pesada não pode se sustentar por um período prolongado, enquanto que a indústria de bens de consumo depende fundamentalmente da taxa de crescimento e emprego, que na década analisada por esses autores (1970) sofria grande diminuição a partir das políticas de arrocho e da desvalorização brutal da 2ª metade dos anos 1970. Além disso, constata-se que os bens de capital estão associados ao subsetor de bens/consumo, e a ampliação da produção dos bens de consumo não duráveis em condições de industrialização atrasada impedia o milagre brasileiro (TAVARES; BELLUZZO, 1979).

Acerca do 2º recorte proposto, ou seja, a dinâmica evolutiva das classes sociais, à forma com que se realiza a luta de classes dentro da economia moderna brasileira é preciso inicialmente resgatar-se a concepção dinâmica da Luta de Classes de Marx e Engels ao longo

da história, que demonstra o permanente atrito entre dominados e dominantes, chegando finalmente à constatação de que o proletariado e a burguesia são o produto de um longo processo de desenvolvimento e de revoluções no modo de produção e circulação, sendo ‘cada etapa percorrida pela burguesia rumo à dominação econômica’ acompanhada de um progresso político correspondente, até confluir o Estado Representativo Moderno em um mero ‘comitê gestor dos negócios da burguesia’ (MARX, ENGELS, 1848).

Assim, o próprio Golpe de 1964 contra o governo de Jango pode ser tomado como um exemplo da maneira conforme o controle sobre o Estado acaba sendo – mesmo de uma maneira que leve a um desenvolvimento industrial relativo, como o vivenciado durante o regime militar – a ferramenta de manutenção da dominação da Burguesia, ainda que através da substituição dos grupos dominantes no campo político e no campo econômico, e a demonstração disto fica evidenciada quando as forças conservadoras que apoiavam Jânio Quadros decidem atacar sistematicamente a legitimidade de Jango tanto politicamente, através do ataque sistemático por parte de seus representantes da UDN, com destaque para Carlos Lacerda, e também economicamente, sabotando o plano trienal, de forma que Jango vai perdendo respaldo junto à população graças à corrosão da economia, abrindo espaço para o golpe militar em 1964, que o destitui (MANZANO, 2019).

Isto porque, ao contrário do governo Dutra, por exemplo, que apostou na industrialização e foi obrigado a voltar atrás no meio de seu mandato, o regime militar durante todo o período de 1964 a 1985 promoveu o aumento da industrialização com a chamada modernização conservadora do Estado e da estrutura produtiva – reformas administrativa, financeira e bancária, fiscal, e das relações de trabalho – satisfazendo os setores da elite que lhe davam sustentação, porém sem participação popular e democrática, sobretudo promovendo um retrocesso brutal dos indicadores sociais, que nem mesmo a relativa e parcial bonança experimentada durante o pretenso ‘milagre’ de 1970 a 1974 foi capaz de mitigar (MANZANO, 2019).

Mas o que mais interessa em analisando-se a industrialização e a evolução das classes é que, no final das contas, boa parte da indústria instalada no Brasil durante o elevado crescimento industrial brasileiro ocorrido durante o regime militar, ao contrário do período Vargas, era de capital estrangeiro, representando assim no plano das relações internacionais e da geopolítica, exatamente como explicitado por Miglioli (2006), a tomada do controle e da propriedade dos meios de produção industrial nacional por grupos econômicos europeus, norte-americanos e japoneses, ou seja, a burguesia internacional, percebendo a impossibilidade de deter o avanço do processo de industrialização brasileira no curto prazo,

dado o desenvolvimento da sociedade e das relações político-econômicas no plano nacional, resolve com o Golpe de 1964 seu problema em termos de acumulação ao eliminar a concorrência local representada pela indústria de capital brasileiro (BASTOS, 2012), que pode ser entendido como um processo modernizante que simplesmente levou a uma intensificação da transferência de renda e controle econômico dos setores arcaicos da economia brasileira para o setor moderno (FERNANDES, 1972).

No caso, a região brasileira beneficiada pelo processo de industrialização/ urbanização – à época do texto de Fernandes (1972) principalmente São Paulo e Rio de Janeiro – apenas substituiu algumas funções econômicas antes desempenhadas por centros econômicos estrangeiros, no seio do capitalismo central, tendo o ciclo industrial brasileiro no final das contas apenas se enquadrado no padrão de crescimento de uma economia capitalista dependente (FERNANDES, 1972), o que também pode ser explicado na concepção dinâmica das classes dentro da história, de Marx e Engels, que propõe, a partir do caráter dialético das transformações sociais, que a ascensão de uma nova classe, em uma determinada época histórica, nada mais representaria do que o estabelecimento de novas formas de opressão dentro de novos modos de produção em surgimento, em certos contextos sócio-históricos (MARX, ENGELS, 1848).

Pode-se constatar, portanto, que ao longo do Século XX o papel dos setores econômicos dominantes no Brasil termina por ser controlado “de fora”, como postulado por Fernandes (1972) isto é, mesmo havendo formas modernas de produção no Brasil, o mercado acaba incluindo progressivamente todos os fatores econômicos locais à ordem inerente ao sistema capitalista global, ou seja, a ordem econômica brasileira (constituída dentro da ordem global) se acomoda à naturalização de fatores que são excluídos dos mecanismos de mercado capitalista, e ao invés de contribuir para o surgimento de uma economia capitalista autossuficiente no Brasil, acaba induzindo o crescimento do setor “moderno” da economia no Brasil de uma forma que aumenta a distância entre o setor moderno e o arcaico, transferindo o excedente econômico do setor arcaico para a esfera urbana da economia (FERNANDES, 1972).

E finalmente, conclui-se esta seção com a constatação de que o elevado processo de desindustrialização vivenciado no Brasil após o Regime Militar, intensificado nos governos Collor, FHC, Temer, e o regime Proto Fascista de 2019-2022, termina por ser mais um capítulo da dinâmica internacional da geopolítica industrial capitalista (ESPOSITO, 2017; HIRATUKA, SARTI, 2017; MAIA, 2020, SOBRAL, 2017), e no final das contas um sintoma do sucesso do capital internacional em finalmente submeter o Brasil ao ‘seu’ papel de

exportador de commodities, e em eliminar a concorrência representada pela indústria nacional, que já demonstrou por diversas vezes ser competitiva no cenário global, seja por características sociais relacionadas à formação social do país, como os baixos salários em comparação com a indústria dos países centrais, seja por características relacionadas à geografia brasileira, como as vastas reservas de matérias-primas e insumos energéticos, seja ainda pela elevada capacidade de planejamento, organização e espírito criativo demonstrada em diversas experiências produtivas nacionais, tendo sido esta desindustrialização tentada por diversas vezes pelo capital internacional ao longo do Século XX (BASTOS, 2012).

### **3.2. Eficiência e Ineficiência do Estado Brasileiro**

Especificamente acerca da Formação do Estado Brasileiro, e dos chamados ‘elementos fundamentais para a formação de Estados Modernos’ (i.e., poder central, forças armadas, moeda, território, burguesia, população etc.) apresenta-se nesta seção uma série de argumentos com os quais – apesar da prevalência, no conjunto das discussões acerca do Estado Nacional Brasileiro, de argumentos que visam consolidar uma falaciosa inviabilidade do Estado Brasileiro para atender aos objetivos de um projeto nacional de desenvolvimento – pretende-se aqui demonstrar que o Estado Nacional não só é capaz de cumprir com seus objetivos como, ainda mais importante, é justamente no processo de formação da Burguesia Nacional que reside a intelectualmente desonesta assunção desta falácia sobre o ‘Estado Ineficaz’ como verdade factual.

Assim como na primeira seção deste capítulo, faz-se uso da categorização de Miglioli (2006) sobre as quatro categorias de instrumentos historicamente usados pela Burguesia para conquistar e perpetuar seu domínio sobre as demais classes sociais, sendo (a) o controle e a propriedade dos meios de produção; (b) o aparato político e administrativo do Estado Nacional; (c) as estruturas de coerção social e repressão pública; e (d) os aparatos de dominação ideológica (MIGLIOLI, 2006).

Nesse sentido, no caso brasileiro, especificamente, ao analisar as forças presentes na estrutura de formação e dominação de classes brasileira na etapa moderna da história do Brasil, ou à ‘forma com que se realiza a luta de classes dentro da economia moderna brasileira’, Jessé de Souza (2009) justifica a existência no Brasil do imenso contingente de milhões de pessoas, chamado ironicamente pelo autor de Ralé, (apesar de todas as conquistas econômicas do país ao longo do Século XX), como fruto de perversos mecanismos de convencimento existentes não apenas na sociedade brasileira, mas em todas as sociedades

modernas ocidentais ou ocidentalizadas, que legitimam a dominação social, criando a ilusão de que não há dominação social injusta através do chamado ‘princípio meritocrático’ (que diz basicamente que as sociedades modernas dão a cada um de acordo com seu mérito), e é dessa ilusão que tanto a classe média ‘insensível’, quanto as elites ‘do atraso’, conseguem acreditar que a dominação social moderna é diferente das dominações de sangue que havia no passado (SOUZA, 2009)

Tal padrão de dominação afeta não apenas a ‘ralé’ totalmente excluída, mas a própria classe média e as classes privilegiadas, já que, segundo o autor, essa ilusão torna desnecessário que uma ‘elite má’ se reúna para tramar maldades contra o povo – ou seja, é a ilusão de uma sociedade justa existente na mente de todos os integrantes daquela sociedade que na verdade é altamente injusta, que permite à injustiça continuar existindo – e, finalmente, é essa falácia que mascara a origem da distinção de classes justamente nos privilégios de acesso a capital cultural (da classe média) e capital econômico (das classes altas), e também mascara a origem da miséria das classes despossuídas, na falta de acesso ao capital cultural e econômico (SOUZA, 2009).

Por outro lado Florestan Fernandes (1972) demonstra que o papel dos setores econômicos dominantes termina por ser controlado ‘de fora’, como já antecipado na seção anterior, isto é, na medida em que mesmo havendo formas modernas de produção no Brasil, o mercado acaba incluindo progressivamente todos os fatores econômicos locais à ordem inerente ao sistema capitalista global, ou seja, a ordem econômica brasileira (constituída dentro da ordem global) se acomoda à naturalização de fatores que são excluídos dos mecanismos de mercado capitalista, e assim, ao invés de contribuir para o surgimento de uma economia capitalista autossuficiente no Brasil, acaba induzindo o crescimento do setor moderno da economia no Brasil de uma forma que aumenta a distância entre o setor moderno e o arcaico, transferindo o excedente econômico do setor arcaico para a esfera urbana da economia, e por conseguinte, levando à separação entre ‘possuidores de bens’ e ‘não possuidores de bens’ (FERNANDES, 1972).

Estes últimos, os ‘não possuidores de bens’ são divididos em duas categorias, os que estão imersos na economia de subsistência ou em estruturas arcaicas do sistema econômico – que persistem em maior escala no campo, e com menor intensidade nas periferias das grandes cidades – e os que se assalariam de uma ou de outra maneira, proletarizados ou em vias de proletarização, sendo que a primeira categoria se insere classicamente na categoria de exército industrial de reserva, de grande utilidade na expansão do sistema capitalista, já que sua existência sempre terminar por permitir o rebaixamento dos salários dos que pertencem à

segunda categoria, ou seja, a existência de grandes números de desempregados permite aos setores dominantes elevar ao extremo a exploração de mais-valia dos que estão empregados (FERNANDES, 1972).

Assim, as leituras de Jessé de Souza (2009) e Florestan Fernandes (1972) sobre os mecanismos da dinâmica interna da sociedade de classes brasileira, caminham de acordo com a já citada concepção estrutural das classes sociais proposta por Marx e Engels, entendendo-as assim – estruturalmente – como diferentes grupamentos dentro da sociedade, entre os quais sempre houve atritos e sempre houve opressão por parte dos grupos dominantes sobre os grupos dominados, e ainda, sendo tais grupos dominantes e dominados diferenciados entre si principalmente pelo lugar que ocupam no sistema da produção social – que é determinado historicamente – tanto pelas suas relações com os meios de produção – isto é, sendo ou não proprietárias dos meios – quanto pelo papel que desempenham na organização social do trabalho – isto é, vendendo ou não a sua força de trabalho – e, por consequência, na forma como cada classe obtém seu quinhão da riqueza social (MARX, ENGELS, 1848).

É, portanto, como manifestação do ‘Aparato de Dominação Ideológica’, visando manter o *status quo* (MIGLIOLI, 2006), que a administração pública brasileira passa a ser tradicionalmente reputada como ‘antro’ de burocracia excessiva e ineficiente dentro de um estado inchado e inoperante, e um ótimo exemplo do caráter excessivo da crítica à administração pública no Brasil foi o lançamento, em 1985, do filme "Brazil" do diretor Terry Gilliam, uma ficção científica que mostrava um país horrível, cheio de uma terrível burocracia, dominado por uma sociedade estranha, em que uma elite completamente fútil se locupleta de frivolidades, realizando cirurgias plásticas de maneira excessiva e promovendo festas de alto luxo às quais a maioria da população pobre e excluída não podia aparecer. No filme, os sistemas de segurança pública promovem perseguição ferrenha contra pessoas que discordam do sistema, sendo comuns ameaças de atentados (GILLIAM, 1985).

A partir da disputa político-ideológica entre as ‘perversas’ elites locais (SOUZA, 2009) e o pensamento intelectualmente honesto sobre o projeto nacional, as ‘três grandes falácias’ sobre a suposta infeficiência do Estado Brasileiro, oriundas de proposições pseudo-liberais, que se consolidam nas discussões sobre projetos de nação, sendo a 1ª falácia (a) a ideia de que o Estado Brasileiro apresentaria um ‘gigantismo’ com elevado e desnecessário número de servidores e elevado 'custo' de manutenção, a 2ª falácia, (b) a proposição de que a atuação do Estado Brasileiro seria historicamente avessa ou contrária à iniciativa privada, dificultando a atuação das empresas e investimentos privados, e dificultando seus resultados; e a 3ª falácia, (c) a hipótese de que o Estado Brasileiro seria ineficiente, lento e pesado,

constituindo-se no final das contas num empecilho à modernização e ao desenvolvimento econômico e social, incapaz de satisfazer os interesses da sociedade (SANTOS, 1993; CARDOSO JR., KLIASS, 2016).

Cardoso Jr. e Kliass (2016) apresentam argumentos claros e informados em dados reais, dentro do contexto de debates sobre o congelamento dos gastos públicos no imediato pós-golpe em 2016, que demolem a falácia do suposto gigantismo do Estado Brasileiro ao demonstrar – principalmente através de dois indicadores econômicos, o percentual da força de trabalho ocupada no serviço público, e o percentual de investimento público em relação ao PIB – que numa perspectiva internacional o Brasil está muito atrás, nesses índices, em relação a países reputados como modelos desenvolvidos do liberalismo.

Por seu turno, Santos (1993) destrói o referido mito do gigantismo do Estado apresentando dados relativos aos mesmos dois indicadores, que tanto em 1993 quanto em 2016 mostram que o Brasil estava longe de ter um elevado percentual de servidores públicos, e longe de realizar um elevado índice de investimento público.

Cardoso Jr. e Kliass (2016) também demonstram a falácia presente nos argumentos, sempre em voga na cantilena liberal brasileira, que afirmam ser o Estado Brasileiro ineficiente, mostrando uma série de indicadores a mostrar a gritante diferença entre o estado do desenvolvimento da economia brasileira entre 2002 e 2013, como (a) número de passageiros em vôos nacionais, (b) frota de veículos, (c) movimentação de cargas em portos e terminais, (d) percentual de domicílios com acesso à internet, (e) número de escolas públicas com acesso a banda larga, entre outros, que mais que dobraram entre os anos citados.

Ao batizar o Estado Brasileiro de ‘Anão Preconceituoso’, Santos (1993) demonstra que a carência por Estado é que era, até 1993, o grande problema relativo ao Estado Brasileiro, apresentando dados cabais a provar a falta de solubilidade representada pela Administração Pública para os problemas imediatos da população, como o fato de que em 1988 nada menos que 60% das pessoas vítimas de roubo não procuraram as autoridades policiais por considerarem tal procedimento pura ‘perda de tempo’, ou o fato de que naquele mesmo ano apenas 6,6% dos brasileiros procuraram algum político para resolver algum problema – contrariando o mito liberal de que o Brasil seria um ‘paraíso clientelista’ com elevado percentual de relações fisiológicas entre os cidadãos e os políticos.

Desta forma, tanto Santos (1993), quanto Cardoso Jr. e Kliass (2016), demonstram na prática, embora com 23 anos de diferença (1) a permanência do pequeno tamanho do Estado Brasileiro se comparado ao da maioria dos países desenvolvidos, além de sua eficiência e das vantagens que o Estado oferece às empresas no Brasil e, sobretudo, (2) a permanência da

falácia repetitiva e monótona presente na ‘cantilena indigesta’ da direita liberalóide brasileira acerca do suposto gigantismo e ineficiência do Estado nacional.

Ainda, acerca do alcance da ação do Estado sobre a melhoria das condições de vida dos brasileiros, característica citada por Santos (1993), destaca-se que a Economia Brasileira provavelmente passou, entre 2010 e 2014, pelo seu momento ‘de ouro’ no contexto dos últimos séculos, em termos de acesso a direitos básicos por parte da população, tendo o desemprego batido recordes mínimos sucessivos chegando a 4% em 2014, e o programa Fome Zero chegando ao seu apogeu com dezenas de milhões de famílias brasileiras tiradas da miséria profunda, além da criação de 18 novas Universidades com dezenas de campi e, principalmente, a criação dos Institutos Federais que no fim do 1º mandato de Dilma Rousseff chegariam a quase 600 campi (MEC, 2015).

Finalmente, a prática da administração pública brasileira não cessa de demonstrar, através de resultados os mais diversos, o tamanho do componente falacioso destas afirmativas, dentre os quais pode-se citar como um mero exemplo o da grande produtividade do país em produção científica, tendo o Brasil passado de 1,5% para 3,0% do total internacional de artigos publicados em revistas indexadas entre 2001 e 2010, ocupando então o 13º lugar mundial (DE NEGRI, 2017), sendo 95% da produção científica brasileira originada nas Universidades Públicas (CROSS; THOMSOM; SINCLAIR, 2018), ou ainda exemplos do Estado como empreendedor, no qual o Brasil detém algumas das empresas públicas mais lucrativas da história moderna, como Banco do Brasil, Petrobrás, Caixa Econômica Federal, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, etc. que em 2018 tiveram o maior lucro de toda sua história, mais de R\$ 77 bilhões (GLOBO, 2019).

### **3.3. Orçamento Público Brasileiro: espaço de disputa de projetos antagônicos**

Formalmente um instrumento através do qual o Estado administra suas despesas e as dívidas de todos os poderes e instâncias, o Orçamento Público sempre esteve no Brasil envolto por tecnicidades de difícil compreensão e acesso limitado para o grande público, e mesmo no início do Século XXI com a disponibilização de diversos guias, cartilhas, *websites* interativos e portais da transparência que supostamente facilitaríamos o seu acesso pela população, o conteúdo obscuro de seus itens fundamentais garante que apenas um percentual diminuto e selecionado de cidadãos participe de fato das discussões em torno de sua formulação e, posteriormente, de sua execução, o que pode ser explicado por ser ele, o

orçamento, um instrumento historicamente determinado, evoluindo seu papel assim como evolui o Estado e a visão da sociedade (ARANTES, 2019).

Desta forma, para Bastos (2012) um dos principais componentes do legado varguista, que mudou radicalmente a estrutura produtiva e financeira da economia brasileira com a instituição da industrialização, e da formação de uma forte demanda de empregos urbanos, foi justamente o fortalecimento dos mecanismos de regulação pública, entre eles a constituição de processos mais complexos para o Orçamento Público, tendo em vista o vertiginoso aumento da produção e do PIB brasileiro a partir de 1930, impulsionado principalmente por investimentos públicos, com um Estado que até os anos 1980 ainda participaria majoritariamente de setores como Ferrovias, Petróleo, Aço, Mineração, entre outros (BASTOS, 2012).

Torna-se assim relativamente claro entender ser o próprio Orçamento Público um objeto de disputa entre as elites políticas e econômicas e os outros setores sociais, na medida em que a maior parte do gasto público na economia surge exatamente no século XX, quando o Estado cresce em soberania e dimensão, e com ele cresce o tamanho dos gastos, sendo assim possível afetar, por meio das escolhas adotadas no processo orçamentário, a própria formação e distribuição de riqueza e renda na sociedade (ARANTES, 2019).

Pode-se inferir assim que os repetidos ‘vaivéns’ políticos vivenciados no Brasil desde o início do Século XX, com governos de orientação trabalhista/ desenvolvimentista sendo alijados do poder por golpes sempre que a desigualdade socioeconômica começa a diminuir, giram todos no fim das contas por alterar também a ‘forma com o dinheiro público é gasto’, se em políticas de investimento social como no último governo trabalhista de 2003-2014, que reduziram a extrema pobreza em mais de 63% no Brasil, se em políticas de arrocho e ‘austeridade’ que terminam por concentrar renda e aumentar a riqueza das classes dirigentes, como a partir de 2016.

Segundo Arantes e Lopreato (2017), uma análise histórica e filosoficamente informada acerca da evolução da política fiscal entre os finais dos anos 1990 e o segundo governo trabalhista do Presidente Lula (2006-2010), tende a mostrar, entre outras importantes constatações, que ao iniciar-se em janeiro de 2003, o governo trabalhista encontrou um cenário de desemprego elevado e instabilidade interna com as turbulências pré-eleitorais, além da vulnerabilidade externa da economia brasileira oriunda da reversão do ciclo de liquidez internacional a partir de 2001, e foi nesse momento que então Ministro da Fazenda, Palocci, é incumbido de manter a política fiscal do segundo mandato FHC, aprofundando a

política de geração de superavit primários e criando um plano de ajuste fiscal de longo prazo para zerar o déficit nominal e incentivar assim o crescimento.

Para esses autores, o que tem-se nos 3 primeiros anos do primeiro governo do Presidente Lula é uma visão de continuidade neoliberal na política fiscal já adotada por FHC, que apesar de ter cumprido seu objetivo fundamental, não provocou o aumento de emprego e renda prometidos pelo Candidato Lula em sua campanha, o que só ocorreria a partir 2006, quando a política fiscal sofre substantivas alterações que trazem um Estado impulsionador do desenvolvimento social e do crescimento econômico, com aumento elevado do mercado interno via aumento do emprego, renda e investimentos em áreas chave da economia (ARANTES; LOPREATO, 2017).

Uma análise efetuada entre o final dos anos 1980, período de arrocho, inflação galopante e desemprego, e o cenário pós-golpe de 2016, mostraria claramente três fases no que diz respeito à orçamentação no Brasil, ao menos no que diz respeito aos percentuais de investimento em serviços públicos essenciais e garantia dos direitos básicos como educação, saúde e emprego, o que é efetuado por Fagnani (2017), demonstrando que, em termos de seus resultados socioeconômicos, o orçamento para as políticas sociais precisa ser necessariamente dividido em três períodos deste a Constituição de 1988, ou seja, (a) o período 1990-2002, com variação positiva da desigualdade praticamente nula, em que o autor demonstra que “[...] entre 1981 e 2003, a renda per capita manteve-se estagnada, e a situação do trabalho piorou” (FAGNANI, 2017, p. 6); (b) o período 2003-2014, com uma redução drástica do índice Gini e sobretudo ampliação em até 250% da renda dos decis mais baixos (especialmente o 7º, o 8º e o 10º decis), quando nos dizeres do autor “[...] houve ‘uma ruptura’ com o padrão anterior. Pela primeira vez, a redução das desigualdades no interior da distribuição pessoal da renda do trabalho acompanhou a elevação da renda per capita” (FAGNANI, 2017, p. 6-7), e finalmente (c) o período pós-golpe parlamentar de 2016, com piora radical nos indicadores sociais, incluindo o índice Gini que não parou de aumentar desde então, quando o autor afirma que “[...] desde a destituição espúria do governo legitimamente eleito pelo voto popular [que] caminham na direção oposta de um projeto de desenvolvimento. Assistimos à destruição de todos os mecanismos necessários para a consecução desse objetivo” (FAGNANI, 2017, p. 4).

Assim, tem-se como exemplo justamente a discussão em torno do Orçamento Social neste início de Século XXI, conforme se pretende esclarecer mais detalhadamente a seguir, tomando-se aqui como recorte de análise a discussão pública em torno do investimento em

direitos sociais que ocorre no Brasil mais intensivamente desde o final da década de 1990, com foco nos direitos trabalhistas e previdenciários.

Muito embora o Governo trabalhista do Presidente Lula (2003-2010) tenha sido capaz de gerar 11 milhões de empregos sem diminuir os salários nem os encargos trabalhistas, a partir do fim do curtíssimo segundo mandato Dilma Rousseff, via golpe parlamentar, os meios de comunicação investiram pesadamente na campanha em torno da necessidade da ‘reforma trabalhista’ como única forma de gerar empregos no Brasil durante o governo [do golpista] Michel Temer, demonstrando Dweck, Oliveira e Rossi (2018), que a política de austeridade econômica que se instalou a partir do governo de Michel Temer terminava por se sustentar em “*argumentos frágeis e estudos controversos que, em sua maioria, propagam uma alegada sabedoria convencional não amparada em evidências [...]*” mas que, apesar do exemplo claro dos governos trabalhistas de que orçamento social traz retorno econômico, ainda assim para as autoras, “[...] *o debate público no Brasil encontra-se contaminado pelo discurso das supostas virtudes da austeridade*” (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018, p. 6).

Nesse sentido, as políticas de desmonte pós 2016 – especialmente a ‘reforma trabalhista’ que, na prática, não gerou ‘um emprego sequer’, mas retirou R\$ bilhões da renda dos trabalhadores, e a ‘reforma da previdência’ que inviabilizou o direito à aposentadoria de milhões de brasileiros – são não apenas injustificáveis, como de tão injustificáveis, tornaram necessário criar e massificar-se industrialmente falácias sem qualquer fundamento via televisão, whatsapp e outros meios de desinformação habilmente usados pelos setores dominantes, o que é analisado especialmente pelo já citado Fagnani (2017) tratando diretamente da questão relacionada ao falseamento da realidade por parte dos meios de comunicação de massa empresariais brasileiros, tendo papel de ‘orientadores’ de uma imensa campanha de desinformação para desconstruir as conquistas do governo trabalhista, chegando a afirmar que o “[...] *domínio da ‘pós-verdade’ nas redações das corporações jornalísticas encoberta o fato rudimentar que existem diferentes metodologias consagradas de mensuração da desigualdade de renda e de riqueza.*” (FAGNANI, 2017, p. 6).

Desta forma, espera-se ter demonstrado nesta seção elementos a reforçar a primazia do Orçamento Público como espaço de disputa onde os diversos atores sociais, políticos e econômicos se enfrentam com a finalidade de influir no direcionamento dos vastos recursos públicos brasileiros, que como se viu, afetam, por meio das escolhas adotadas no processo orçamentário, a própria formação e distribuição de riqueza e renda na sociedade.

### 3.4. Estado Brasileiro e Manutenção das Desigualdades de Raça e Classe Social

Apesar dos ainda frequentes discursos em prol de uma certa ‘democracia racial’ no Brasil, país onde todas as raças supostamente viveriam em harmonia, estudos realizados a partir dos dados da PNAD contínua e da PNAD-Covid do IBGE mostram que a taxa de pobreza das mulheres negras no Brasil aumentou de 33% no período pré-pandemia para absurdos 38% em 2021, com um crescimento um pouco menor da taxa de pobreza dos homens negros, passando de 32% para 36% ao longo do mesmo período. Mas no caso das mulheres brancas, mesmo depois do crescimento da pobreza causado pela pandemia o percentual de pobreza é de apenas 19%, enquanto que o de homens brancos é ainda menor, 18% (ROUBICECK, 2021), demonstrando de forma cristalina a gritante diferença nas condições de vida de negros e brancos no Brasil.

O título desta seção faz referência direta a proposições clássicas, hoje consideradas um tanto ultrapassadas, acerca da formação histórica das classes sociais no país, teorizadas inicialmente por Gilberto Freyre que, em duas obras da década de 1930 – negando as ideias de caráter racista e eugenista vigentes ao longo do período imperial e durante a 1ª República, que responsabilizavam os negros e a miscigenação racial pelo subdesenvolvimento do país – passa a reconhecer o papel central da população negra na formação da sociedade brasileira, enxergando relações de dominação mais sofisticadas e complexas para a explicação das dinâmicas do poder no país, com os brancos sempre no topo da estrutura (CRUZ, 2021).

Em certa medida, pode-se afirmar que a partir de meados do Século XX, por influência direta do trabalho de Freyre, foi predominante nas ciências sociais a ideia do Brasil como um ‘paraíso racial’, onde todas as raças podiam viver bem e em harmonia (SKIDMORE, 1976; WINANT, 1994), e a conotação do país como a de uma verdadeira ‘democracia racial’ (WAGLEY, 1952), um mito reforçado à época por manifestações culturais tipicamente brasileiras, oriundas do processo de formação da sociedade nacional, como a capoeira, o carnaval brasileiro e o samba, além do sincretismo religioso representado especialmente pela Umbanda e, em menor grau, pelo Candomblé e, *reforçando ainda mais a imagem de suposta igualdade interracial*, pela seleção brasileira de futebol profissional campeã mundial nas décadas de 1950, 1960 e 1970 (ZAAK SARAIVA; PEREIRA, 2017).

Muito embora o conjunto das proposições de Gilberto Freyre tenha sido gradativamente superado a partir, sobretudo, da constatação de que as relações inter-raciais ‘harmônicas’ visualizadas por Freyre eram dificilmente perceptíveis na prática – o mito da chamada ‘Democracia Racial’, expressão nunca usada por Freyre mas popularizada a partir da

consolidação de suas ideias – importa considerar que a tradição Freyreana passou a integrar o discurso dominante no país a partir de meados do Século XX, em muitos casos justificando com ar de sofisticação a completa falta de ação estatal direcionada a corrigir ou mitigar as gritantes desigualdades de acesso a bens e serviços públicos fundamentais como saúde e educação, por parte da população negra em relação à minoria branca (SOUZA, 2010).

Nesse sentido, Bairros (1996) ao resenhar criticamente publicação de cientista norte-americano que se baseia em entrevistas com dezenas de militantes de movimentos negros do Rio de Janeiro e São Paulo (HANCHARD, 1994), se depara com uma pergunta do autor do livro que trata justamente da contradição percebida nos parágrafos anteriores, isto é, como lutar ou defender direitos para uma maioria racial gritantemente excluída, se para a sociedade em questão não existe desigualdade racial, mas apenas uma relação equilibrada e harmônica?

Nas palavras reproduzidas pela autora, *“Como pode ser possível lutar por igualdade racial num país descomprometido com a garantia da cidadania para a maioria da população e, ao mesmo tempo, lutar contra uma ideologia que afirma a inexistência de discriminação racial?”* (HANCHARD, 1994, p. 21, apud BAIROS, 1996), restando evidente a constatação mundial acerca da falácia no discurso dominante da ausência de desigualdade racial no Brasil.

Ainda nesse ínterim, a autora apresenta uma grande contribuição do pesquisador na construção de explicações para a situação racial brasileira, na medida em que o citado autor fez uso do conceito de hegemonia de Gramsci como mecanismo que permitiria às elites despolitizar as relações desiguais entre brancos e negros adiando embates via neutralização da identidade negra, ou seja, os brancos brasileiros muito menos através de coerção e muito mais através de socialização, lograram implantar uma ideologia que transforma seus interesses em interesses da maioria e evita a possibilidade de processos vitoriosos de mudança nas bases da sociedade, adiando uma espécie de ‘revolução passiva’ (BAIROS, 1996).

Nessa mesma toada, Chalhoub (2010) apresenta proposições baseadas no estudo comparativo sobre a situação dos negros libertos no Brasil, Cuba, Estados Unidos e Suriname, demonstrando, entre outros resultados, que o percentual de negros libertos no Brasil na segunda metade do Século XIX era equivalente a 73,75% da população negra, em comparação com 60,9% em Cuba, 11% de negros livres nos Estados Unidos, e apenas 0,8% no Suriname, o que conforme o autor demonstra, resulta em situações sociais tão diversas quanto possível, já que a presença de um elevado número de negros libertos como no Brasil e em Cuba trazia como consequência, além do estabelecimento de uma gama de relações entre os libertos, supostamente não escravizados mas ainda assim submetidos a condições de trabalho e dignidade muito diferenciadas daquelas da população livre branca, também o fato

de que a solidariedade entre a população negra fosse bem menor que no caso norte americano ou do Suriname, além da dificuldade muito maior de se obter alforria nesses dois últimos países, onde era necessária autorização legislativa para tal (CHALHOUB, 2010).

Chalhoub propõe então seu conceito de precariedade estrutural da liberdade (dos negros alforriados) baseado em grande medida nas tênues fronteiras entre escravidão e liberdade, existentes em grande parte dada a condição de fome e desigualdade na qual a maioria dos libertos se encontrava, submetendo-se portanto a condições às vezes similares às do trabalho escravo para subsistir, em diversas regiões do país, relações e condições estas presentes em lugar central na origem da atual desigualdade racial (CHALHOUB, 2010).

Desta forma, partindo dos breves elementos apresentados acima acerca da ilusória harmonia e da pseudo-igualdade existente entre negros e brancos no Brasil, confrontada diariamente pela dura realidade de exclusão e morte pela ação estatal vivida por negros, apesar dos avanços vivenciados nos governos Lula e Dilma que são em boa parte revertidos no pós-golpe, esta seção analisa doravante o descolamento entre as políticas públicas e a infraestrutura de serviços públicos, e os interesses futuros e imediatos da população negra, que constitui a imensa maioria da sociedade brasileira.

A fim de se atingir o objetivo serão levados em conta dois eixos articuladores principais, a saber **(1)** a necessidade de pontuar-se o conceito de Políticas Públicas em sua relação com os impactos positivos e negativos das mesmas em relação aos seus objetivos, tal como descrito por autores como Matos (2019), Pires (2017) ou Castro (2012), no que diz respeito, especialmente, às políticas de redução da desigualdade racial, e **(2)** a necessidade de vislumbrar as Políticas Públicas de redução da desigualdade racial dentro da própria proposição de que o Estado de Bem Estar Social pode ser entendido menos como resultado das determinações políticas do pós-guerra e mais como um elemento estrutural das economias capitalistas contemporâneas, tal como vislumbrado principalmente nas proposições de Lavinias e Gentil (2018) e Vanderborght e Van Parijs (2006).

Como primeiro eixo articulador, analisando as políticas de igualdade racial no contexto latino-americano e brasileiro, procura-se aqui construir sistematização inicial sobre as origens ou raízes ideológicas que norteiam ou justificam a atuação retrógrada ou negativa das políticas públicas em relação à desigualdade racial, deixando claro que, como proposto por Matos (2019), a análise das políticas públicas jamais deve dar-se de forma unidimensional, ou seja, nas palavras da autora, não é porque um governo “é de esquerda” que todas as políticas implementadas terão características de inclusão racial, e de forma oposta, não é porque um governo “é ultraneoliberal” que todas as políticas adotadas terão

caráter excludente, já que entre outras razões haverá também oposição ou apoio da sociedade civil organizada e, nesse sentido, se durante décadas o Estado Brasileiro conviveu ‘pacificamente’ com a exclusão racial extrema, o preconceito, e a falta de iniciativas para mitigá-los, de alguma maneira é porque a própria sociedade aceitava ativa ou passivamente este estado de coisas (MATOS, 2019).

A respeito dessa relação da burocracia e do Estado com a desigualdade racial e social de que trata Matos (2019), e das tentativas de reduzir a gritante desigualdade através de políticas de igualdade racial, Pires (2017) é enfático ao afirmar que as políticas públicas seriam nada menos que o “*principal instrumento à disposição dos governos para enfrentar os problemas associados às desigualdades entre cidadãos*” (PIRES, 2017, p. 7), chamando atenção ao fato de os efeitos práticos das políticas nem sempre serem os previstos, já que mesmo programas governamentais formalmente projetados para reduzir disparidades raciais, sociais, econômicas, étnicas e regionais encontram algumas vezes baixa efetividade na prática, devido à falta de investimentos ou à dificuldade de realizá-los, além do fato de que esses programas de redução da desigualdade são muitas vezes anulados por certas ações governamentais que contribuem na direção oposta (PIRES, 2017).

Para Castro (2012), dentro da área das políticas públicas, a própria concepção de política de igualdade racial supõe necessariamente que a aplicação desta, em seu último estágio, e através de complexos esquemas de distribuição renda, prestação de bens e serviços, e distribuição de ativos patrimoniais “*afetam a situação social dos indivíduos, famílias e grupos sociais, induzindo melhorias na qualidade de vida da população e, ao mesmo tempo, dadas suas dimensões, alteram a economia e a autonomia*” do país (p. 1012).

No que diz respeito ao segundo eixo articulador deste texto, ou seja, sob o entendimento do Estado Protetor como um elemento estrutural das economias capitalistas contemporâneas, elemento este articulador da relação entre o Estado e o mercado, e entre o Estado e a Sociedade, inicia-se com as conclusões de alto valor de Lavinias e Gentil (2018).

Basicamente, Lavinias e Gentil (2018) lembram, analisando o surpreendente ciclo mais recente de crescimento brasileiro ocorrido entre 2003 e 2014 – quando o rendimento médio do trabalhador teve aumento real de 3,5% ao ano, o salário mínimo subiu 70% em valores constantes, os empregos formais segundo a RAIS cresceram em 21 milhões e o índice Gini chegou ao mínimo histórico de 0,489 com gasto social federal subindo de 12,6% para 17% – que a redução de nenhuma dessas assimetrias, nem a homogeneização de padrões de consumo durante o período, foram capazes de diminuir a desigualdade racial.

As autoras citam o clássico Furtado (2013) para justificar a impossibilidade de que o apogeu econômico vivido durante os governos trabalhistas tenha tido condições de reduzir a desigualdade racial crônica da sociedade brasileira, já que segundo Furtado (2013) no âmbito das economias capitalistas desenvolvidas, especialmente as economias do norte da Europa, uma característica fundamental do crescimento do sistema capitalista pós-guerra foi que essas economias promoveram um processo de equalização das oportunidades que levaram tais sociedades a se tornarem mais homogêneas, esclarecendo o autor que a homogeneização a que se refere não tem relação com padrões de vida e consumo, mas sim a satisfação por parte do conjunto dos membros de uma sociedade, das necessidades específicas “*de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação, lazer, e a um mínimo de bens culturais*” (FURTADO, 2013b, p. 253, citado por LAVINAS; GENTIL, 2018).

As autoras terminam por chamar à atenção o fato de que os governos trabalhistas, mesmo sob um contrato social inovador (carta aos brasileiros do 1º Governo Lula) baseado na Constituição Cidadã de 1988, e no contexto de um ciclo de crescimento, conseguiram apenas avanços modestos no que diz respeito à redução da desigualdade racial, como a lei de quotas, e, principalmente, que os avanços logrados no período 2003-2014 foram revertidos quase integralmente pelas ‘reformas’ neoliberais aprovadas no governo Temer, como a PEC dos Gastos Públicos, a Reforma Trabalhista (fim da CLT), ambas à época em que as autoras produziram a análise (LAVINAS; GENTIL, 2018) e, depois da publicação de seu texto, pela continuidade destas reformas no governo profascista empossado em janeiro de 2019, já que a redução gritante da renda corrói os ganhos obtidos pela população negra em termos educacionais entre 2003-2014.

Julga-se relevante, finalmente, resgatar análises de Vanderborgh e Van Parijs (2006) sobre as políticas de proteção social e redução das desigualdades implantadas nos países da Europa do norte a partir dos 1960, de que, embora a configuração concreta destas políticas varie muito entre cada país, esses diversos mecanismos visam no final das contas a criar uma rede proteção de último recurso para os mais desfavorecidos, garantindo a estes estamentos da sociedade o acesso a um mínimo de meios de subsistência, refutando, na maioria dos casos, o pagamento em gêneros e a obrigatoriedade do trabalho ou contraprestação de serviço, fugindo das concepções mais antigas de assistência social, mas ao mesmo tempo vinculando o acesso aos bens culturais que no fim das contas garantem a igualdade no longo prazo.

Tais entendimentos caminham, é claro, em paralelo a prescrições clássicas da sociologia brasileira, notadamente nas leituras de Florestan Fernandes, no sentido de que se o Estado Brasileiro não atuou nesta direção (ou seja, na direção da inclusão dos direitos básicos

à maioria negra da população) durante a maior parte de sua história republicana, isto diz respeito justamente à postura das classes dominantes brasileiras, incapazes de assumir o papel de liderança rumo a uma sociedade capitalista moderna, com classe trabalhadora de alto poder de consumo, já que segundo Florestan o papel deste setor dominante sempre terminava sendo controlado ‘de fora’ (FERNANDES, 1972), o que para Jessé de Souza pode ser entendido como ‘espírito da República Velha embebido de cultura bacharelista’ (SOUZA, 2009).

Finalmente, acerca do papel prestado por Gilberto Freyre para a evolução da Sociologia Brasileira, reconhece-se aqui que Freyre inovou ao propor novas perspectivas de conflito social que superam as antigas referências à disputa de classes sob uma perspectiva meramente racial: ao invés da dicotomia puramente racial ‘branco X negro’ que era comumente apresentada até a época da publicação de seus primeiros livros, haveria na realidade uma contradição muito mais sofisticada, a contradição entre a ‘tradição burguesa europeia’ que aportou no país com a chegada da corte portuguesa em 1808, e de outro lado a ‘tradição patriarcal’ ou as tradições culturais tradicionais chamadas por Freyre de ‘orientais’, referindo-se à toda a rica mescla de valores africanos, portugueses e rurais da vida colonial brasileira, contradição esta bem apresentada na obra *Sobrados e Mucambos* (SOUZA, 2010).

Desta forma, espera-se ter demonstrado, dentro do espaço ocupado por esta seção, a profunda contradição existente entre a dicotomia realidade/fantasia da condição negra no Brasil, que mascara a existência de uma massa de dezenas de milhões de excluídos que ostentam indicadores socioeconômicos gritantemente piores que aqueles ostentados pelos brancos, por um lado, e a aparente falta de quaisquer políticas mitigadoras da desigualdade histórica vivenciada pela população, negra durante a maior parte da história do Brasil Republicano, conforme demonstrado no corpo da própria seção, de outro lado, reconhecendo que houve grandes avanços em termos de exercício de direitos pela população negra durante o governo trabalhista de 2003-2014, mas que esses avanços foram praticamente anulados e corroídos a partir da devastação neoliberal iniciada por Temer e continuada após 2019 durante o desgoverno protofascista.

### **3.5. O Tamanho do Estado como Ferramenta de Manutenção da Dependência**

Em novembro de 2020, com o adiamento em Brasília das tramitações do Projeto de Reforma Administrativa, PEC 32/2020, pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, tornou-se claro o grande desgaste político trazido pela radical proposta em tramitação que previa – entre outros – o fim da estabilidade e dos concursos públicos,

desgaste este causado, sobretudo, pela inclusão no projeto dos servidores federais em atividade, e que nas palavras do próprio então presidente da câmara iria "*levar a um atraso e a, certamente, muitas ações no Poder Judiciário*" (SAID, 2020), e ficou clara ao observador atento a existências de profundas contradições no projeto de reforma, ainda que se reconheça aqui que, dada a relativa facilidade com que o ‘Novo Neoliberalismo Brasileiro Pós-Impeachment’ conseguiu aprovar a entrega do pré-sal e a ‘reforma trabalhista’ com Temer, e a ‘reforma da previdência’ já no governo Proto Fascista, seria de crer então que a Reforma Administrativa fosse aprovada em 2021 ou 2022, o que não se observou.

Postula-se nesta seção que a PEC 32, para além de um retrocesso relativo – levando-se em consideração a profunda reestruturação do Estado brasileiro ocorrida entre 2003 e 2014, nos governos Lula e Dilma (CARDOSO JR.; KLIASS, 2016; SALLUM JR.; CARDOSO, 2016) – é na verdade mais uma das tentativas dos centros do capitalismo, no estrangeiro, por intermédio das classes dominantes brasileiras e seus representantes estatais, de impedir o tênue e muito gradual processo de desenvolvimento autônomo sustentável da economia nacional reiniciado em 2003, encerrando mecanismos mínimos de garantia da eficiência da ação do Estado, como os concursos públicos para acesso às carreiras estatais, diminuindo a capacidade gerencial e de planejamento estatal, e destruindo finalmente os mecanismos de redistribuição de renda como o Bolsa Família, reduzindo a taxa de investimento, encerrando drasticamente o ciclo de pleno emprego e achatando o poder de compra da classe proletária até os níveis mínimos toleráveis, principalmente para resguardar aos países centrais a primazia sobre o uso dos recursos naturais (SOUZA, 2016).

Visando analisar porque no Brasil não foi possível a obtenção de uma cidadania ativa até o final dos anos de 1980, a partir dos conceitos de periferia, dependência e subdesenvolvimento na formação do capitalismo no Brasil, faz um recorte a partir das etapas de evolução do Estado e da transformação da Administração Pública Brasileira a partir do Século XIX, sintetizado nos parágrafos a seguir.

Inicialmente, no esteio do citado recorte, faz-se uso, assim como na 1ª e 2ª seções deste capítulo, da categorização de Miglioli (2006) sobre as quatro categorias de instrumentos historicamente usados pela Burguesia para conquistar e perpetuar seu domínio sobre as demais classes sociais, ou seja (a) o controle e a propriedade dos meios de produção; (b) o aparato político e administrativo do Estado Nacional; (c) as estruturas de coerção social e repressão pública; e (d) os aparatos de dominação ideológica (MIGLIOLI, 2006).

Ora, levando-se em consideração os elementos descritos por Miglioli (2006) e sua articulação com as classes sociais e as relações de dominação entre elas, sob abrigo do Estado,

importa essencialmente interpretar na formação do Estado Brasileiro a construção de falsos mitos que serviram como aparatos de dominação ideológica para manutenção das estruturas sociais de desigualdade e violência até a atualidade, como por exemplo a falácia da democracia racial, ou ainda o mito da meritocracia – entre outros abordados em diferentes seções deste capítulo– além do mito da cidadania conquistada a partir da Constituição de 1988 (CARVALHO, 2008).

Nesse sentido, Carvalho (2008) analisando até a virada do Século XXI o exercício da cidadania no Brasil, demonstra que a expansão final dos direitos progressivamente instaurada a partir do fim da ditadura, especialmente a partir da nova Constituição de 1988, foi bastante liberal, mas foi liberal sobretudo, em relação aos direitos políticos, dando o direito de voto então a cerca de 30 milhões de analfabetos, além de ter permitido o florescimento de dezenas de partidos e um percentual elevado e crescente de eleitores, além da própria consolidação da democracia que só começaria a ser ameaçada de novo a partir do governo Dilma.

Contudo, o autor antecipa no trabalho a continuidade ou permanência de mazelas sociais que ainda hoje (especialmente após o golpe de 2016) assolam o Brasil, notadamente a desigualdade social gritante, o subemprego e o desemprego, além de ter previsto já na primeira edição, em 2001, com 18 anos de antecedência, a reforma previdenciária – que o governo proto-fascista eleito com base em *fake news*, somente em 2019 logrou aprovar – além de ter constatado já em 2001 a permanência de outras deficiências históricas na sociedade brasileira, como o racismo estrutural (CARVALHO, 2008).

É assim, dentro deste contexto maior de conformação do Estado Brasileiro aos interesses da burguesia entreguista, que se justifica a presença permanente do falso mito do ‘inchaço e ineficiência do Estado’ já abordado em seção anterior e que na prática nunca desaparece, apenas se esconde em momentos de conjuntura política adversa à direita e à extrema-direita, para sempre reaparecer em seguida, nos momentos de refluxo dos interesses da maioria como o pós-2016, e é, portanto, como uma manifestação do Aparato de Dominação Ideológica visando manter o *status quo*, que a administração pública brasileira é tradicionalmente reputada como “antro” de burocracia excessiva e ineficiente dentro de um estado inchado e inoperante (SANTOS, 1993).

Desta forma, crê-se explicadas, embora com relativa simplicidade, as razões da permanência do discurso altamente falacioso que acompanha a já citada PEC 32/2020 que ameaça ser colocada em votação pelo atual presidente da Câmara do Deputados no início do terceiro Governo Lula, o Deputado Arthur Lyra, em pleno 2023 ou início de 2024, ou seja, é porque as elites econômicas, aí incluindo-se os poderosos aglomerados de mídia brasileiros,

entre os maiores do mundo, precisam – cumprindo sua função de manter o capitalismo brasileiro dependente dos centros estrangeiros – a cada par de décadas deter o Estado em sua função de indutor da renda e de regulador do processo acumulativo, na forma de direitos trabalhistas e sociais, que o aparato de dominação ideológica age em coro para falsear a verdade e difundir os falsos mitos, num fenômeno sócio-histórico complexo que busca, em linhas gerais, um descolamento frequente entre a atuação do Estado Brasileiro – incluindo cada peça de sua máquina – e o interesse da ampla maioria dos cidadãos ou, dizendo de outra forma, um atrelamento quase permanente entre a atuação do Estado e os interesses do grande capital, sendo o gozo dos direitos ao longo do tempo muito mais uma concessão, que de alguma forma também trazia vantagens ao capital, do que efetiva conquista (SANTOS, 1979).

Assim, julga-se restar um pouco mais clara a associação entre as mudanças provocadas pela Burguesia no papel do Estado Brasileiro ao longo da dinâmica evolutiva das classes sociais – seja através de da retirada de direitos já consagrados, como especialmente verificado após o impeachment de Dilma Rousseff com as já citadas ‘reformas’ trabalhista ou previdenciária, ou a entrega do pré-sal a grupos estrangeiros, seja pela própria tentativa de golpe ou derrubada de tantos governos com orientação ‘pró ampliação’ da cidadania como Vargas, Juscelino, Jango, Lula e Dilma – e a relativa ausência de cidadania ativa dos brasileiros: é que tendo desde seu início sido ‘regulada’ pela condição de trabalho, a cidadania desde 1930 ficou atrelada à condição de encaixe passivo ao sistema de exploração capitalista (SANTOS, 1979).

### **3.6. Conclusão do Capítulo 3**

Neste Capítulo buscou-se destacar algumas características da permanente disputa de projetos por trás da formulação das políticas públicas que impactaram e impactam as condições socioeconômicas e, principalmente, o processo de industrialização Brasileiro, cujo marco histórico mais importante é, sem dúvidas, o advento do primeiro Governo de Getúlio Vargas, iniciado em 1930 a partir da conflagração da Revolução de 1930.

Inicialmente, tem-se na primeira seção do Capítulo uma busca por explicitar-se, ao longo da evolução da industrialização do Brasil, manifestações de interesses antagônicos que se articulam desde o período colonial basicamente em duas direções, aquelas forças interessadas em dinamizar a economia nacional através de processos de industrialização, e de outro lado, as forças que tinham ou têm interesse na desindustrialização ou primarização do território nacional, procurando atribuir à economia brasileira uma dependência da exportação

de commodities e atribuindo ao capital nacional o papel de operador da produção de bens primários, derivando principalmente da correlação de forças entre os dois grupamentos os avanços e retrocessos presenciados na arena da economia industrial brasileira.

Quanto à segunda seção, tem-se uma busca por demonstrar, dentro da complexa teia de interrelações culturais e econômicas entre as classes sociais, no âmbito da discussão pública sobre o papel do Estado, a natureza das três *falácias* sobre a suposta ineficiência do Estado Brasileiro que se consolidam nas discussões sobre projetos de nação, sendo a 1ª delas a ideia de que o Estado Brasileiro apresentaria um *gigantismo* com elevado e desnecessário número de servidores e elevado 'custo' de manutenção, a 2ª a proposição de que a atuação do Estado Brasileiro seria historicamente avessa ou *contrária à iniciativa privada*, dificultando a atuação das empresas e investimentos privados, e dificultando seus resultados; e a 3ª a hipótese de que o Estado Brasileiro seria *ineficiente, lento e pesado*, constituindo-se no final das contas num empecilho à modernização e ao desenvolvimento econômico e social, incapaz de satisfazer os interesses da sociedade.

Na terceira subseção, procurou-se demonstrar elementos a reforçar a primazia do Orçamento Público como espaço de disputa onde os diversos atores sociais, políticos e econômicos se enfrentam com a finalidade de influir no direcionamento dos vastos recursos públicos brasileiros, que afetam, por meio das escolhas adotadas no processo orçamentário, a própria formação e distribuição de riqueza e renda na sociedade.

Em seguida, na quarta seção do capítulo, o que procurou-se demonstrar foi a profunda contradição existente entre a dicotomia realidade/fantasia da condição negra no Brasil, que mascara a existência de uma massa de dezenas de milhões de excluídos que ostentam indicadores socioeconômicos gritantemente piores que aqueles ostentados pelos brancos, por um lado, e a aparente falta de quaisquer políticas mitigadoras da desigualdade histórica vivenciada pela população negra, durante a maior parte da história do Brasil Republicano, de outro lado, reconhecendo que houve grandes avanços em termos de exercício de direitos pela população negra durante o governo trabalhista de 2003-2014, mas que esses avanços foram praticamente anulados e corroídos a partir da devastação neoliberal iniciada por Temer e continuada após 2019 durante o desgoverno protofascistóide.

Já na quinta seção busca-se, a partir da análise de um projeto de emenda constitucional, a PEC 32 de 2020, também chamada de 'Reforma Administrativa' – que previa alterações radicais na natureza do Serviço Público, como o fim da estabilidade e dos concursos públicos – que a referida emenda constituía não apenas um retrocesso relativo, mas que, na prática, era apenas mais uma das tentativas dos centros dominantes do capitalismo

internacional, por intermédio das classes dominantes do Brasil, de impedir o tênue e gradual processo de desenvolvimento autônomo sustentável da economia brasileira reiniciado em 2003, através da extinção de mecanismos mínimos de garantia da ação estatal como os concursos públicos e, assim, diminuindo a capacidade gerencial e de planejamento estatal, e destruindo finalmente os mecanismos de redistribuição de renda como o Bolsa Família, reduzindo a taxa de investimento, encerrando drasticamente o ciclo de pleno emprego e achatando o poder de compra da classe proletária até os mínimos toleráveis, principalmente para resguardar aos países centrais a primazia sobre o uso dos recursos naturais.

A seguir, no Capítulo 4, apresenta-se um panorama da Industrialização em Santa Catarina e, foco desta dissertação, um estudo de caso sobre o APL Eletrometalmeccânico de Luzerna-SC.

#### 4. ECONOMIA E INDÚSTRIA EM SANTA CATARINA E EM LUZERNA-SC

O presente Capítulo chega finalmente a apresentar o objeto principal de análise desta dissertação, a saber, a economia industrial do pequeno Município de Luzerna, emancipado politicamente da municipalidade vizinha de Joaçaba apenas em 1996, situando o processo Luzernense, necessariamente, dentro do processo regional de industrialização do Estado de Santa Catarina que, como se verá adiante, guarda características *sui generis* em relação ao contexto da industrialização Brasileira de maneira geral.

Inicialmente, será composto um panorama da economia e da industrialização catarinenses, com base em pesquisa bibliográfica e em análises sobre alguns dados disponíveis na Rede Mundial de Computadores, analisando-se em seguida de maneira concentrada a balança comercial geoeconômica do APL de Luzerna e seu grau de inovação.

##### 4.1. Economia e Indústria em Santa Catarina<sup>9</sup>

Dentre as regiões industriais brasileiras, o Estado de Santa Catarina pode ser considerado como um *Locus* de especial interesse, já que o território catarinense apresenta características muito peculiares da produção industrial, da propriedade e da renda, como por exemplo o fato de ostentar em 2021 o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, da ordem de 0,792 o que lhe dá o *3º maior IDH entre os 27 entes da Federação*, atrás apenas do Distrito Federal e do Estado de São Paulo (ATLAS BRASIL, 2022), além de apresentar o menor percentual de pessoas em nível de pobreza e o maior índice de ocupação formal de emprego de todo o território brasileiro, bem como ostentar uma proporção de pessoas nas classes A e B significativamente acima da média nacional, com 15% dos habitantes do Estado – ou 1 milhão de pessoas – nessa condição, enquanto que no Brasil esse setor da população representa 10% (IPEA, 2019; IBGE, 2019a).

O Estado também chama a atenção quanto ao potencial de consumo, por apresentar o 7º maior potencial de consumo do Brasil, surpreendendo as expectativas concebidas pelas suas dimensões populacional e geográfica – já que o diminuto território Catarinense, cuja população é apenas a 10ª do Brasil, ocupa o 20º lugar em comparação com os outros Estados e o Distrito Federal – perfazendo o total do potencial de consumo catarinense em 2019 nada menos que R\$ 221 bilhões, ficando os municípios mais importantes nesse aspecto, Joinville

---

<sup>9</sup> Trechos desta seção aparecem em artigo publicado pelo autor durante os estudos do mestrado, em Dezembro de 2020 na revista “Observatório de la Economía Latinoamericana”, (ZAAK SARAIVA, 2020).

com R\$ 21,68 bilhões, seguido por Florianópolis com R\$ 17,57 bilhões, e por Blumenau com R\$ 13,44 bilhões de poder de consumo (NEUMANN, 2020).

Embora as razões para as relativamente melhores condições socioeconômicas da região Sul do Brasil – e em especial do Estado de Santa Catarina – em relação ao restante do território nacional, sejam objeto de inúmeras investigações e debates, destacam-se nesta seção as explicações sistematizadas por Goularti Filho (2002), que giram em torno de três principais conjuntos de leituras.

Segundo Goularti Filho, a primeira delas (a) se concentra no grau de dependência da economia catarinense em relação à economia nacional, daí advindo não apenas vantagens, mas também impedimentos a um maior desenvolvimento da economia estadual, existindo, porém, janelas de oportunidades que foram habilmente aproveitadas pelo empresariado local para catapultar um processo de acelerada industrialização ao mesmo tempo que os principais centros industriais do país (GOULARTI FILHO, 2002).

A segunda leitura, conforme o autor, é aquela (b) que apresenta como um dos principais vetores do crescimento de Santa Catarina o seu processo de colonização que, através de políticas públicas de estímulo à ocupação do território, trouxe milhares de imigrantes alemães e italianos hábeis na pequena produção artesanal, da qual surgiram centenas de focos de pequenas indústrias ao longo do Estado (GOULARTI FILHO, 2002).

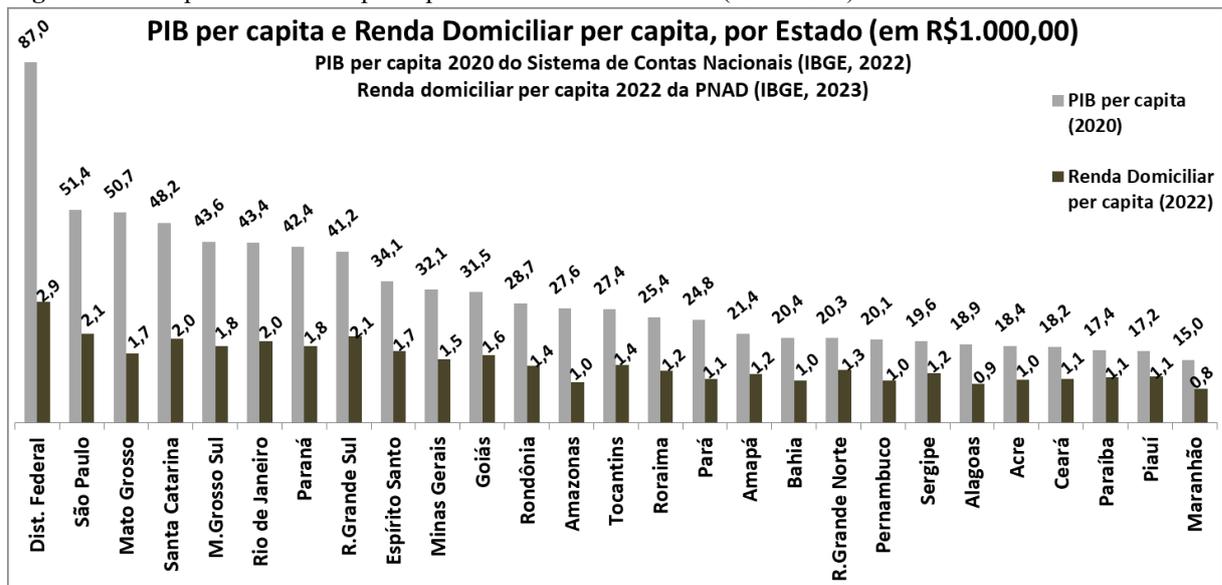
Quanto à terceira leitura (c) denominada pelo autor de desenvolvimento articulado, é aquela que entende o desenvolvimento catarinense de forma articulada com o do restante do país, atuando como diferenciais para o Estado de Santa Catarina justamente certas condições como suas vantagens geográficas e climáticas, e a sua formação social com características distintas daquelas vivenciadas por colônias de imigrantes lusitanos na maior parte do país (GOULARTI FILHO, 2002).

Contextualizando-se nessa altura a economia recente de Santa Catarina no cenário brasileiro, julga-se de extrema relevância observar que no Brasil vivenciou-se um intenso e inédito crescimento econômico no período 2003-2014, quando o PIB em dólar passou de US\$ 440 bilhões para US\$ 2,25 trilhões – um aumento de 412% em 12 anos (!) apenas superado por China (472%) e Rússia (471%) – (BALTAR, 2015), o que aliado a determinadas opções políticas trouxe uma redução da pobreza e da miséria em níveis nunca antes verificados no país – diminuição da ordem de 63% no caso da extrema pobreza entre 2004 e 2014 – (CALIXTRE; VAZ, 2015), levando o varejo nacional aos máximos históricos de volumes de vendas em 2012, 2013 e 2014, nunca mais repetidos (IBGE, 2019b) e, com ligeira diferença quanto à evolução do PIB brasileiro, que apresenta relativa estagnação desde a crise político-

institucional instaurada no Brasil em 2015, o PIB catarinense manteve resultados com taxas significativamente maiores, em média equivalentes a 120% da taxa brasileira dentro do período citado.

Prosseguindo na demonstração da elevada renda alcançada pela economia catarinense, a Figura 1 apresenta um comparativo PIB per capita e da Renda Domiciliar per capita dos Estados Brasileiros em Reais Brasileiros a partir de dados do IBGE (2022; 2023).

**Figura 1** – Comparativo do PIB per capita e da Renda Domiciliar (2020-2022)



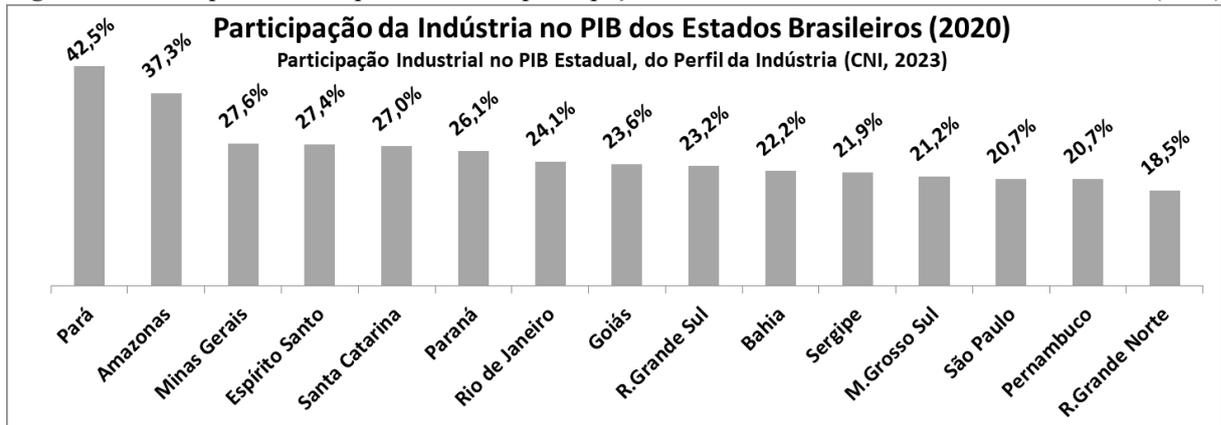
Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IBGE (2022; 2023)

O gráfico da Figura 1 merece destaque para alguns pontos de interesse, como o fato de Santa Catarina aparecer em 4º lugar tanto em termos de PIB per capita, quanto em termos de sua Renda Domiciliar per capita, entre as 27 unidades da Federação, segundo o IBGE.

Entre os determinantes destes resultados, certamente se identifica a influência do desenvolvimento industrial e tecnológico do Estado de Santa Catarina em comparação com os demais Estados Brasileiros, conforme previsões clássicas da economia (OREIRO, 2014) e provavelmente, influência preponderante da maior qualificação e do maior índice de emprego industrial no conjunto da mão-de-obra regional, ampliando a produtividade, como se pretende investigar nas análises a seguir.

Nesse sentido, apresenta-se a seguir uma série de comparativos relacionados à produção industrial dos Estados Brasileiros, permitindo uma análise acerca do nível de industrialização e da importância da mão-de-obra industrial na economia catarinense.

A Figura 2, construída com dados do Perfil da Indústria (CNI, 2023) traz a importância relativa da produção industrial na composição do PIB de cada Estado Brasileiro.

**Figura 2** – Comparativo do percentual de participação do Setor Industrial no PIB dos Estados (2020)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Perfil da Indústria (CNI, 2023).

Vê-se no Gráfico da Figura 2 demonstração da importância da indústria Catarinense em sua economia, sendo o 5º Estado com maior contribuição da Indústria na formação do PIB. Também digna de nota é a presença de Amazonas e Pará em 1º e 2º lugares, estados com escassa concentração populacional, no entorno das capitais e, além disso, destaca-se no rol dos 10 primeiros a ausência do Estado de São Paulo, maior concentração industrial do país, que aparece apenas em 13º lugar o que se deve à importância da agricultura e dos serviços naquele estado.

O gráfico da Figura 3 a seguir apresenta o número de estabelecimentos industriais registrados em cada estado brasileiro, também a partir de dados da CNI (2023).

**Figura 3** – Nº de estabelecimentos industriais registrados em cada estado (2021)

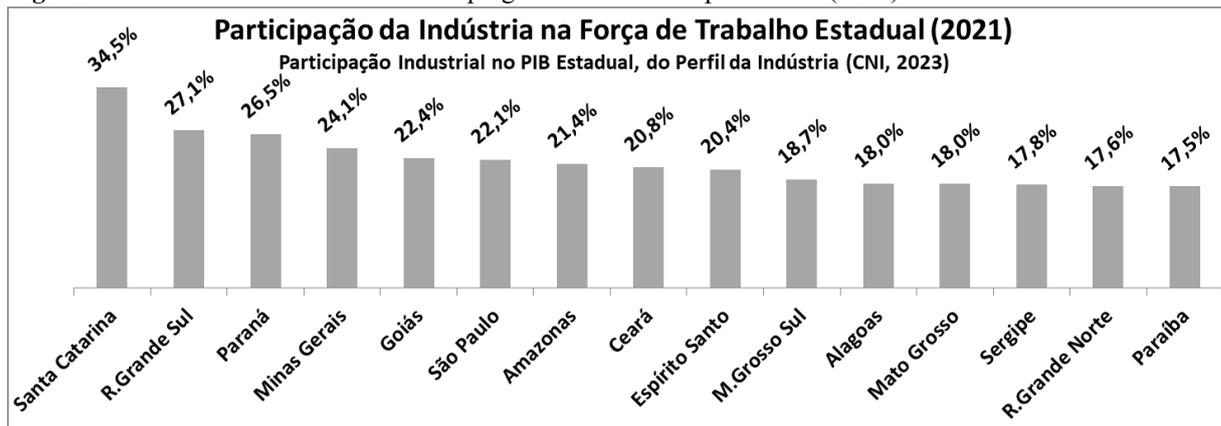
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Perfil da Indústria (CNI, 2023).

Vê-se na Figura 3 que a pequena Santa Catarina, 20º Estado em território, e apenas o 10º mais populoso do Brasil, tem o 3º maior nº de estabelecimentos industriais do país,

superando Estados muito mais populosos como Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e Pernambuco.

A seguir, o gráfico da Figura 4, também com dados da CNI (2023) apresenta o percentual de empregos industriais por Estado.

**Figura 4** – Percentual de trabalhadores empregados na Indústria por Estado (2021)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Perfil da Indústria (CNI, 2023).

Como se vê na Figura 4, além de ser o Estado com menor percentual de desempregados do país, SC também tem o maior percentual de sua força de trabalho empregada na Indústria, setor econômico que paga os melhores salários, de R\$7.668,00 em média para trabalhadores de nível superior, contra apenas R\$5.750,00 para empregados de mesmo nível em geral, e de R\$2.403,00 para nível médio, contra R\$2.110 para trabalhadores de nível médio em geral (CNI,2020).

Assim, resta evidenciada a previsível importância da produção industrial para os elevados padrões de vida do Estado de Santa Catarina – inferidos de seus elevados IDH e Poder de Compra, já citados, entre outros indicadores – uma vez que, de acordo com a teoria econômica, é a indústria o único setor capaz permitir o crescimento de longo-prazo dentro das economias capitalistas, já que é a indústria a origem “*das economias estáticas e dinâmicas de escala, o setor que possui os maiores encadeamentos para frente e para trás na cadeia produtiva e ser a fonte ou o principal difusor do progresso técnico*” aos demais setores econômicos (OREIRO, 2014).

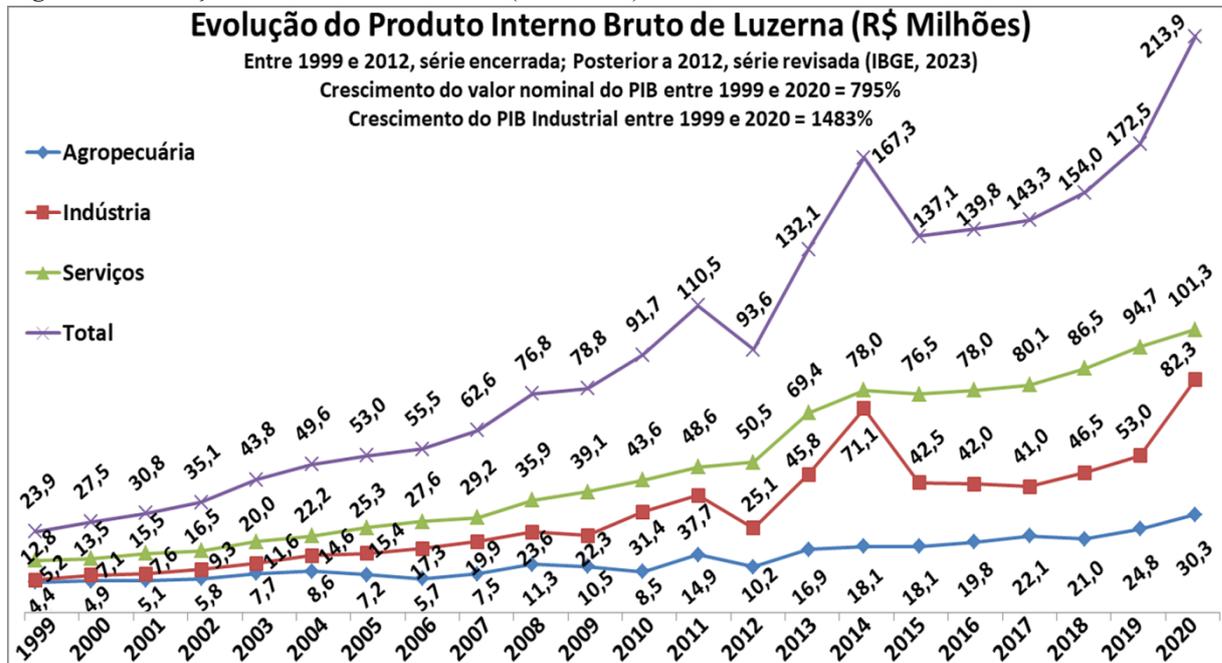
Embora seja relevante a discussão acerca da diferenciação entre a indústria de transformação, que gera mais empregos e agrega mais valor, e a indústria tomada em seu todo, que inclui de forma um tanto artificial atividades como a extração de minérios, petróleo, gás natural, que representam operações sem perfil de transformação, com caráter quase

primário, responsáveis por menos de 2% dos empregos industriais, e apenas 2% das empresas (IBGE, 2019c), nas análises acima foi tomada a indústria como um todo, com dados disponibilizados pela CNI.

#### 4.2. Economia e Indústria em Luzerna<sup>10</sup>

Neste ponto, especificamente sobre o Município de Luzerna, objeto deste trabalho, pode-se ter uma ideia geral acerca da capacidade de produção total do seu Sistema Econômico a partir da Figura 5, com a evolução do PIB de Luzerna em reais brasileiros, desdobrado pelos 3 grandes setores econômicos entre 1999 e 2017.

Figura 5 – Evolução do PIB de Luzerna – SC (1999/2020)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IBGE (2023b)

O gráfico permite constatar-se o peso do setor industrial na economia desta pequena cidade, e demonstra também no aspecto longitudinal um crescimento excepcional da Economia Municipal no período em questão, tendo o valor nominal do PIB em R\$ crescido 785% e, especificamente o Setor Industrial, objeto principal deste trabalho, crescido 1483%, acompanhado pelos Serviços, com crescimento de 691% e pela Agricultura, com crescimento de 589% no mesmo período.

<sup>10</sup> Trechos desta seção aparecem em artigo publicado pelo autor durante os estudos do mestrado, em Dezembro de 2020 na revista "Observatório de la Economía Latinoamericana", (ZAAK SARAIVA, 2020).

Neste momento passa-se a analisar especificamente o setor Eletrometalomecânico, denominação utilizada pelo Sebrae-SC em grande estudo setorial com 400 páginas publicado em 2015 (SEBRAE-SC, 2015). Já de acordo com dados da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, este setor poderia, grosso modo, ser inferido da união de dois setores, Indústria Metalmeccânica e Metalurgia e Indústria de Bens de Capital (FIESC, 2020).

A Tabela 1, com dados de Fiesc (2020) estima o tamanho do setor no Estado.

**Tabela 1 – Dimensão do Setor Eletrometalomecânico Catarinense em 2020 segundo a FIESC (2020)**

Setor da Indústria	Metalmeccânica e Metalurgia	Bens de Capital	Total dos 2 Setores
<b>Empregos em SC:</b>	54.677 (7,2%)	49.215 (6,5%)	103.892 (13,7%)
<b>Estabelecimentos:</b>	3.955 (7,9%)	2.955 (5,9%)	6.910 (13,8%)
<b>Produção Bruta:</b>	R\$ 15,4 bi (10%)	R\$ 8,63 bi (5,9%)	R\$ 24,03 bi (15,9%)
<b>Transformação Industrial:</b>	R\$ 6,5 bi (10,2%)	R\$ 4,06 bi (5,6%)	R\$ 10,56 bi (15,8%)
<b>Produtividade por Trabalhador:</b>	R\$ 126 mil	R\$ 111,2 mil	R\$ 118,99 mil

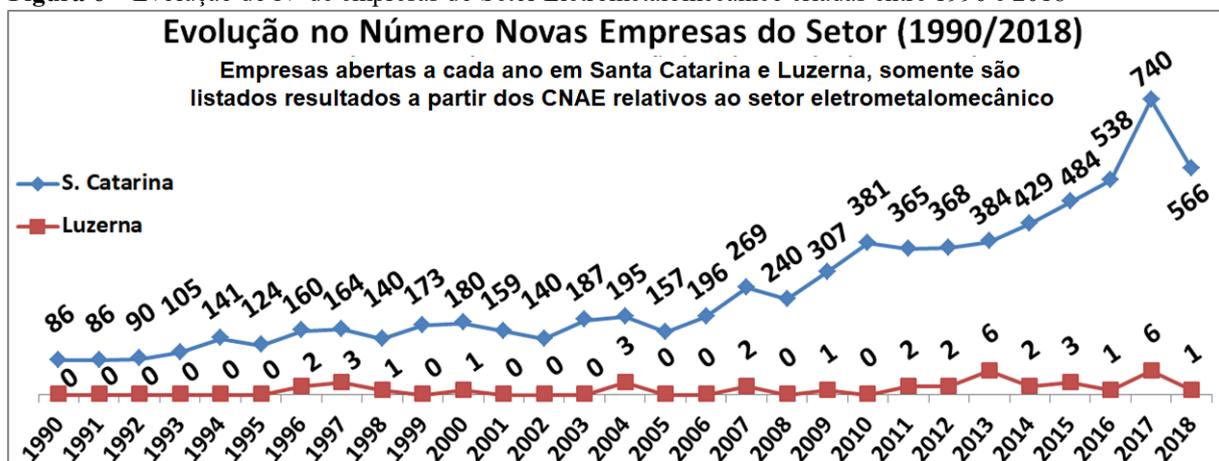
Obs.: os percentuais se referem ao total da Indústria Catarinense.

Fonte: elaborada pelo autor em nov. 2020.

Como se vê na Tabela 1, tomando-se os setores metal-metalúrgico e bens de capital como parâmetro para aferir-se o grande Setor Eletrometalomecânico, são 6,9 mil as indústrias deste Setor no Estado, segundo a Fiesc, porém os dados do Cadastro de Empresas do IBGE apontam para um número ainda maior de empresas registradas dentro desse grande setor industrial, de acordo com busca efetuada a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas, CNAE, perfazendo nada menos que 8.184 empresas atuantes em Santa Catarina (ECONODATA, 2020).

A Figura 6 apresenta a evolução do número de novas empresas do setor criadas a partir de 1990 no Estado de Santa Catarina, com destaque para o Município de Luzerna.

**Figura 6 – Evolução do N° de empresas do Setor Eletrometalomecânico criadas entre 1990 e 2018**

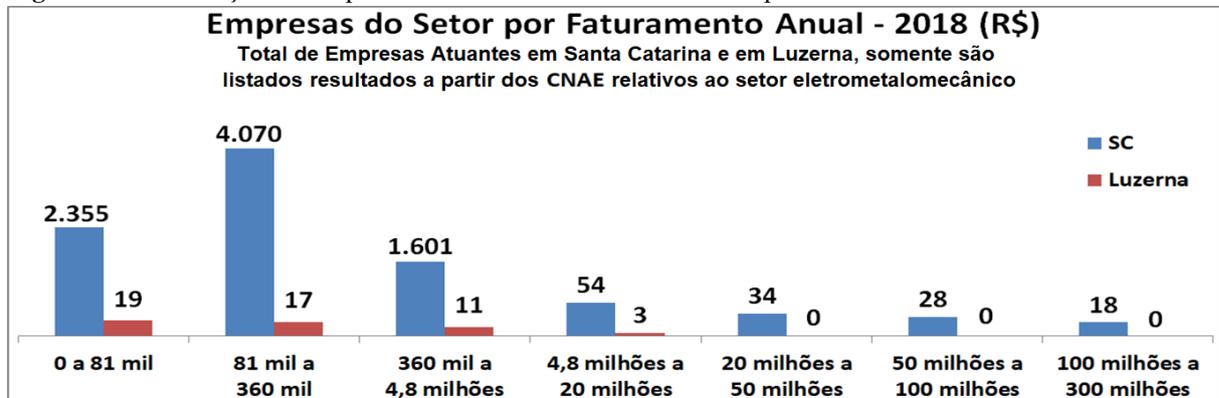


Fonte: Adaptado de Zaak Saraiva (2020) com dados de Econodata (2020)

Como se vê na Figura 6, entre 2002 e 2010 houve grande expansão no número de novas empresas do setor abertas a cada ano no Estado de Santa Catarina, passando de 140 para 381, um aumento de 172% em 8 anos, seguido por ligeiro decréscimo e estagnação, provavelmente sob influência dos efeitos da crise internacional de 2009 e novamente um aumento vertiginoso entre 2012 e 2017, passando de 368 para 740 novas empresas, um aumento de 201% em 5 anos. Nota-se no gráfico que a criação de empresas do setor analisado em Luzerna, embora diminuta, ocorre por todo o período a partir de 1996, ano de emancipação municipal.

A Figura 7 a seguir traz a distribuição das empresas do setor por faturamento.

**Figura 7 – Distribuição das empresas do Setor Eletrometalomecânico por faturamento anual: 2018**

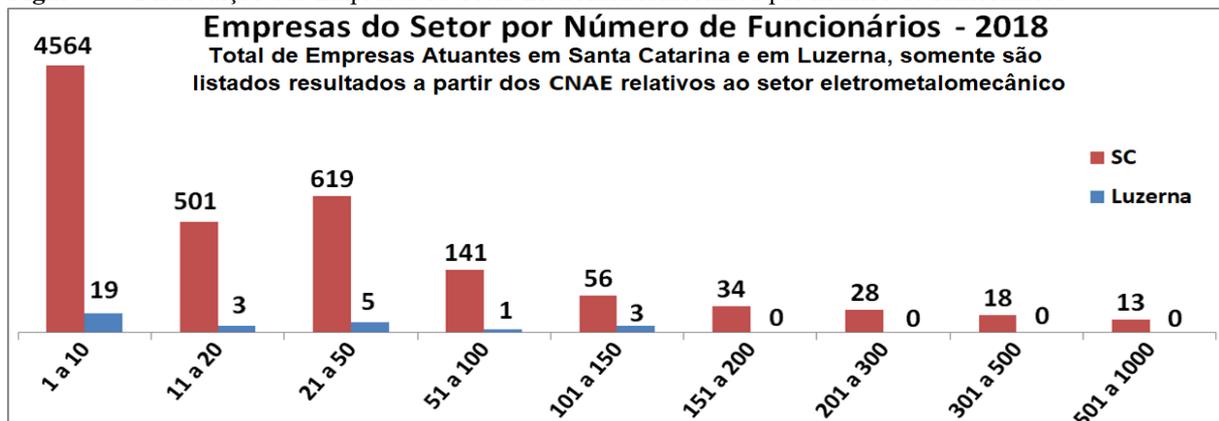


Fonte: Adaptado de Zaak Saraiva (2020) com dados de Econodata (2020)

O gráfico da Figura 7 mostra que em Santa Catarina a prevalência das empresas do setor em 2018 se situava na faixa de R\$ 81 mil a R\$ 360 mil, seguida pela faixa até R\$ 81 mil, enquanto que em Luzerna esta última é a faixa de prevalência.

Quanto à geração de empregos pelas empresas do setor, a Figura 8 a seguir apresenta a sua distribuição em Santa Catarina, com destaque para o município de Luzerna.

**Figura 8 – Distribuição das Empresas do Setor Eletrometalomecânico por número de funcionários**

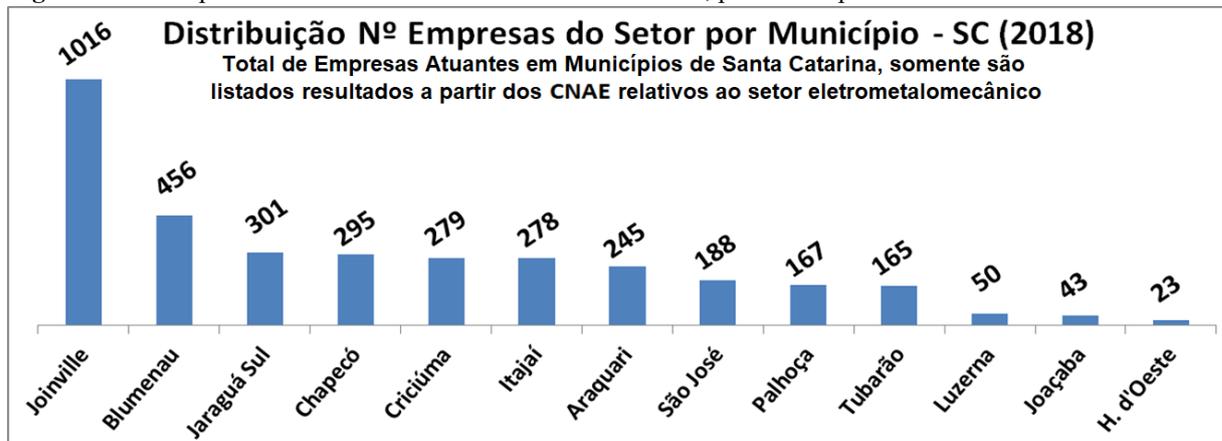


Fonte: Adaptado de Zaak Saraiva (2020) com dados de Econodata (2020)

Vê-se na Figura 8, que a maioria das empresas, tanto no cômputo geral do Estado quanto no município de Luzerna, se situa na faixa de 1 a 10 trabalhadores.

O gráfico da Figura 9 a seguir traz a distribuição das empresas do setor no Estado de Santa Catarina, por Município. Além das cidades com maior volume de empresas do setor, incluiu-se na seleção os municípios de Luzerna – objeto principal deste trabalho – além de Joaçaba e Herval d’Oeste, devido à conurbação existente entre as 3 cidades, conforme já citado na seção anterior.

**Figura 9** – Nº empresas do Setor Eletrometalomecânico atuantes, por Município Catarinense: 2018

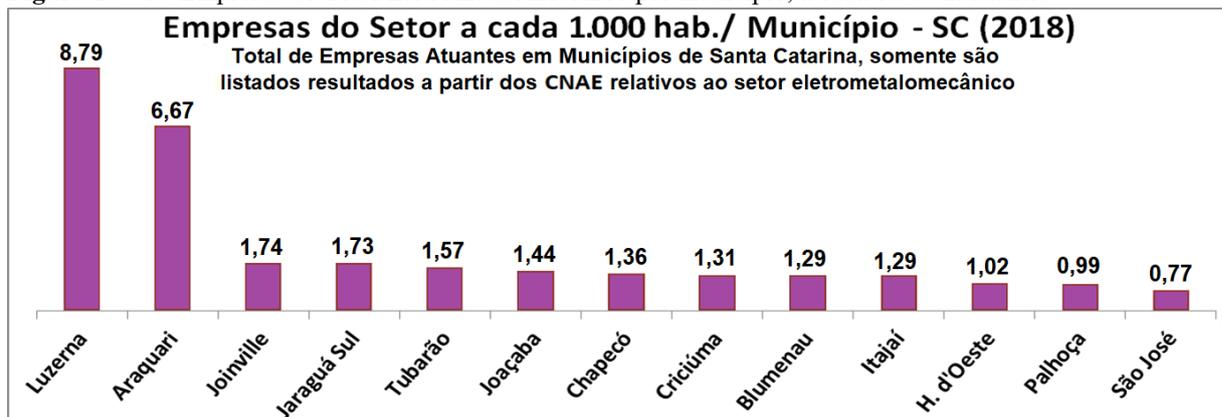


Fonte: Reproduzido de Zaak Saraiva (2020) com dados de Econodata (2020)

Percebe-se na Figura 10 que embora o número de empresas do setor atuantes em Luzerna seja desprezível diante do total ou mesmo frente grandes municípios industriais como Joinville ou Blumenau, Luzerna supera em número de empresa metalomecânicas suas vizinhas Joaçaba, com população 5 vezes maior, ou Herval d’Oeste, 4 vezes mais populoso.

Levando-se em consideração o número de habitantes de cada um dos municípios exibidos, percebe-se indícios da concentração industrial do setor em Luzerna na Figura 10.

**Figura 10** – Nº Empresas do Setor Eletrometalomecânico por município, a cada 1.000 habitantes

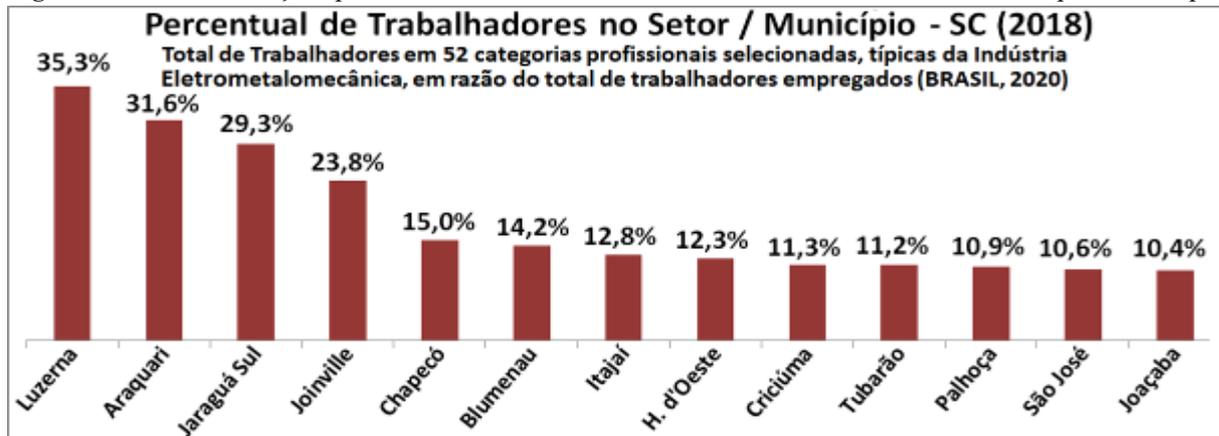


Fonte: Reproduzido de Zaak Saraiva (2020) com dados de Econodata (2020)

Tem-se na Figura 10 uma noção da elevadíssima concentração de empresas do Setor Eletrometalomecânico no Município de Luzerna, concentração esta à qual apenas o Município de Araquari, 6 vezes mais populoso que Luzerna, é comparável, pois os demais municípios da lista apresentam concentração setorial menor que 2 empresas a cada mil habitantes.

A Figura 11 traz uma comparação similar, porém seguindo metodologia diversa, levando-se em consideração o número de funcionários do setor em razão do número de trabalhadores empregados por município, com dados da RAIS do Ministério do Trabalho (BRASIL, 2020), embora considerando as advertências de Suzigan et al. (2004), quanto ao uso da RAIS para identificar APLs, já que empresas podem registrar trabalhadores em filiais situadas em municípios diferentes daquele onde efetivamente trabalham.

**Figura 11** – Distribuição percentual de trabalhadores no Setor Eletrometalomecânico por Município



Fonte: Reproduzido de Zaak Saraiva (2020) com dados da RAIS (2020)

Fica perceptível na Figura 11 a importância relativa do Setor Eletrometalomecânico em Luzerna, em relação aos demais Municípios, já que nada menos que 35% dos trabalhadores empregados em 2018 trabalhavam no setor, reforçando as constatações preliminares da Figura 10.

Como abordado no Capítulo 1 desta dissertação, a literatura acerca dos distritos industriais aponta não apenas para as vantagens obtidas pelas empresas aglomeradas em termos de ganho de escala, mas principalmente, para as vantagens trazidas à indústria pela característica mais importante de um aglomerado ou distrito industrial, segundo Marshall (1920[1996]) e Becattini (1962), que são a cultura e a tradição produtivas compartilhadas pelos seres humanos como trabalhadores e membros daquela comunidade produtiva específica, permitindo ganhos em relação a indústrias isoladas ou mesmo a aglomerados sem essa característica.

Argumenta-se aqui ser essa perspectiva em grande parte materializada no Setor Eletrometalomecânico de Luzerna, fundado por colonos europeus em meados do Século XX, vindo lentamente a consolidar-se como um destaque em termos de concentração industrial.

Além disso, a literatura prevê que o fator humano também participa na criação de valor através da articulação dos chamados ‘profissionais do conhecimento’ (BALCEIRO; ÁVILA, 2003) o que aqui se propõe serem justamente as qualificações aplicáveis aos profissionais do Setor Eletrometalomecânico Luzernense, baseando-se no contato do autor com a realidade local.

Destaca-se a elevada importância do Setor Eletrometalomecânico para o Município de Luzerna, uma vez que, em Santa Catarina, é não só o município que mais apresenta empresas desse setor, proporcionalmente ao número de habitantes, com 8,79 a cada 1 mil habitantes; como também é aquele setor que emprega o maior percentual dos trabalhadores com vínculo formal no município, gerando 35,3% dos empregos em Luzerna, percentual muito superior ao dos grandes arranjos do Setor Eletrometalomecânico, como Joinville e Blumenau e, por isso, advoga-se pela caracterização da existência de um APL Eletrometalomecânico em Luzerna.

Finalmente, também se destaca aqui a interação entre o conhecimento organizacional retido nas Indústrias Eletrometalomecânicas de Luzerna – permeado pela cultura produtiva local –, e o grande potencial inovador do Município, que apresenta o maior número de Startups por habitante do Brasil, com uma incubadora tecnológica mantida pela Prefeitura que hospeda atualmente cerca de 40 empresas com perfil B2B e sempre focadas no atendimento às demandas da indústria local, como se verá a seguir.

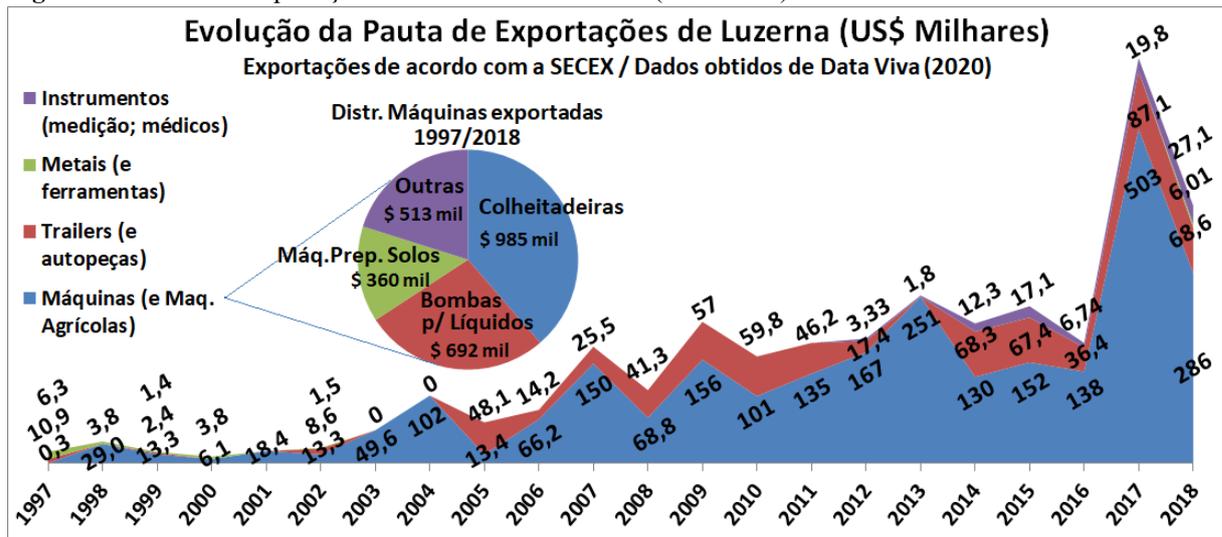
#### **4.3. Balança Comercial do APL Eletrometalomecânico de Luzerna<sup>11</sup>**

Esta seção tem como objetivo realizar uma prospecção quali-quantitativa dos produtos gerados e comercializados pelo território de Luzerna por meio de cruzamentos de dados, apresentando-se em primeiro lugar no gráfico da Figura 12 a pauta das exportações do território de Luzerna – SC nas últimas décadas, a partir de dados da SECEX, obtidos de Data Viva (2020).

---

<sup>11</sup> Trechos desta seção aparecem em artigo publicado pelo autor durante os estudos do mestrado, em Setembro de 2022 na revista “Cadernos de Prospecção”, (ZAAK SARAIVA, 2022).

**Figura 12** – Pauta de Exportações do Território de Luzerna (1997-2018)



Fonte: Reproduzido de Zaak Saraiva (2022), com dados de Data Viva (2020)

A Figura 12 mostra que as exportações do território de Luzerna durante o período analisado dizem respeito exclusivamente a produtos acabados de manufatura, com prevalência de (1º) máquinas e máquinas agrícolas, seguida por (2º) *trailers* e autopeças, por (3º) metais e ferramentas e por (4º) instrumentos, sendo, na categoria máquinas, as colheitadeiras responsáveis por US\$ 985 mil, as bombas para líquidos por US\$ 692 mil e as máquinas para preparação de solos por US\$ 360 mil, entre um total de mais de US\$ 2,55 milhões exportados em máquinas, entre 1997 e 2018.

À luz dos resultados de pesquisas anteriores sobre o Município de Luzerna – SC (BENCKE *et al.*, 2018; LINHARES *et al.*, 2020; ZAAK SARAIVA; MOREJON, 2020) e de trabalhos anteriores que realizam análise do grau de inovação de produtos da indústria brasileira apresentados por De Negri (2005) e Pella (2019), com fundamento nas tipologias de Garcia e Calantone (2002), tais dados permitem inferir-se preliminarmente, no âmbito nacional (SEBRAE-SC, 2015), por um elevado grau de desenvolvimento da economia de Luzerna, território cujas exportações constituem-se de bens de alto valor agregado, resultado do seu Arranjo Produtivo Eletrometalomecânico.

Contudo, a fim de detalhar a caracterização das exportações, serão apresentadas a seguir, com dados obtidos da Prefeitura Municipal de Luzerna, informações detalhadas das transações das maiores empresas do setor Eletrometalomecânico, constantes na Tabela 2, com os 5 códigos NCM mais vendidos para fora do município, em montante financeiro.

**Tabela 2** – Itens mais vendidos para fora de Luzerna, por NCM\* (2017-2019)

NCM produto	Descrição do Produto	R\$ Milhões	%
87162000	Reboques e semirreboques, autocarregáveis/ descarregáveis p/ usos agrícolas	54,57	12,35%
84136011	Bombas volumétricas rotativas de vazão maior que 300 L/min, de engrenagem	49,39	11,18%
85016400	Geradores de corrente alternada de potência > 750 kVA	28,44	6,44%
84324200	Distribuidores de adubos (fertilizantes)	22,94	5,19%
85389090	Partes de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	22,32	5,05%
<b>Total =&gt;</b>		<b>177,67</b>	<b>40,22%</b>

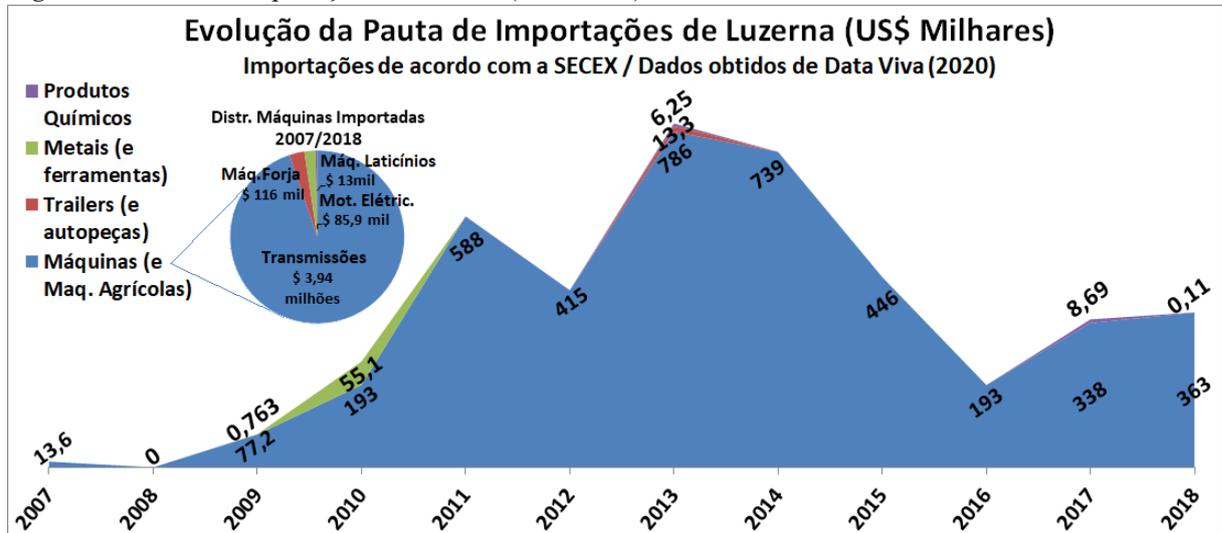
\* Análise sobre o banco de dados com uma amostra das vendas das indústrias locais.

Obs.: o período analisado vai de agosto de 2017 a setembro de 2019.

Fonte: Reproduzido de Zaak Saraiva (2022) com dados da Prefeitura Municipal de Luzerna (2020)

A Tabela 2 mostra que os reboques agrícolas, bombas para líquidos e distribuidores de adubos e geradores elétricos e painéis de comando respondem por mais de 40% das vendas da indústria local.

Passando-se à Prospecção quali quantitativa dos produtos consumidos pelo território, assim como feito anteriormente nas análises sobre os produtos vendidos, o gráfico da Figura 13 mostra a evolução das importações realizadas pelo território a partir de 2007.

**Figura 13** – Pauta de importações de Luzerna (1997-2018)

Fonte: Reproduzido de Zaak Saraiva (2022), com dados de Data Viva (2020)

Observa-se na Figura 13 que as importações têm um brusco aumento entre 2009 e 2013, saindo de zero em 2008 para US\$ 800 mil importados em 2013, com declínio em 2015, estabilizando-se em 2018.

A Figura 13 mostra a prevalência absoluta de importação, do exterior, de produtos finais do setor manufatureiro, mais especificamente Máquinas, Trailers e Metais. Importante considerar-se que tal fenômeno poderia significar, ao invés de maior consumo de peças semiacabadas, um aumento em investimentos em máquinas e equipamentos a serem usados na produção, ou seja, investimentos em capital produtivo visando à modernização ou renovação do parque fabril de Luzerna.

A Tabela 3 a seguir, com dados obtidos da Prefeitura Municipal de Luzerna, apresenta o detalhamento das compras realizadas pelas nove maiores empresas do Setor, de acordo com o NCM dos 5 itens mais demandados.

**Tabela 3** – Itens mais comprados de fora de Luzerna, por NCM\* (2017-2019)

<b>NCM produto</b>	<b>Descrição NCM</b>	<b>R\$ Milhões</b>	<b>%</b>
85016400	Geradores de corrente alternada de potência maior que 750 KVA	16,43	6,76%
72085200	Condutores (não enrolados, simplesmente laminados a quente), de espessura maior que 4,74 mm, menor 10 mm	11,05	4,54%
85389090	Partes elétricas exclusiva ou principalmente destinadas a aparelhos 85.35, 85.36 ou 85.37	10,89	4,48%
84136011	Bombas elétricas p/ líquidos, de vazão maior que 300 l/min de engrenagem	6,05	2,49%
85444900	Outros condutores elétricos, para uma tensão maior que 1000 V	5,57	2,29%
<b>Total =&gt;</b>		<b>50,00</b>	<b>20,56%</b>

\* Análise sobre o banco de dados com uma amostra das compras das indústrias locais. Obs.: o período analisado vai de agosto de 2017 a setembro de 2019.

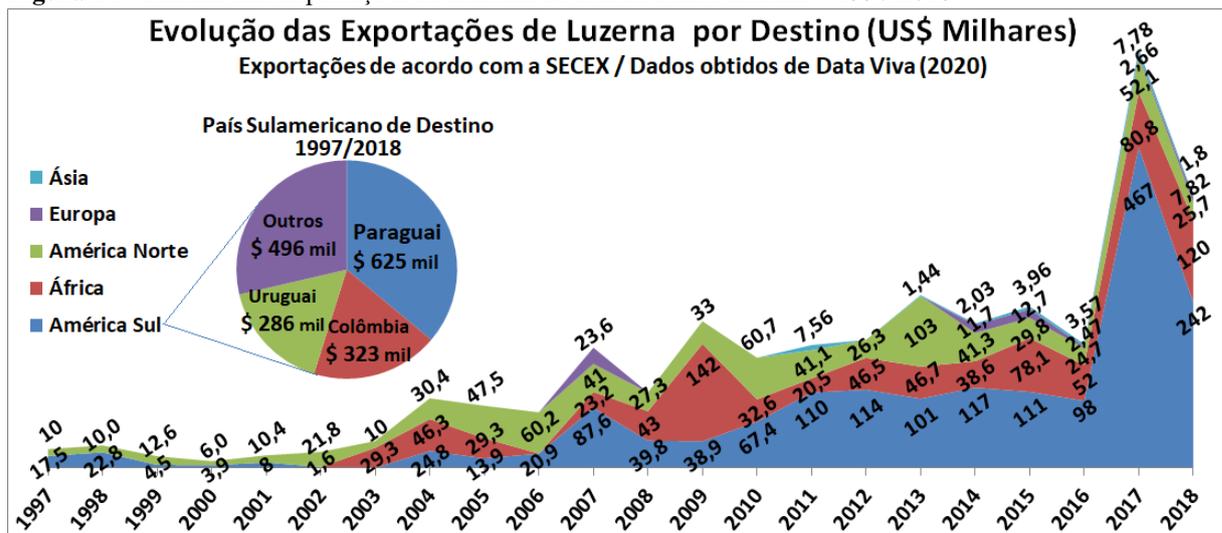
Fonte: Reproduzido de Zaak Saraiva (2022) com dados da Prefeitura Municipal de Luzerna (2020)

No que diz respeito às compras efetuadas pelo território analisado, a Tabela 3 mostra, entre os insumos mais relevantes, os geradores e peças elétricos, painéis de controle e condutores elétricos, além de peças de ferro fundido e aço, cuja natureza seria como de se esperar pelo tipo de produto vendido pelo APL em questão.

#### 4.4. Geoeconomia dos Produtos Comercializados pelo APL Eletrometalomecânico de Luzerna<sup>12</sup>

Especificamente no que diz respeito à dimensão geoeconômica dos produtos comercializados pelas indústrias do Setor Eletrometalomecânico situadas no território de Luzerna, ou seja, no que se refere à importância e às determinações da localização geográfica dos parceiros comerciais, tanto fornecedores das matérias primas, insumos e serviços comprados pelo parque produtivo local, quanto consumidores dos bens e serviços produzidos no território Luzernense, apresenta-se inicialmente uma análise longitudinal com caráter de baixa profundidade, a partir dos dados da SECEX obtidos de Data Viva (2020), como mostra o gráfico da Figura 14, com os principais destinos das exportações de Luzerna entre 1997 e 2018.

**Figura 14** – Análise das Exportações de Luzerna de acordo com o Destino – 1997/2018

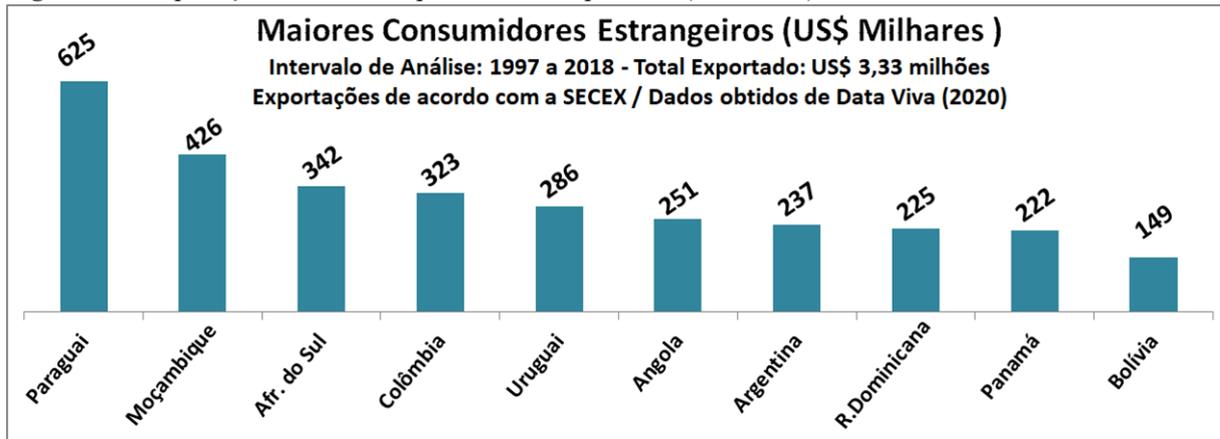


Fonte: Reproduzido de Zaak Saraiva (2022), com dados de Data Viva (2020)

A Figura 14 mostra que os países da América do sul representam, no período analisado, o principal destino da produção industrial do município de Luzerna, seguidos por países Africanos, destacados na Figura 15 a seguir.

<sup>12</sup> Trechos desta seção aparecem em artigo publicado pelo autor durante os estudos do mestrado, em Setembro de 2022 na revista “Cadernos de Prospecção”, (ZAAK SARAIVA, 2022).

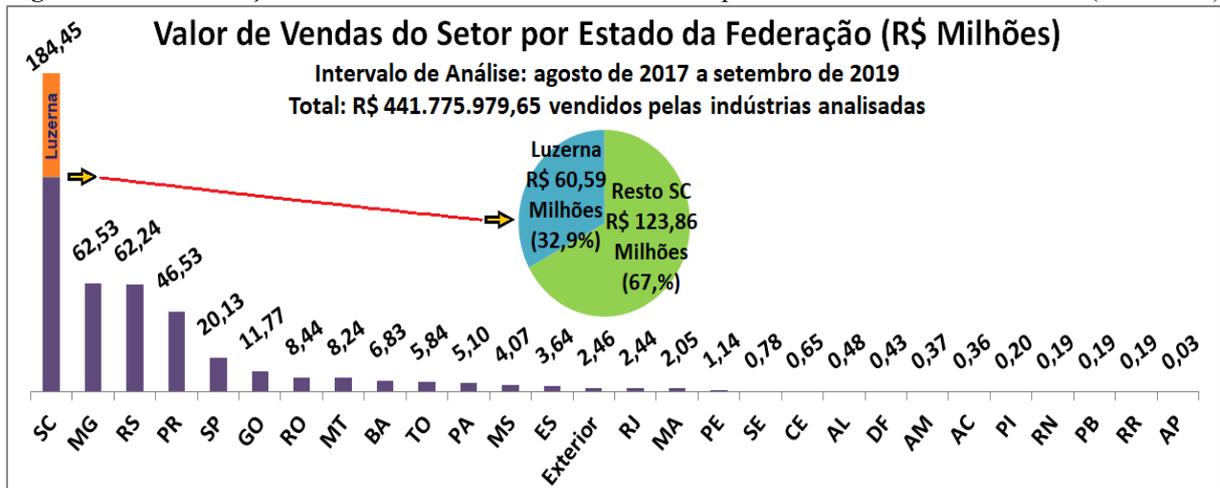
**Figura 15** – Exportações de Luzerna, por Países Compradores (1997/2018)



Fonte: Reproduzido de Zaak Saraiva (2022) com dados de Data Viva (2020)

No que diz respeito ao comércio com as regiões brasileiras, o gráfico da Figura 16 a seguir apresenta as vendas desdobradas por Estado da Federação, com dados da Prefeitura Municipal de Luzerna.

**Figura 16** – Distribuição das vendas das indústrias de Luzerna por Estado Brasileiro de destino (2017/2019)



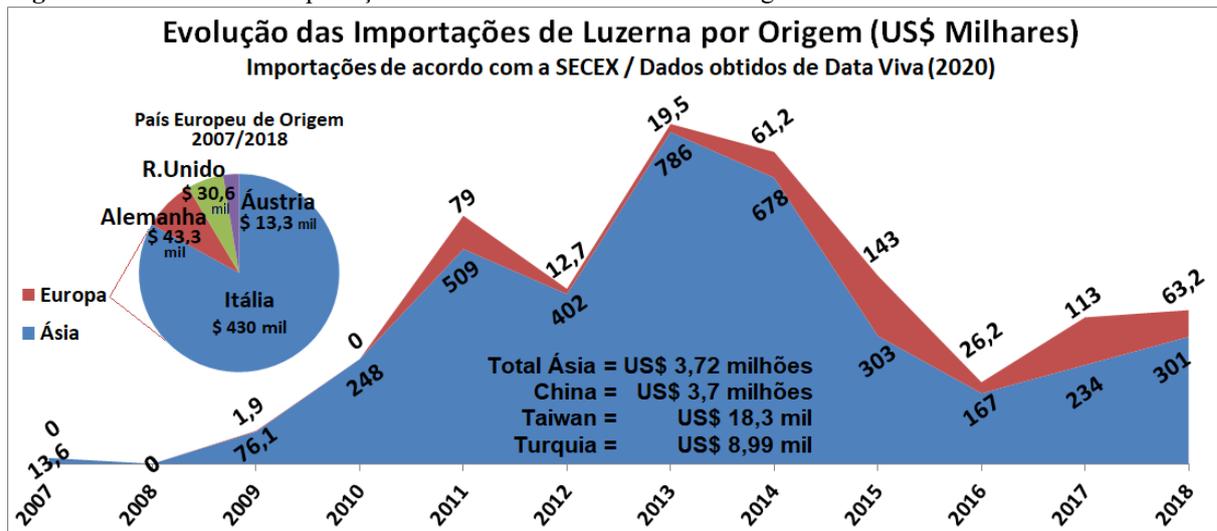
Obs.: As vendas do setor para o próprio município de Luzerna representam, em quase 100%, peças para fabricação de equipamentos em outras indústrias locais.

Fonte: Reproduzido de Zaak Saraiva (2022) com dados da Prefeitura Municipal de Luzerna (2020)

Como se vê na Figura 16, além das vendas para o restante do Estado de Santa Catarina, que representam R\$ 123,86 milhões, o setor vendeu no período analisado R\$ 2,46 milhões para o exterior e R\$254,87 milhões para os demais estados brasileiros, destaques para Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Goiás, respectivamente com R\$ 62,53 milhões, R\$ 62,24 milhões, R\$ 46,53 milhões, R\$ 20,13 milhões e R\$ 11,77 milhões, cada um.

Dando seguimento à análise geoeconômica, passa-se agora para a identificação das regiões de origem dos produtos consumidos pelo território analisado, inicialmente por meio do recorte internacional com recurso a dados do comércio exterior, conforme apresenta-se na Figura 17 com uma análise longitudinal das importações realizadas por Luzerna.

**Figura 17** – Análise das Importações de Luzerna de acordo com a Origem – 2007/2018



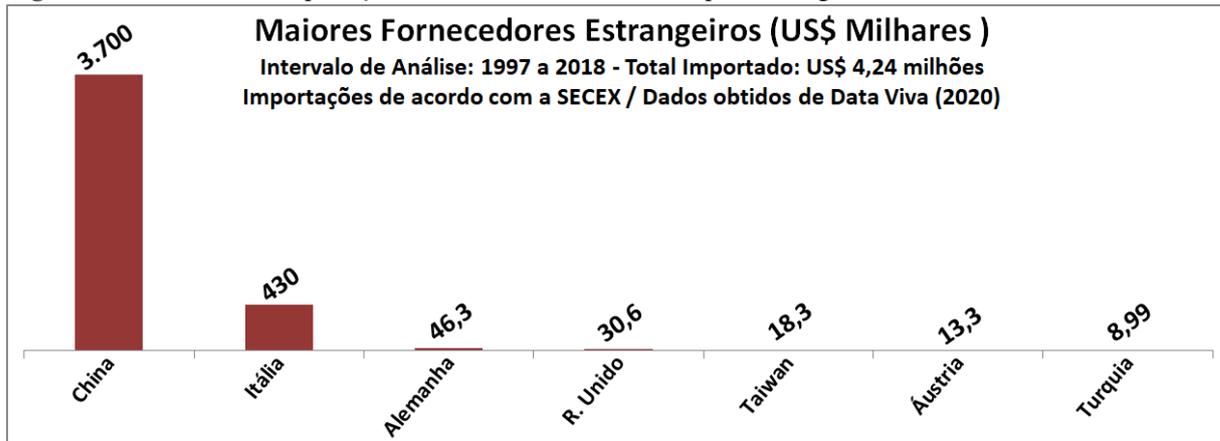
Fonte: Reproduzido de Zaak Saraiva (2022) com dados de Data Viva (2020)

O gráfico da Figura 17 permite perceber-se que o setor produtivo de Luzerna consome produtos de outros dois continentes, a Ásia, de onde importou US\$ 3,72 milhões ou 88% das importações entre 2007 e 2018, e a Europa, de onde importou US\$ 520 mil ou 12% no mesmo período.

Destaca-se a grande presença da China como principal fornecedor estrangeiro das importações para Luzerna, que se constituem majoritariamente de Máquinas e Equipamentos, não trazendo tanta surpresa a uma análise mais cuidadosa, tendo-se em vista a já citada consolidação do mercado exportador Chinês como ‘*Manufatura Mundial*’, conforme Yang e He (2016).

E no caso da Europa, destaca-se a prevalência da Itália, de onde se importou US\$ 430 mil durante o período, seguida por Alemanha, Inglaterra e Áustria, conforme gráfico da Figura 18 a seguir.

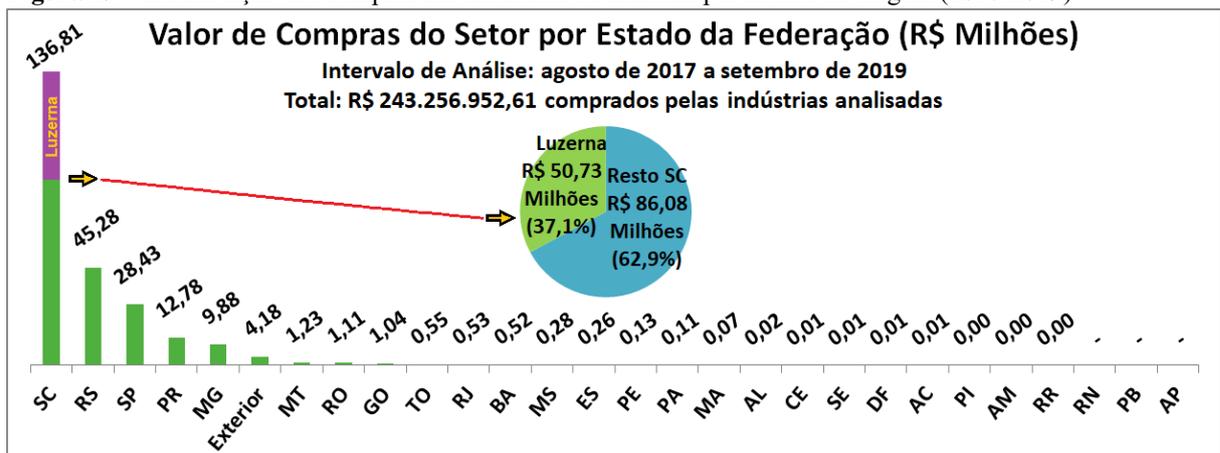
**Figura 18** – Análise das Importações de Luzerna de acordo com país de origem – 2007/2018



Fonte: Reproduzido de Zaak Saraiva (2022) com dados de Data Viva (2020)

Quanto às compras nacionais efetuadas pelas indústrias instaladas no município, o gráfico da Figura 19 as apresenta desdobradas por Estados Brasileiros.

**Figura 19** – Distribuição das compras das indústrias de Luzerna por Estado de origem (2017/2019)



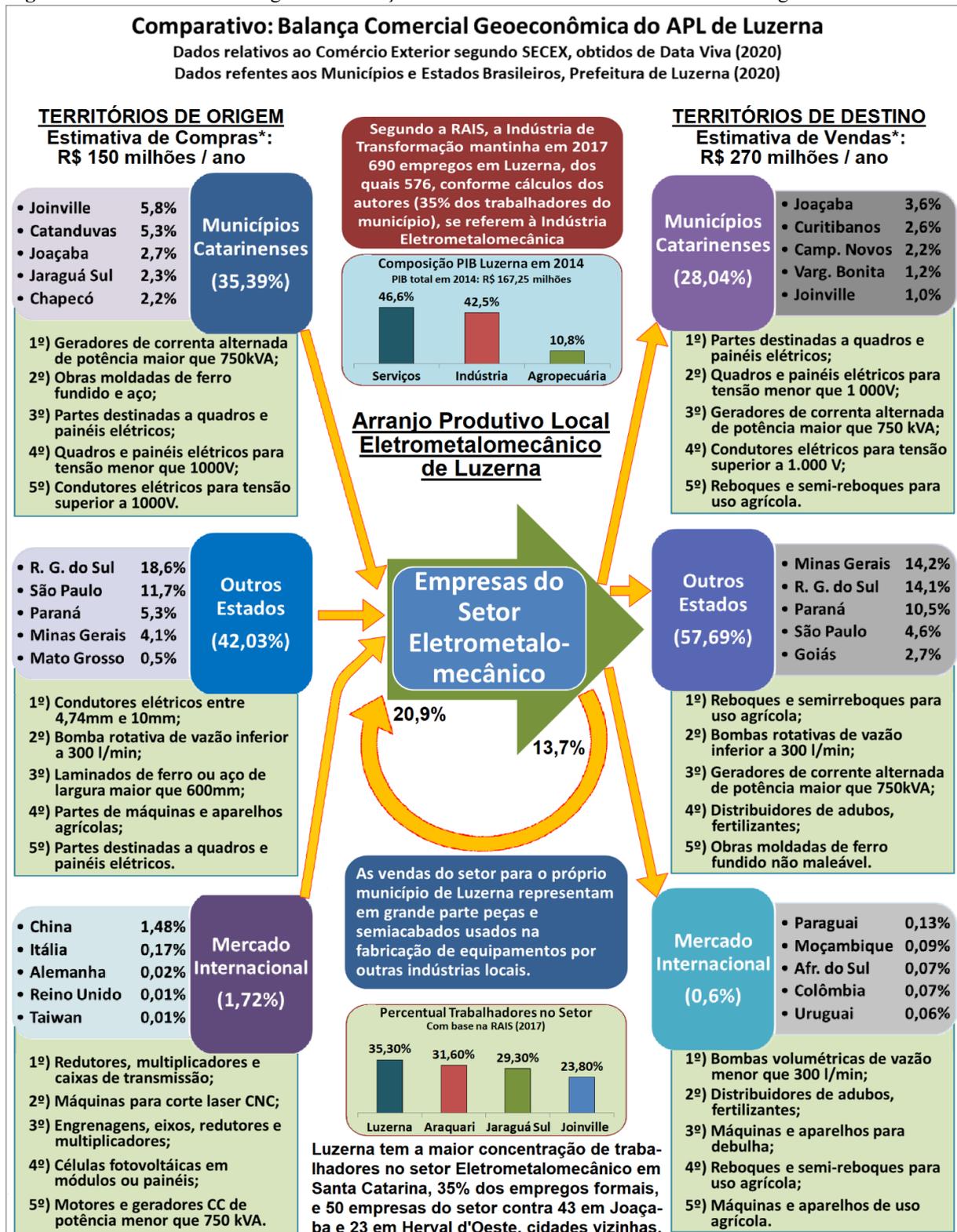
Obs.: As compras do próprio município de Luzerna, feitas pelo setor, representam em mais de 95% peças para fabricação de equipamentos produzidas por outras indústrias locais.

Fonte: Reproduzido de Zaak Saraiva (2022) com dados da Prefeitura Municipal de Luzerna (2020)

A Figura 19 mostra que o setor comprou R\$ 86,08 milhões do restante do Estado de Santa Catarina, ou 35,39% das compras totais no período analisado, além de R\$ 4,18 milhões comprados do exterior e R\$ 102,24 milhões de reais dos demais estados brasileiros, destaques para Rio Grande do Sul, com R\$ 45,28 milhões, São Paulo, com R\$ 28,43 milhões, Paraná, com R\$ 12,78 milhões e Minas Gerais, com R\$ 9,88 milhões.

O diagrama apresentado na Figura 20 a seguir mostra de forma objetiva características geográficas e de conteúdo tecnológico sobre as compras do APL de Luzerna e suas vendas, apresentando em cada categoria de análise os cinco territórios mais importantes em volume de compra e venda, e os cinco produtos mais comercializados.

Figura 20 – Conteúdo Tecnológico da Balança Comercial Geoeconômica de Luzerna – Origem e Destino



Fonte: Reproduzido de Zaak Saraiva (2022) com dados longitudinais de comércio exterior da SECEX referentes ao período 1997-2018 obtidos de Data Viva (2020), dados fiscais do período 2017-2019 obtidos da Prefeitura Municipal de Luzerna (2020), dados de PIB municipal do IBGE (IBGE, 2020), e de emprego da Rais (BRASIL, 2020)

As estimativas observadas na Figura 20 são baseadas em projeção de crescimento relativa a anos anteriores, e não levam em consideração fenômenos macroeconômicos recentes que afetam o cenário brasileiro, como a crise econômica mundial provocada pela Pandemia da Covid-19 a partir de março de 2020 que atingiu em cheio o Brasil.

Quanto aos percentuais de compra e venda referentes a cada território, eles se baseiam nos dados detalhados de compra e venda das indústrias locais.

O comparativo demonstra que, embora o volume comprado de outros Estados Brasileiros pelas indústrias do setor, de 42% do total, seja similar ao volume comprado do Estado de Santa Catarina, equivalente a 35% do total, no caso das vendas o volume dos demais Estados, de 58% do total, é mais que o dobro das vendas feitas para o mercado Catarinense, iguais a 28% das vendas totais.

A diversidade de vendas, tanto no aspecto geográfico quanto em relação ao tipo de bem comercializado, é também significativamente maior que a das compras, fato positivo pois, de acordo com a perspectiva expressa por De Negri (2005) e Pella (2019) revela a inexistência de uma dependência de apenas um único ou um pequeno grupo de produtos.

Outra informação relevante que pode ser apreendida do diagrama é que, embora significativas em termos de alcance da indústria local principalmente como demonstração do nível de complexidade da sua produção, composta de máquinas, ferramentas e veículos reboque, as vendas para o mercado exterior são muito inferiores às importações dentro no período 2017-2019, sobre o que se argumenta que as máquinas importadas se referem à aquisição de capital produtivo, o que se pretende verificar em estudos posteriores.

Observa-se a necessidade de ter em mente, durante as análises posteriores a partir destes resultados aqui apresentados, a dimensão do comércio entre as próprias empresas do Setor Eletrometalomecânico em Luzerna, que chega a 13,7% do montante final de vendas do setor e 20% das suas compras, demonstrando uma acelerada integração da cadeia produtiva dentro do território de Luzerna e, certamente, em termos de desenvolvimento territorial, representa um avanço na medida em que aumenta o Valor Adicionado Fiscal (VAF) do município.

E nesse sentido, observa-se que dentre as compras efetuadas de outros estados e municípios há razoável número de produtos que poderiam ser produzidos dentro do próprio município de Luzerna, aumentando ainda mais os ganhos de escala e propiciando maiores possibilidades de inovação tecnológica em termos de processo produtivo e comercialização de seus produtos.

#### 4.5. Grau de Inovação dos Produtos do APL Eletrometalomecânico de Luzerna<sup>13</sup>

Tratando-se especificamente de regiões de alta concentração industrial e/ou de alto nível de inovação, a literatura demonstra a necessidade de se criar *parâmetros de avaliação da inovação*, não apenas em seu *viés macro*, como é o caso do conjunto das proposições presentes no Manual de Oslo (OECD, 2018) – *usadas pelo IBGE para a elaboração da Pintec, pesquisa nacional de inovação* – ou ainda no *Global Innovation Index* (DUTTA; LANVIN; WUNSCH-VINCENT, 2020), entre outros, mas, sobretudo, em seu *viés micro*.

Daí se determina a importância da adoção de parâmetros que permitam *avaliar os níveis de inovação das próprias organizações produtivas ou de sistemas produtivos territoriais regionalmente concentrados*, de relevância cada vez mais clara na dinâmica atual do capitalismo, a partir do *rápido desaparecimento* de indústrias outrora geradoras de extrema riqueza, provocando em pouco tempo *a ruína econômica de empresas e/ou territórios* antes caracterizados por longos períodos de riqueza a partir da indústria (GALLAGHER; PARK, 2002), sendo essencial o monitoramento do *grau de inovação dos territórios produtores*.

A literatura especializada tem proposto várias *dimensões relacionadas ao setor produtivo* que poderiam ser avaliadas – em uma empresa ou um aglomerado industrial – a fim de determinar-se seu grau de inovação, quais sejam: o grau de inovação presente *em seus processos produtivos*, ou o grau de inovação encontrado na *comercialização dos produtos* ou serviços adquiridos e vendidos, ou ainda o *grau de inovação presente na criação ou desenvolvimento* de novos produtos e serviços, entre outras dimensões da inovação (GARCIA; CALANTONE, 2002). No que diz respeito à inovação presente nos produtos comercializados, especificamente, resgata-se aqui a proposição do Manual de Oslo que considera que há inovação em um determinado produto – *seja ele um bem material ou um serviço* – sempre que em sua versão comercializada o produto seja novo ou significativamente melhorado (OECD, 2018).

Clark e Wheelwright (1992) propõem uma classificação do grau de inovação de produto em quatro níveis, de acordo com a *novidade do produto* e do seu *processo de produção*, sendo o primeiro tipo proposto pelos autores a *inovação incremental*, o segundo a *inovação plataforma*, o terceiro a *inovação radical* e o quarto tipo chamado *P&D avançado* (CLARK; WHEELWRIGHT, 1992).

---

<sup>13</sup> Trechos desta seção aparecem em artigo publicado pelo autor durante os estudos do mestrado, em Setembro de 2022 na revista “Cadernos de Prospecção”, (ZAAK SARAIVA, 2022).

Dentro da literatura sobre inovação, contudo, talvez a classificação mais assertiva da inovação de produto, porque baseada em extensa revisão sobre investigações na área, seja a proposta por Garcia e Calantone (2002), que apresenta três tipos de inovação de produto, sendo a primeira delas a *Inovação Radical*, que provoca macro descontinuidades tecnológicas e de mercado, a segunda a *Inovação “Realmente Nova”* (no inglês “*Really New*”), capaz de provocar algum tipo de macrodescontinuidade, ou tecnológica ou de mercado, e a terceira delas a *Inovação Incremental*, capaz de provocar microdescontinuidades de mercado e tecnológicas, ou apenas uma delas (GARCIA; CALANTONE, 2002).

Ainda, em se tratando da análise do conteúdo tecnológico da balança comercial de uma região ou de um aglomerado produtivo, são úteis as metodologias apresentadas por De Negri (2005), que, no seio do debate sobre ganhos econômicos a partir da venda de *produtos com alto conteúdo tecnológico versus especialização regressiva baseada na exportação de commodities*, avaliou os *impactos da inovação tecnológica sobre o desempenho exportador das firmas brasileiras, e sobre a intensidade tecnológica* dessas exportações, fazendo uso de dados das exportações brasileiras até 2003 obtidos da SECEX, desdobrados a partir dos códigos Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) dos produtos.

Pella (2019) realizou esforço similar, utilizando-se igualmente de dados de comércio exterior da SECEX, porém *analisando especificamente as exportações e importações Brasileiras para a China*, em um estudo longitudinal que buscava acompanhar a evolução das relações entre os dois países até 2015, com a China exportando cada vez mais produtos de alto conteúdo tecnológico, e o Brasil se especializando cada vez mais na exportação de *commodities*, soja e minério à frente.

Nesse sentido, é importante salientar que no Brasil as exportações de *commodities* passaram de 44,3% do total entre 1998–2002 para 62,8% das exportações entre 2013-2017 (UNCTAD, 2019).

Desta forma, cumpre destacar primeiramente o elevado nível de industrialização de Luzerna, cujo PIB industrial gira em torno de 40% do total, e o seu elevado conteúdo tecnológico, cujos principais produtos comercializados são máquinas e equipamentos, o que representa um grande diferencial produtivo em relação ao Brasil, que atualmente tem a maior parte do seu PIB composto de produtos primários da agricultura e da indústria extrativa.

No que diz respeito ao comparativo detalhado de compras e vendas apresentado nas 2 seções anteriores, os resultados mostram que no aspecto geográfico o município de Luzerna se destaca pelo amplo alcance de sua produção, tendo entre 2017 e 2019 vendido seus

produtos para 1.476 municípios brasileiros espalhados por todas as unidades da Federação, além de exportações para os 5 continentes.

Ao analisar detalhadamente o conteúdo tecnológico da balança comercial, é possível observar também que, embora uma boa parte das peças e ferramentas adquiridas pelas indústrias do APL Metalomecânico (20% do total) sejam produzidas no próprio território, há ainda um grande potencial para que produtos de média complexidade venham a ser produzidos no próprio município, agregando valor por meio do ganho de escala e trazendo por consequência os benefícios socioeconômicos da industrialização no próprio território.

Considera-se assim que o grau de inovação do Setor Eletrometalomecânico de Luzerna, baseando-se nos resultados sintetizados na Figura 20, pode ser definido como *Inovação Incremental*, capaz de provocar micro descontinuidades de mercado e tecnológicas, ou apenas uma delas, (GARCIA; CALANTONE, 2002) representando o cenário uma oportunidade para a Estratégia da Inovação.

#### **4.6. Conclusão do Capítulo 4**

Neste Capítulo buscou-se apresentar a economia industrial do Município de Luzerna dentro do contexto da industrialização do Estado de Santa Catarina que, como se viu, destoa razoavelmente do cenário industrial brasileiro.

Na primeira seção, viu-se como Santa Catarina é na segunda década do Século XXI uma região altamente desenvolvida se comparada ao restante do Brasil, na medida em que não só apresenta desempenho excepcional em termos dos principais indicadores socioeconômicos, como o 3º maior IDH do Brasil, o menor índice de pessoas em nível de pobreza e o maior percentual de pessoas nas classes A e B, além do 7º maior potencial de consumo, entre as unidades da federação, mas também foram apresentadas as principais leituras que explicam d

Também foram apresentados na primeira seção dados socioeconômicos que demonstram o elevado grau de desenvolvimento da economia catarinense, como o fato de que o Estado apresenta o 4º maior PIB per capita e o 4º maior Rendimento Domiciliar per capita do País, além de dados relativos à indústria de Santa Catarina, demonstrando que é o 5º Estado com maior participação da indústria no PIB, o 3º com maior número de estabelecimentos industriais, e o 1º em termos do percentual de trabalhadores empregados na Indústria, argumentando-se ser esta uma das razões por trás de seu elevado desenvolvimento socioeconômico, na medida em que é a indústria o setor que paga os melhores salários, e que

é a indústria o único setor capaz de permitir o crescimento de longo prazo dentro das economias capitalistas.

Já na segunda seção foram apresentados dados relativos à produção industrial do município de Luzerna, demonstrando ser o PIB industrial do município atipicamente elevado em relação ao PIB municipal total, de quase 40% ao longo do período analisado e, no que diz respeito ao Setor Eletrometalomecânico, ter Luzerna não só uma concentração de 8,79 indústrias do setor por cada mil habitantes, como também um percentual de 35,3% de trabalhadores atuando no setor, sendo ambos os maiores indicadores dentro deste setor em relação aos municípios catarinenses, fazendo de Luzerna o município com a maior concentração industrial do setor.

A terceira seção apresentou dados relativos à balança comercial das indústrias eletrometalomecânicas situadas em Luzerna, demonstrado, no que diz respeito ao comércio exterior, que Luzerna exporta principalmente Máquinas e Máquinas Agrícolas, seguidas por Trailers e Autopeças, por Metais e Ferramentas e por Instrumentos, e que as indústrias luzernenses importam principalmente Máquinas e Máquinas Agrícolas, seguidas por Trailers e Autopeças, por Metais e Ferramentas, e por Produtos Químicos. Por seu turno, no nível nacional os principais produtos vendidos são Reboques Agrícolas, seguidos por Bombas Volumétricas, por Geradores de Corrente Alternada, por Distribuidores de Adubos e por Partes de Máquinas, enquanto que os produtos mais comprados são Geradores de Corrente Alternada, seguidos por Condutores Elétricos, por Partes Elétricas, por Bombas Elétricas e por Condutores Elétricos para Alta Tensão, demonstrando a atipicidade dos produtos comercializados para um município com população tão pequena.

Por seu turno, a quarta seção apresenta um estudo da Geoeconomia dos produtos comprados e vendidos pelo APL de Luzerna, sendo que, no que diz respeito às vendas, no nível do comércio exterior se destacam as exportações para a América do Sul e África, com Paraguai, Moçambique, África do Sul, Colômbia e Uruguai os principais destinos, enquanto que no plano nacional o Sul e o Sudeste se destacam como principais destinos, sendo os principais Estados compradores Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Por seu turno, no que diz respeito às compras, no nível do comércio exterior os principais países de origem das importações luzernenses estão situados na Ásia seguida pela Europa, sendo eles China, Itália, Alemanha, Reino Unido, Taiwan, Áustria e Turquia, enquanto que no nível nacional o Sul e Sudeste também se destacam, sendo os principais estados de origem das compras locais Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e

Minas Gerais, demonstrando a amplitude geográfica da atuação do APL de Luzerna, que vende produtos para mais de 1.300 municípios brasileiros e para os 5 continentes.

A quarta seção também apresenta ao final um diagrama representativo da Balança Comercial Geoeconômica do APL Eletrometalomecânico de Luzerna, onde ficam claros o peso do mercado Brasileiro para as vendas luzernenses, de 58% do total, e no caso das compras, o peso do mercado catarinense, que fornece à indústria de Luzerna 35% do total comprado, sendo o mercado internacional, embora diversificado, responsável por apenas 0,6% das vendas e por 1,7% das compras.

E finalmente, a 5ª seção apresentou uma discussão acerca do Grau de Inovação do APL Eletrometalomecânico de Luzerna, em termos específicos do grau de inovação de seus produtos, realizando uma análise similar a estudos realizados sobre a balança comercial brasileira nas últimas décadas, chegando-se à conclusão de que grau de inovação do Setor Eletrometalomecânico de Luzerna pode ser definido como *Inovação Incremental*, definida pela literatura como aquela capaz de provocar micro discontinuidades de mercado e tecnológicas, ou apenas uma delas, representando portanto o cenário descrito uma oportunidade para a Estratégia da Inovação.

No Capítulo 5 a seguir, é apresentado um estudo de caso sobre a influência das políticas públicas sobre a economia de Luzerna, e sobre alguns indicadores socioeconômicos principais.

## 5. ESTUDO DE CASO: INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE A ECONOMIA DE LUZERNA

Neste capítulo busca-se analisar dados relativos ao emprego e salário, à educação, à qualidade de vida, e também a algumas políticas públicas de fomento econômico e social com incidência sobre o Município de Luzerna.

Serão estabelecidos comparativos com um conjunto selecionado de municípios situados na área de abrangência da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense, AMMOC, todos vizinhos ao Município de Luzerna e que com ele dividem forte herança histórica e cultural, além de condições geográficas e climáticas similares.

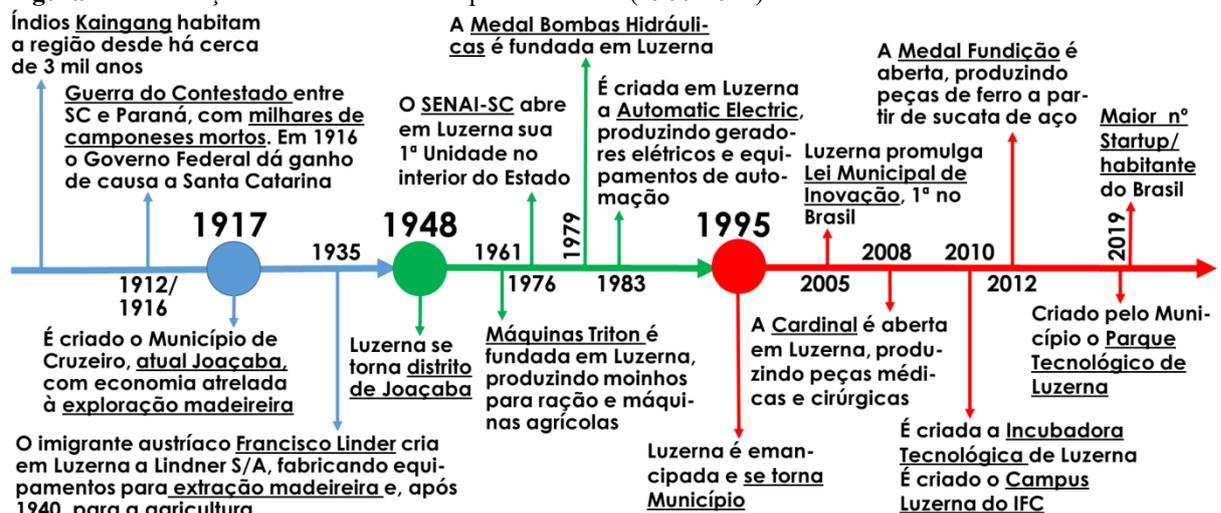
Iniciando o capítulo, as primeiras seções tratam do desempenho alcançado pela sociedade luzernense em termos de indicadores socioeconômicos consagrados, sendo o primeiro item, analisado na próxima seção, justamente o emprego e o salário.

### 5.1. Emprego e Salário no Município de Luzerna

Desde a criação do povoamento que veio a ser conhecido como Luzerna, no início do Século XX, o território passou por um processo de diferenciação e especialização produtiva em relação aos povoados próximos, na medida em que, empurrada pela indústria madeireira, então o principal motor econômico deste território recém-integrado ao Estado de Santa Catarina, após o fim da questão do Contestado (ALVES, RADIN, 2021).

A Figura 21 a seguir apresenta uma breve linha do tempo da história de Luzerna.

**Figura 21** – Evolução Histórica do Município de Luzerna (1900-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

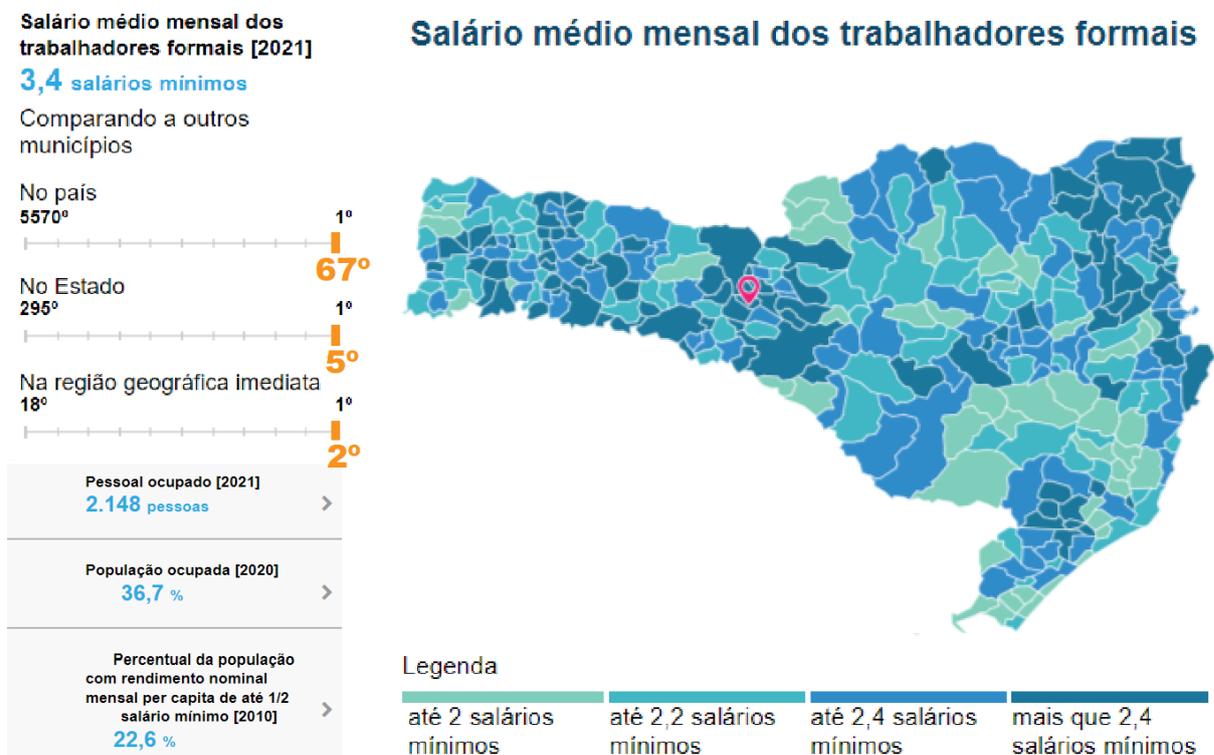
Como se vê, na década de 1930 começa a funcionar a 1ª indústria de Luzerna, a Fundação Lindner, justamente durante o 1º governo de Getúlio Vargas, dando início à criação de fábricas no território Luzernense que perdura até os dias atuais.

Segundo Alves e Radin (2021), a fortuna feita a partir da segunda década do Século XX pelos madeireiros da macro-região do oeste catarinense, a partir da comercialização de madeiras nobres, como a araucária e a imbuia, espécies abundantes na região cujo comércio incluía até mesmo a exportação para a Argentina por meio das balsas que navegavam pelo Rio Uruguai e alguns afluentes, foi fundamental na acumulação de capital necessária aos novos investimentos, entre os quais as primeiras indústrias instaladas na região.

Tais fatores, responsáveis em boa medida pela formação do aglomerado de indústrias no território de Luzerna, terminaram por produzir uma das características resultantes do processo de industrialização, a composição de um mercado de trabalho diferenciado, com maior demanda por profissionais qualificados, e elevado salário médio.

A Figura 22 a seguir apresenta um infográfico da taxa de emprego e do salário médio do Município Luzerna em função dos demais municípios do Brasil, de Santa Catarina e da região Meio Oeste Catarinense.

**Figura 22** – Ocupação e Média Salarial em Luzerna (2020-2021)

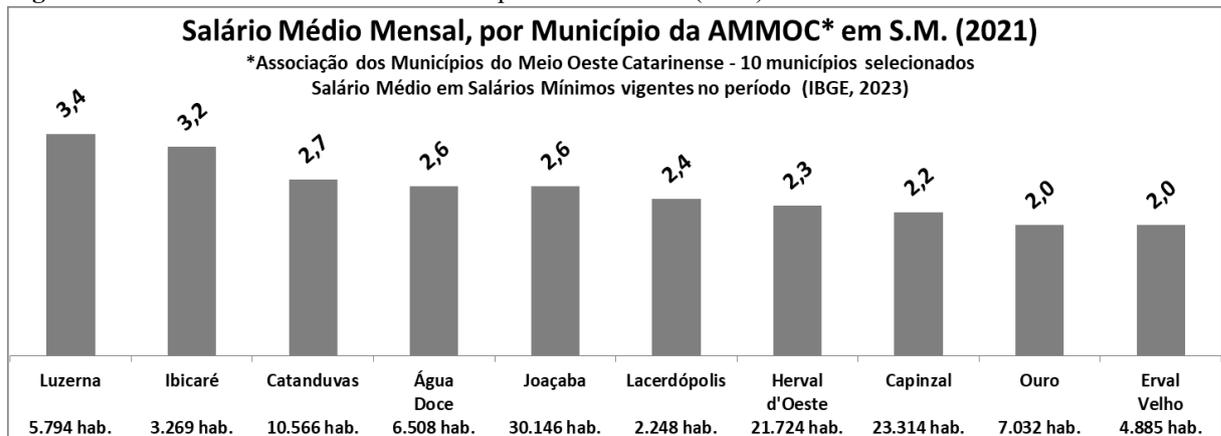


Fonte: Adaptado de IBGE (2023b).

Com efeito, observa-se que o salário médio mensal dos trabalhadores formais em Luzerna, de 3,4 salários mínimos, é o 5º maior do Estado de Santa Catarina, e o 67º entre os mais de cinco mil e quinhentos municípios brasileiros.

De forma a aprofundar a análise da situação no território de Luzerna, apresenta-se um estudo comparativo com 10 municípios vizinhos, todos integrados à AMMOC, Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense. A Figura 23 a seguir apresenta o salário médio mensal dos municípios selecionados.

**Figura 23 – Salário médio mensal em municípios selecionados (2021)**

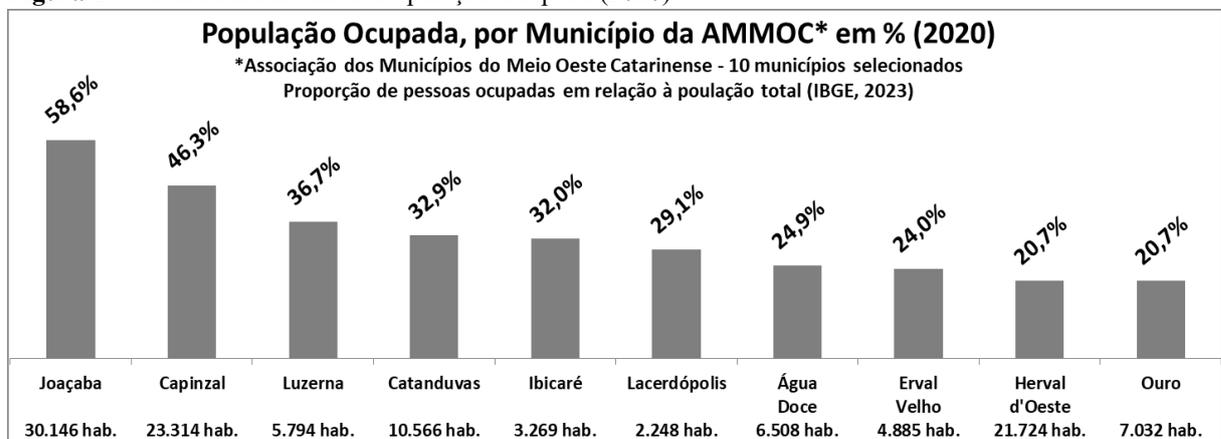


Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IBGE (2023b).

Como se vê, entre os municípios selecionados, Luzerna aparece com o maior salário médio, de 3,4 S.M., seguida por Ibicaré, com 3,2 mil habitantes e Catanduvas, com 10,6 mil habitantes, estando Joaçaba, Capinzal e Herval d'Oeste, mais populosos, no meio da lista.

A Figura 24 a seguir traz o percentual de população ocupada dos municípios analisados.

**Figura 24 – Taxas Percentuais da População Ocupada (2020)**

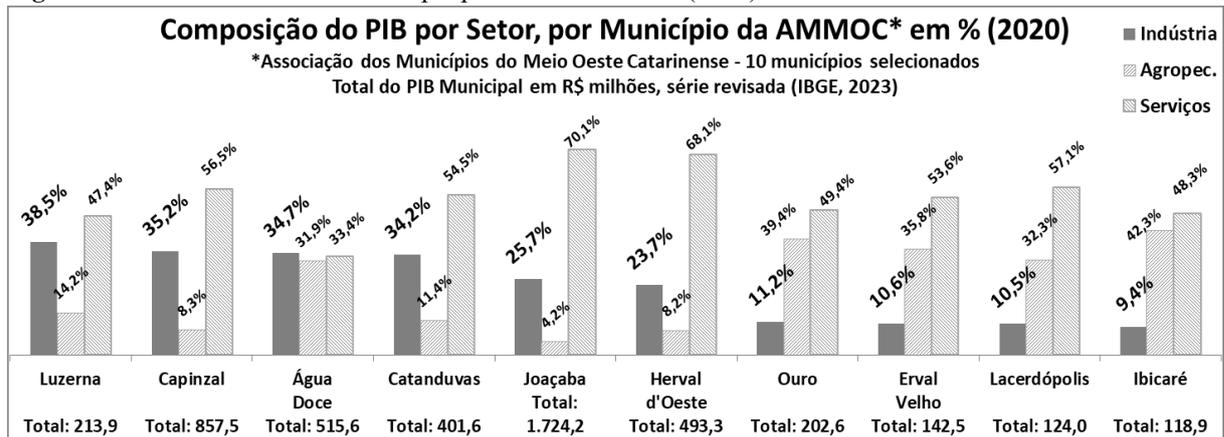


Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IBGE (2023b).

Conforme Figura 24, Joaçaba e Capinzal, municípios 5 e 4 vezes mais populosos que Luzerna, respectivamente, aparecem com as maiores taxas de população ocupada, de 58,6% e 46,3% enquanto Luzerna, em 3º lugar, tem 36,7% de sua população ocupada.

Na Figura 25 apresenta-se a composição percentual do PIB dos municípios analisados.

**Figura 25 – Percentual do PIB municipal por setor econômico (2020)**

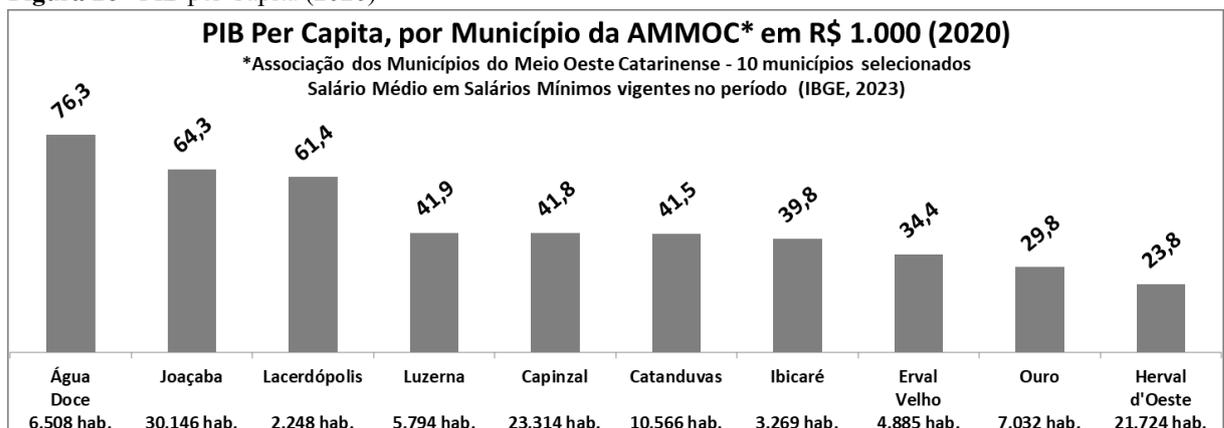


Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IBGE (2023b).

A Figura 25 mostra Luzerna em 1º lugar na participação da Indústria no PIB Municipal, com 38,5%, percebendo-se no gráfico três municípios com percentual acima de 30%, Capinzal, Água Doce e Catanduvas, seguidos por Joaçaba e Herval d'Oeste, que tem percentuais entre 20% e 30%, e um grupo de 4 municípios, Ouro, Erval Velho, Lacerdópolis e Ibicaré, com participação industrial de cerca de 10% no PIB Municipal.

Na Figura 26 a seguir, tem-se o PIB per Capita por município.

**Figura 26 – PIB per Capita (2020)**



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IBGE (2023b).

Como se vê na Figura 26, o PIB per Capita em Luzerna é o 4º maior da região, de R\$41,9 mil, próximo ao valor nacional que foi de R\$ 46.154,60 em 2022.

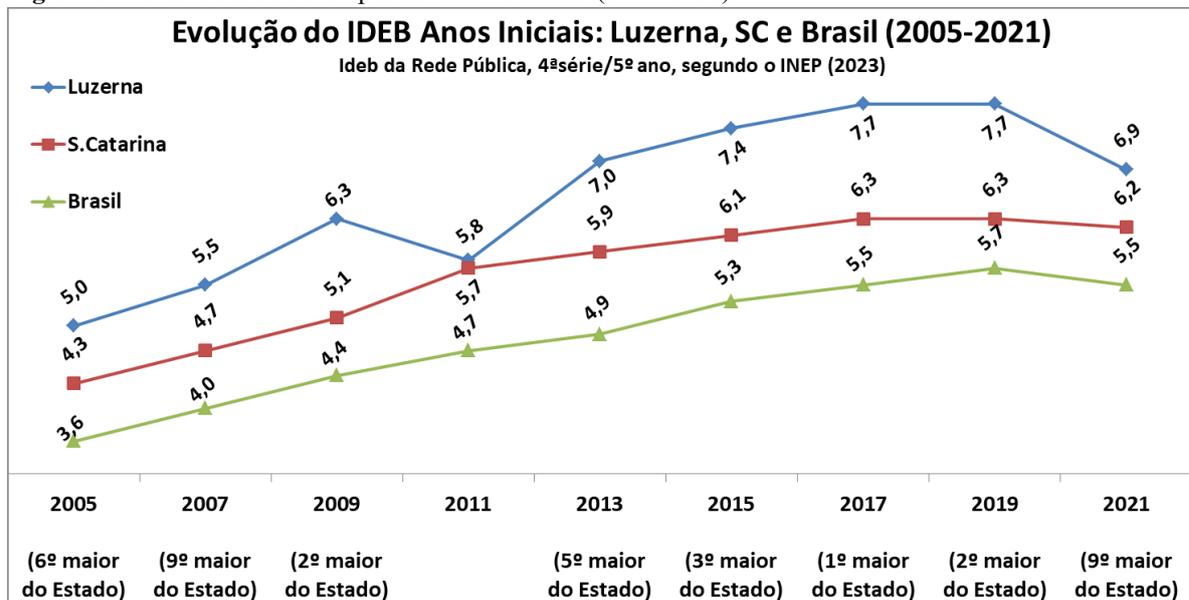
Finalizando-se esta seção, resgata-se as constatações da literatura acerca da importância da industrialização na elevação dos salários, já abordada no capítulo anterior, pois a indústria é o setor que paga os maiores salários.

## 5.2. Desempenho Educacional do Município de Luzerna

Acerca dos resultados educacionais, como já citado nesta dissertação, Luzerna também se destaca no cenário catarinense, tendo atingido em 2017 o 1º lugar para o Índice de Desenvolvimento da Escola Básica – Ideb anos iniciais – dentre os municípios do estado de Santa Catarina, alcançando um desempenho da ordem de 7,7 (INEP, 2023), além de ter obtido 2º maior Ideb em 2009 e 2019, 3º maior Ideb em 2015, 5º maior Ideb em 2013, 6º maior Ideb em 2005 e dois nonos lugares em 2007 e 2021.

A Figura 27 a seguir apresenta um comparativo da evolução do Ideb Anos Iniciais para o Brasil, para o Estado de Santa Catarina, e para Luzerna.

Figura 27 – Resultados do Ideb por sistema de ensino (2005-2021)

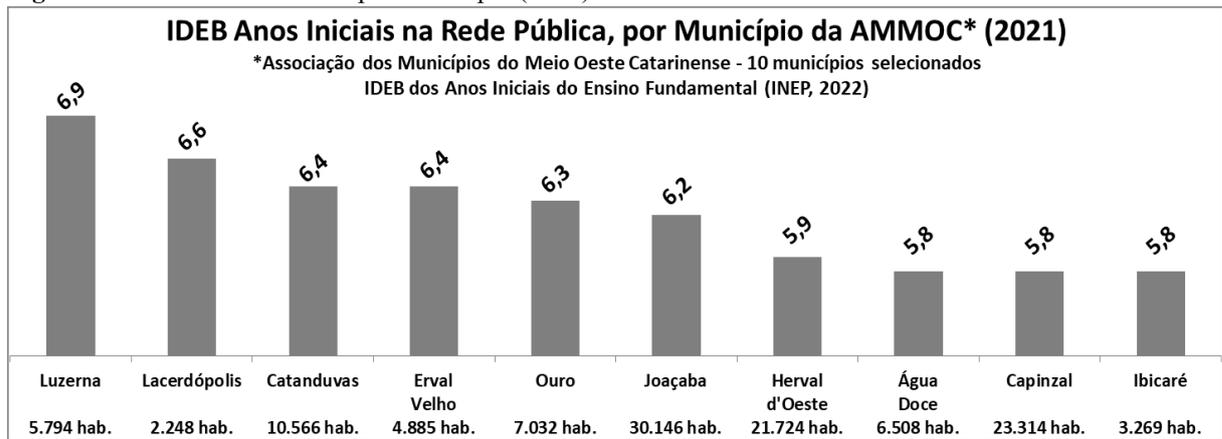


Fonte: Elaborado pelo autor com dados de INEP (2023).

Destaca-se na Figura 27 o elevado desempenho de Luzerna no Ideb, sempre acima dos desempenhos estadual e nacional no período citado e, além disso, o fato de ter apresentado Ideb sempre entre os 10 maiores do Estado de Santa Catarina em 8 das nove edições.

Prosseguindo na análise do desempenho educacional de Luzerna, a Figura 28 traz comparativo com os municípios da região do meio oeste catarinense.

**Figura 28 – Resultados do Ideb por Município (2021)**

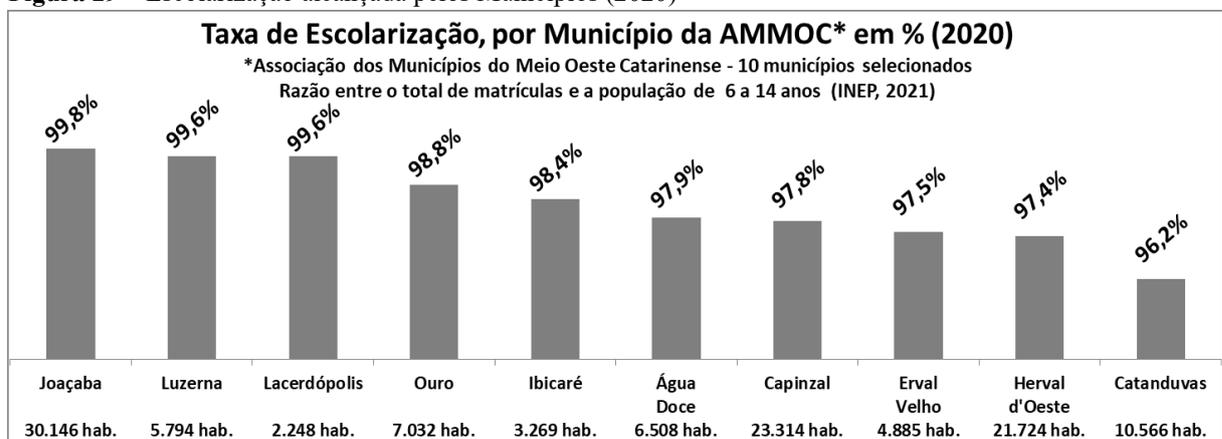


Fonte: Elaborado pelo autor com dados de INEP (2022).

A Figura 28 mostra Luzerna em 1º lugar em mais um indicador, neste caso o seu desempenho de 6,9 no Ideb anos iniciais de forma isolada entre os municípios da AMMOC, enquanto os municípios conturbados de Joaçaba e Herval d'Oeste aparecem em 6º e 7º lugares, com índices de 6,2 e 5,9 respectivamente.

Já quanto à Taxa de Escolarização, indicador também mensurado pelo INEP, pode-se verificar um comparativo na Figura 29.

**Figura 29 – Escolarização alcançada pelos Municípios (2020)**

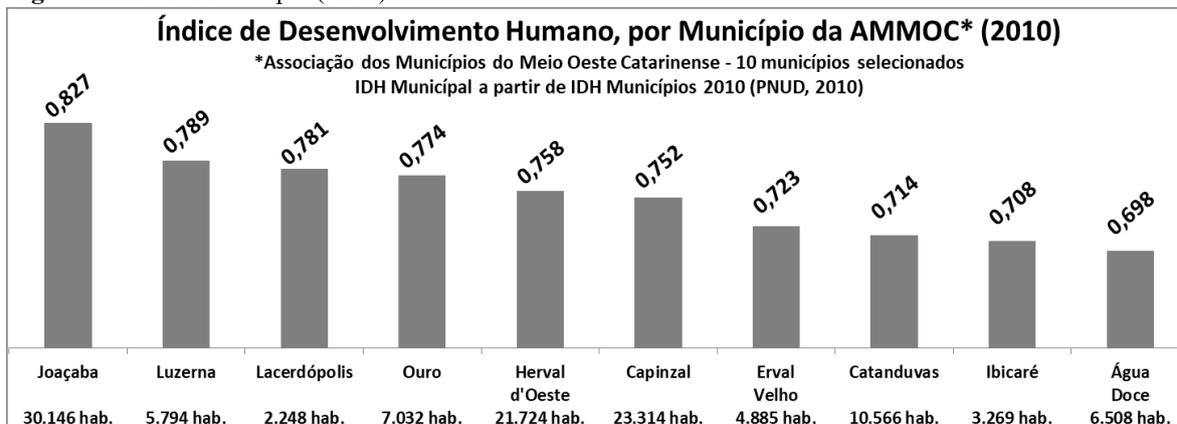


Fonte: Elaborado pelo autor com dados de INEP (2022).

No caso da Taxa de Escolarização, a Figura 28 mostra Luzerna em 2º lugar entre os municípios selecionados, com uma taxa de 99,6% de escolarização, enquanto que Joaçaba aparece em 1º lugar com 99,8%.

Como o desempenho escolar impacta diretamente no IDH do município, é perceptível pelos dados até aqui apresentados que o elevado desempenho de Luzerna no âmbito educacional certamente contribui para o IDH do município, que é apresentado no gráfico da Figura 30 a seguir.

Figura 30 – IDH Municipal (2010)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de PNUD (2010).

Como se observa no gráfico, o IDH Municipal de Luzerna é de 0,789 fazendo do Município aquele com 79º maior IDH do País, entre quase 5,6 mil Municípios

Conclui-se esta seção, a partir da observação dos dados apresentados, inferindo-se pela existência de prováveis influências entre alguns dos indicadores apresentados, o que se verificará mais adiante.

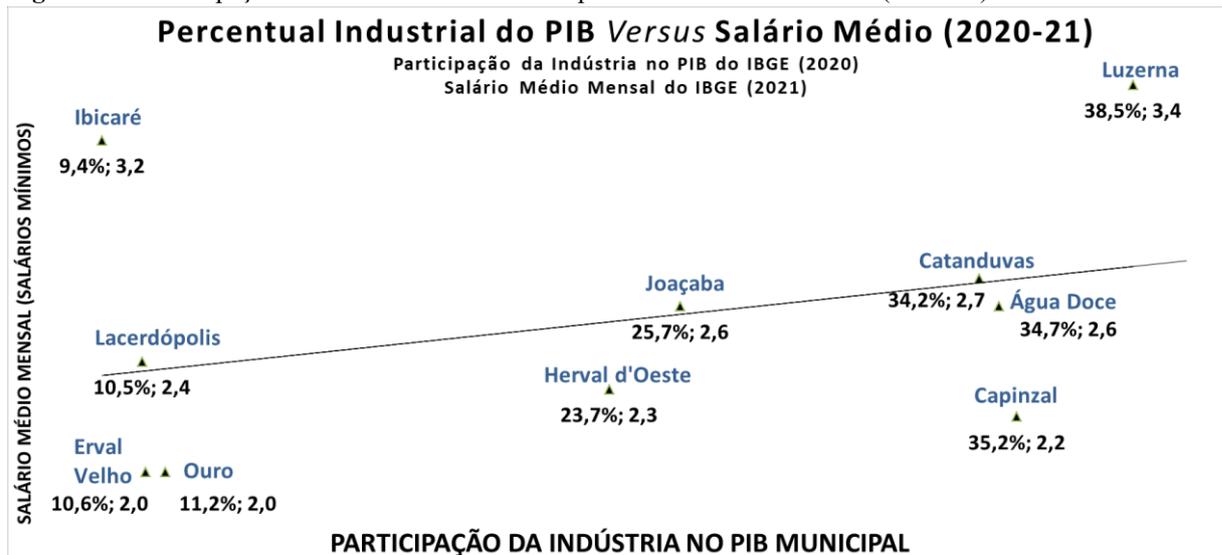
### 5.3. Correlações entre os Indicadores Analisados

Dentro do recorte geográfico adotado neste capítulo, ou seja, um conjunto de 10 Municípios vizinhos de Luzerna, e integrantes da Associação AMMOC, percebeu-se uma variação importante entre os diversos indicadores analisados.

Desta forma, seguindo prescrições da literatura acerca de dimensões socioeconômicas tais como ocupação, salário, escolaridade, e qualidade de vida, entre outras, na presente seção são realizadas análises de correlação a fim de buscar-se indícios de influências entre os diversos indicadores.

A Figura 31 a seguir apresenta os indicadores relativos ao Salário Médio Mensal e à Participação da Indústria no PIB, para os 10 municípios selecionados.

**Figura 31** – Participação da Indústria no PIB Municipal e Salário Médio Mensal (2020-21)

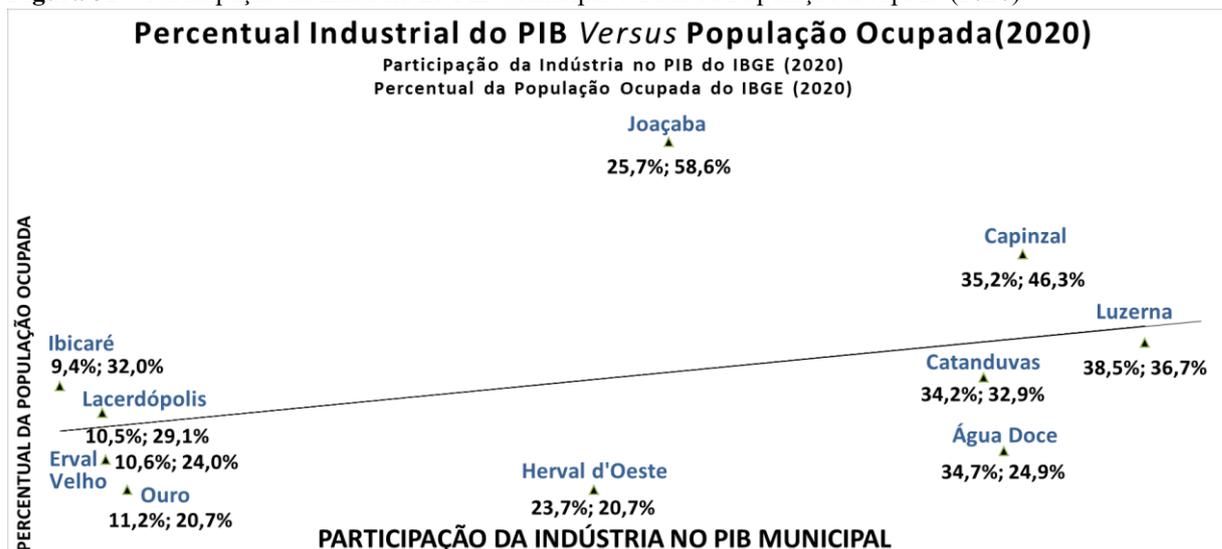


Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IBGE (2023b).

O gráfico permite perceber-se visualmente uma correlação fraca e positiva, dentro do recorte de 10 municípios analisados, entre o percentual da Indústria no PIB Municipal e o salário médio mensal, sendo o coeficiente de correlação calculado em 0,35.

A seguir, o gráfico da Figura 32 apresenta indicadores relativos ao percentual industrial do PIB Municipal e a População Ocupada.

**Figura 32** – Participação da Indústria no PIB Municipal e Taxa de População Ocupada (2020)

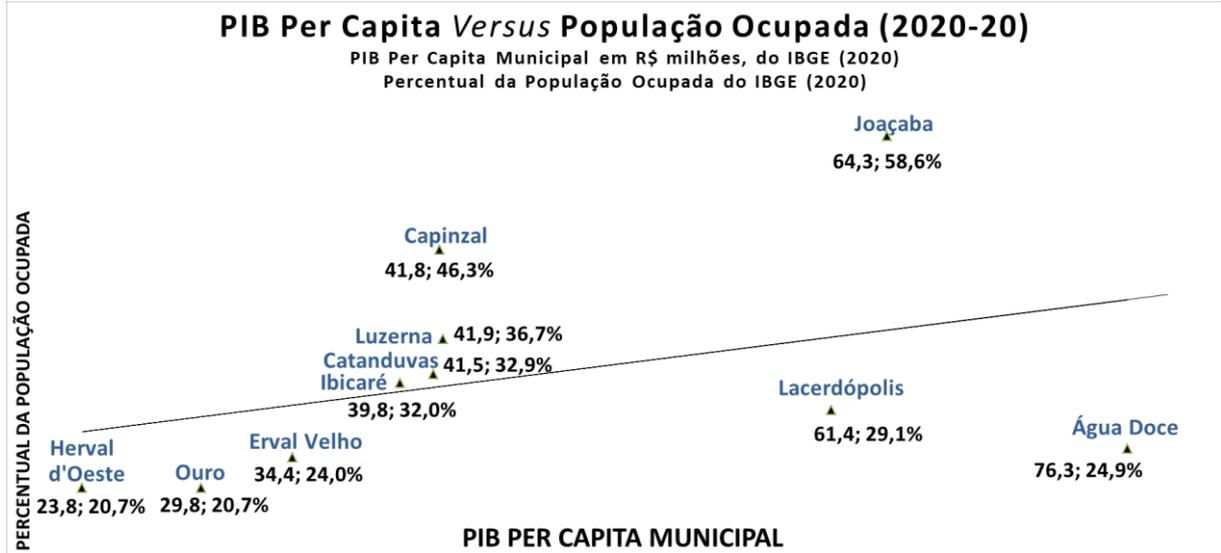


Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IBGE (2023b).

Como se observa no gráfico, dentro do recorte de 10 municípios analisados há uma correlação entre o percentual da Indústria no PIB Municipal e a taxa de População Ocupada. O cálculo do coeficiente de correlação resultou em 0,39.

Na figura 33, o gráfico analisa as dimensões PIB per Capita e População Ocupada.

**Figura 33 – PIB Municipal Per Capita e Taxa de População Ocupada (2020)**

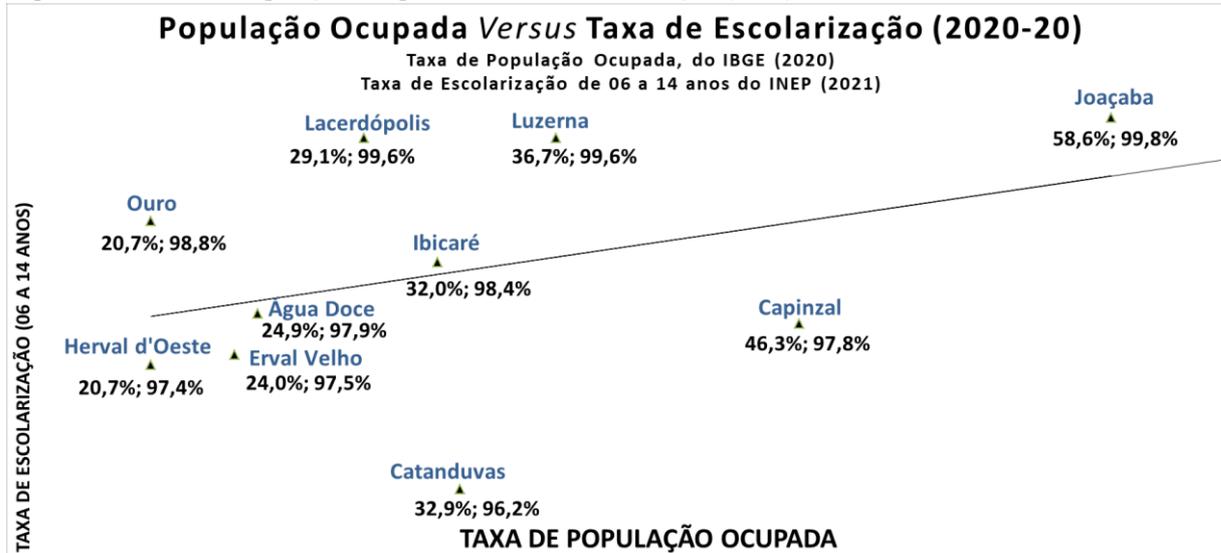


Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IBGE (2023b).

É possível verificar-se visualmente também no gráfico da Figura 33 uma fraca correlação positiva entre as duas dimensões apresentadas no gráfico, tendo sido calculado seu coeficiente em 0,37.

O gráfico da Figura 34 a seguir, visando **atingir o 2º Objetivo Específico desta dissertação**, analisa os indicadores População Ocupada e Taxa de Escolarização, para os municípios selecionados.

**Figura 34 – Taxa de População Ocupada e Taxa de Escolarização (2020)**

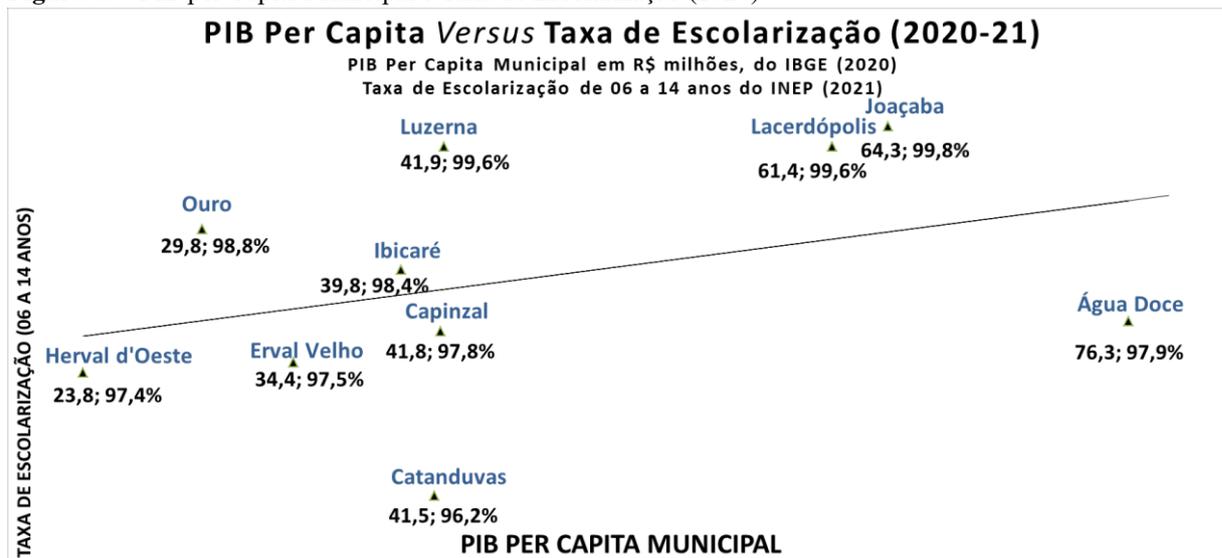


Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IBGE (2023b).

Observa-se no gráfico a existência de uma fraca correlação, dentro do recorte de 10 municípios analisados, a taxa de População Ocupada e a taxa de Escolarização, cujo cálculo do coeficiente de correlação resultou em 0,37.

No gráfico da Figura 35 apresentam-se os indicadores PIB per Capita e Escolarização.

**Figura 35** – PIB per Capita Municipal e Taxa de Escolarização (2020)

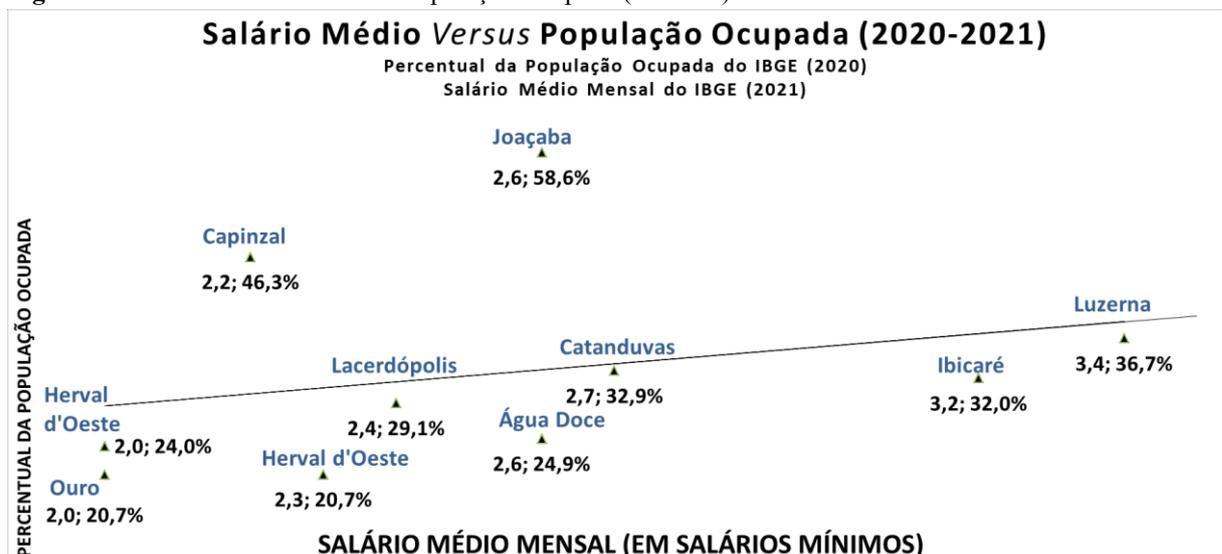


Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IBGE (2023b) e INEP (2021).

Percebe-se visualmente a existência de uma correlação fracamente positiva entre as dimensões analisadas, para o recorte de 10 municípios analisado, sendo calculado o seu coeficiente de correlação em 0,36.

Na Figura 36 os indicadores Salário Mensal e População Ocupada.

**Figura 36** – Salário Médio Mensal e População Ocupada (2020-21)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IBGE (2023b).

Como se infere visualmente do gráfico, há uma correlação fraca e positiva, dentro do recorte de 10 municípios analisados, entre o Salário Médio Mensal do Município, e a Taxa de População Ocupada, calculando-se o coeficiente de correlação calculado em 0,28.

#### 5.4. Políticas Públicas e Investimento Público no Município de Luzerna

Segundo Orair e Siqueira (2018), é bastante generalizado entre economistas – de neoclássicos a pós-keynesianos – o reconhecimento quanto ao papel estratégico que os investimentos do setor público, especialmente quando direcionados para infraestrutura, têm sobre a economia em geral e a renda em particular.

Assim, tendo em vista que o objeto principal desta dissertação é a economia industrial de Luzerna, realiza-se inicialmente um confronto entre o investimento público no Brasil e possíveis efeitos sobre o crescimento da atividade industrial no município.

A Figura 37 a seguir traz o investimento público total no Brasil.

Figura 37 – Investimento Público Realizado (1999-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IFI (2017).

Como se vê, após a derrubada do governo trabalhista em 2015 o investimento desce a percentuais mais baixos dos últimos 30 anos.

Apresenta-se, na Figura 38 a seguir, o percentual de participação da Indústria no PIB total do Município de Luzerna entre 2000 e 2018.

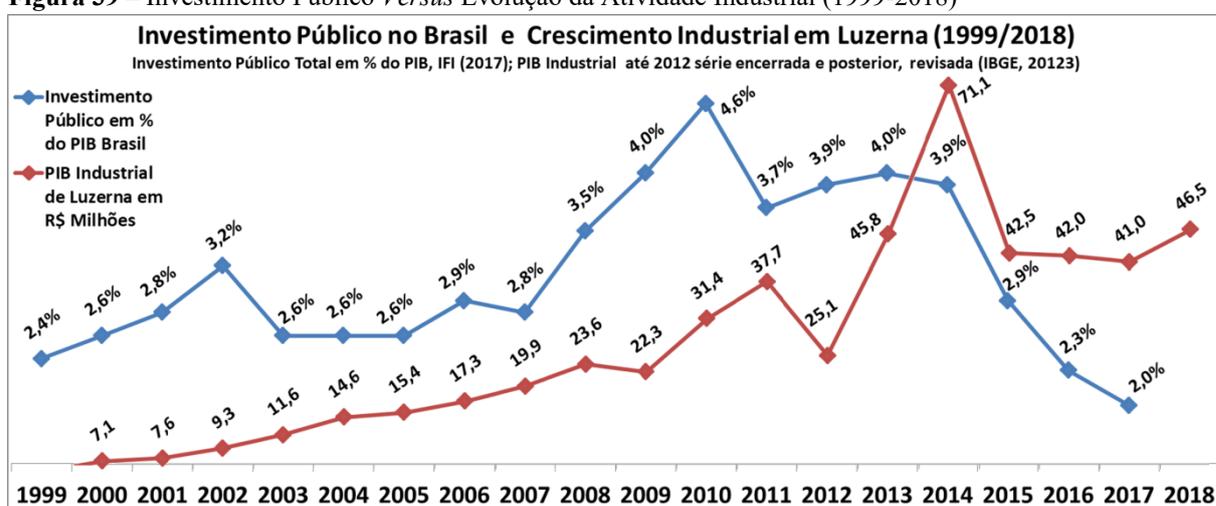
**Figura 38** – Participação da Indústria no PIB de Luzerna (2000-2018)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IBGE (2023).

Assim, buscando **alcançar o 1º Objetivo Específico desta dissertação**, a fim de inferir possíveis influências entre os dois últimos conjuntos de dados, apresenta-se na Figura 39 o gráfico contendo os dois indicadores anteriores, com defasagem de 1 ano do PIB industrial em relação ao investimento para o teste de correlação.

**Figura 39** – Investimento Público *Versus* Evolução da Atividade Industrial (1999-2018)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IFI (2017) e IBGE (2023).

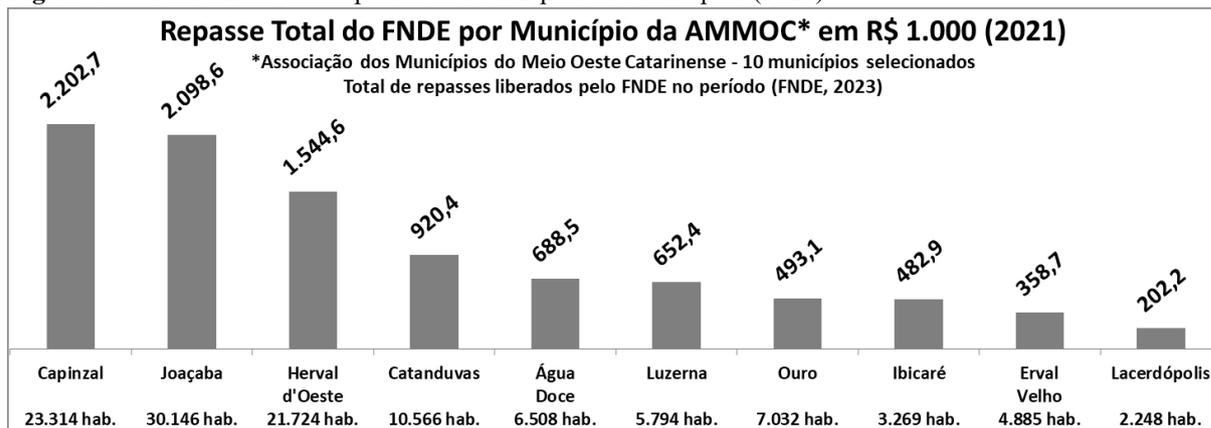
Como se observa na Figura 39, as curvas aparentam geometricamente exibir relação de proporcionalidade, sendo que, ao realizar o teste de correlação, obteve-se o coeficiente de correlação de 0,43 que se classifica como fraca e positiva, mas que, apesar da natureza relativamente superficial dos dados, é indício da influência marcante do investimento público sobre o crescimento industrial verificado em Luzerna ao longo do período analisado.

Prosseguindo na análise, tendo em vista a importância da política educacional e sua interrelação com a atratividade do mercado de trabalho (resultante do salário médio, entre

outros indicadores) na determinação da motivação a estudar e, conseqüentemente, do desempenho escolar, analisa-se agora os efeitos de uma política específica, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o FNDE, sobre o IDEB dos municípios selecionados para este estudo.

Apresenta-se na Figura 40 o repasse total do FNDE por município, para 2021.

**Figura 40** – Total Anual dos Repasses do FNDE para os Municípios (2021)

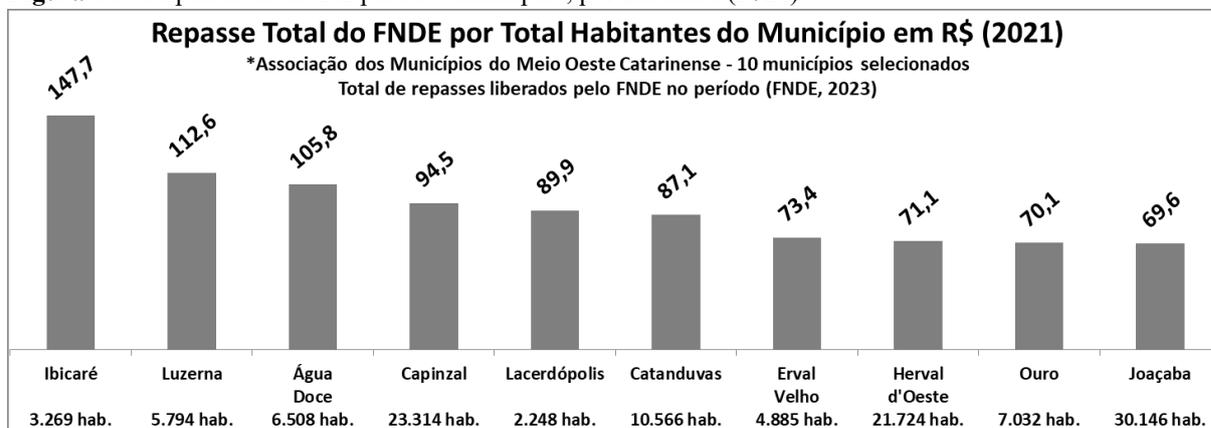


Fonte: Elaborado pelo autor com dados de FNDE (2023).

Como se vê no gráfico, a distribuição dos recursos do FNDE não é linear em relação ao tamanho da população, pois leva em consideração o cumprimento de diversas obrigações relacionadas ao transporte escolar, à merenda, à manutenção das escolas e à infraestrutura, dependendo também do desempenho do Município e da maior ou menor necessidade de recursos federais para garantia.

O Gráfico da Figura 41 traz os recursos transferidos pelo FNDE já divididos pela população de cada Município.

**Figura 41** – Repasses do FNDE para os Municípios, por habitante (2021)



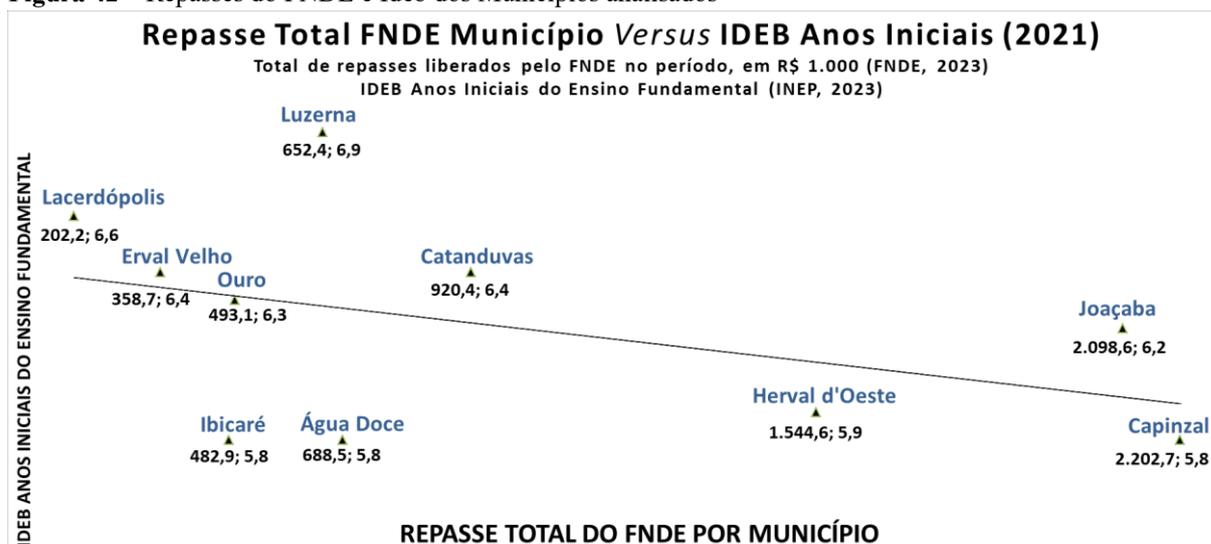
Fonte: Elaborado pelo autor com dados de FNDE (2023).

Na Figura 41 observa-se uma grande disparidade, na medida em que alguns municípios, como Ibicaré, recebem mais que o dobro dos recursos, por habitante, que outros municípios da mesma lista, e com população correspondente, como Ouro.

Assim, buscando **atingir o 3º Objetivo Específico desta dissertação**, cumpre analisar a relação entre as duas dimensões em tela, a saber, o Ideb alcançado pelos municípios, e os Repasses efetuados pelo FNDE aos municípios. Importante salientar, nesse sentido que, a despeito do senso comum, trabalhos recentes têm demonstrado uma correlação negativa entre os repasses do FNDE e o desempenho escolar medido pelo IDEB, já que, entre outros fatores, municípios com maiores repasses do FNDE são quase sempre mais deficitários em termos de qualidade das escolas, enquanto que aqueles com maior percentual de investimento do próprio Município na educação têm surpreendentemente melhores indicadores de qualidade educacional.

A Figura 42 apresenta o gráfico de dispersão dos dois indicadores citados.

**Figura 42** – Repasses do FNDE e Ideb dos Municípios analisados



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de FNDE (2023) e INEP (2023).

Como se infere visualmente, a correlação encontrada é de -0,43 e tem-se, portanto, uma correlação fraca e negativa, mas que não deve ser desconsiderada.

Tais resultados vão de encontro a estudos similares realizados com sistemas municipais de ensino, como é o caso de Santos (2020) que demonstrou serem os municípios com maiores repasses do FNDE justamente os mais deficitários em termos de IDEB.

Desta forma, chega-se ao fim desta seção tendo-se analisado dois indicadores de investimentos públicos, o Investimento Público Total, e os Repasses do FNDE aos Municípios, demonstrando-se, em ambos os casos, a sua influência sobre os indicadores socioeconômicos no nível municipal, dentro do recorte aqui realizado.

## 5.5. Conclusão do Capítulo 5

Neste Capítulo procurou se analisar alguns dados relativos ao emprego e salário, à educação, à qualidade de vida, e também a algumas políticas públicas de fomento econômico e social com incidência sobre o Município de Luzern. Buscou-se estabelecer comparativos com um conjunto selecionado de municípios situados na área de abrangência da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense, AMMOC, todos vizinhos a Luzerna e que com ela dividem forte herança histórica e cultural, além de condições geográficas e climáticas similares, mas também foi realizada uma análise longitudinal (do investimento público).

Na primeira seção foram analisados o salário médio mensal e o percentual da população ocupada, além do percentual do PIB industrial e do PIB per capita dos 10 municípios analisados. Observou-se que Luzerna aparece com o desempenho mais elevado para o primeiro e o terceiro indicadores.

Na segunda seção, foram analisados, sobretudo, indicadores educacionais, iniciando-se com uma análise longitudinal da evolução do IDEB para Luzerna, para Santa Catarina e para o Brasil,, observando-se Luzerna superar as duas outras unidade geográficas durante todo o período analisado. Em seguida, analisou-se o Ideb, a taxa de escolarização e o IDH dos 10 municípios selecionados, verificando-se que Luzerna aparece em primeiro lugar no primeiro indicador, e em segundo lugar nos dois últimos.

Em seguida, na terceira seção, foram analisadas diversas correlações entre os indicadores apresentados nas seções 1 e 2, notadamente entre o PIB industrial e o salário médio, entre o PIB industrial e a população ocupada, entre o PIB per capita e a população ocupada, entre a população ocupada e a taxa de escolarização, entre o PIB per capita e a taxa de escolarização e, finalmente, entre o salário médio e a população ocupada, observando-se estarem as primeiras 5 correlações entre 0,35 e 0,40 e portanto, fracamente positivas, enquanto que a última tem valor 0,29 e portanto é ainda mais fraca e positiva.

Finalmente, na 4ª seção foram analisadas as principais políticas públicas incidentes sobre o território de Luzerna, que mais efeito tiveram sobre o desenvolvimento e crescimento dos indicadores socioeconômicos do Município. Em seguimento ao 1º Objetivo Específico da dissertação, através de uma análise longitudinal ao longo de um período de cerca de 20 anos, verificou-se indícios de que o Investimento Público Total não apenas influencia a atividade industrial no nível nacional, mas aqui digno de nota, também exerce influência direta sobre a atividade industrial em Luzerna. Em respeito ao 2º Objetivo Específico, não foi possível realizar inferências estatísticas acerca da relação entre o crescimento industrial no território

Luzernense a demanda do mercado de trabalho por educação de qualidade, porém considera-se que a correlação apresentada na Figura 34 – Taxa de População Ocupada e Taxa de Escolarização, no universo de 10 municípios selecionados, é um importante indício desta relação, que merece ser estudo posteriormente de forma mais robusta. E finalmente, obedecendo ao 3º Objetivo Específico da dissertação, através de um comparativo entre os 10 municípios selecionados, também detectou-se fortes indícios de que os repasses do FNDE aos Municípios, conforme já preceituado na literatura, exercem influência negativa sobre o desempenho educacional mensurado através do IDEB Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da Rede Pública.

Desta forma, considera-se que o Capítulo cumpriu seus objetivos, e passa-se então para a conclusão da Dissertação.

## 6. CONCLUSÃO

Esta Dissertação, junto ao Mestrado em *Estado, Gobierno y Políticas Públicas* da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais, teve como seu principal objetivo analisar a relação entre as diversas políticas públicas e o elevado desempenho industrial e educacional alcançado no APL Eletrometalomecânico do Município de Luzerna-SC nos últimos cem anos.

A partir de pesquisa bibliográfica e acesso a dados secundários disponibilizados pela rede mundial de computadores, principalmente do IBGE, da CNI, do Siscomex a partir de Data Viva, do Econodata, além de dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Luzerna, entre outras fontes, foi possível realizar revisões críticas de literatura e análises de dados capazes de auxiliar no entendimento do APL de Luzerna, seu desempenho e características principais e, especialmente, sua relação com a elevada qualidade de vida e o alto desempenho educacional alcançado pelo Município.

Foi efetuada no Capítulo 2 uma revisão sistemática da literatura sobre as temáticas da Industrialização e do Desenvolvimento Local, com foco em conceitos econômicos tais como o Desenvolvimento Territorial e os Distritos Industriais, a Importância dos Arranjos Produtivos Locais no mundo tecnologicamente globalizado, a Reestruturação Produtiva dos Anos 1970 em diante e suas consequências sobre o emprego e a Universidade, e ainda, o Contexto Político-Econômico do Brasil pós-Reestruturação Produtiva.

Apresentou-se no Capítulo 3 um estudo analítico sobre o processo de desenvolvimento industrial do Brasil desde o período Vargas, quando a industrialização foi alçada ao status de preocupação primeira do Estado. Sobre a perspectiva da disputa de projetos antagônicos presentes no capitalismo dependente brasileiro, procurou-se demonstrar de que forma o antagonismo se manifesta na elaboração das políticas públicas, se em investimento público e aumento de emprego e salário, se em políticas de austeridade, arrocho e desemprego.

São apresentados no Capítulo 4 resultados importantíssimos da pesquisa, na medida em que na primeira seção se apresenta o contexto industrial de Santa Catarina, e em que nas seções seguintes o Arranjo Produtivo Eletromecânico de Luzerna é caracterizado, com análises referentes à produção, aos empregos e à concentração de suas indústrias, e, finalmente, é realizada uma análise sobre o grau de inovação de seus produtos.

Finalmente, no Capítulo 5, a primeira seção apresenta as principais características relativas a emprego e salário no território analisado durante o período tratado, ainda a segunda seção traz dados relativos ao desempenho do sistema educacional de Luzerna e à qualidade de vida, a terceira seção que correlaciona as dimensões tratadas na seção anterior e, finalmente, a

4ª seção analisou as principais políticas públicas incidentes sobre o território de Luzerna, que maior efeito tiveram sobre o desenvolvimento e crescimento dos indicadores socioeconômicos do Município.

Assim, verifica-se, quanto aos objetivos específicos desta dissertação – que eram (1) verificar as relações entre as ações governamentais de fomento à indústria e os períodos de crescimento na economia industrial do território de Luzerna; (2) verificar a relação entre o crescimento industrial no território analisado e a demanda do mercado de trabalho local por educação alta qualidade; e (3) verificar a existência de relações entre o elevado desempenho educacional atingido pelo município e os investimentos públicos diversos ali realizados – que os mesmos foram cumpridos, já que:

(a) Quanto ao 1º Objetivo Específico, verificou-se, através de uma análise longitudinal ao longo de um período de cerca de 20 anos, indícios claros de que o Investimento Público Total não apenas influencia a atividade industrial no nível nacional, mas aqui digno de nota, também exerce influência direta sobre a atividade industrial em Luzerna.

(b) Em respeito ao 2º Objetivo Específico, embora não tenha sido possível obter os dados necessários para realizar inferências estatísticas acerca da relação entre o crescimento industrial no território Luzernense a demanda do mercado de trabalho por educação qualidade, considera-se que a correlação apresentada na Figura 34 – Taxa de População Ocupada e Taxa de Escolarização, é um importante indício desta relação, que merece ser estudo posteriormente de forma mais robusta.

(c) Quanto ao 3º Objetivo Específico, também detectou-se, através de um comparativo entre os 10 municípios selecionados e já estudados anteriormente, alguns fortes indícios de que os repasses do FNDE aos Municípios, conforme já preceituado na literatura especializada, exercem influência negativa sobre o desempenho educacional medido pelo IDEB Anos Iniciais da Rede Pública.

Desta forma, como conclusão da presente dissertação, tem-se que, entre as razões para o elevado desenvolvimento industrial do município de Luzerna, certamente estão presentes as prescrições da literatura para o caso geral da industrialização catarinense, sistematizadas por Goularti Filho (2002), como 3 conjuntos de leituras que sinteticamente podem ser expressas como

- (a) aquela que se concentra no grau de dependência da economia catarinense em relação à economia nacional, daí resultando vantagens e impedimentos associados;

- (b) a que apresenta como um dos principais vetores do crescimento estadual o seu processo de colonização que trouxe imigrantes europeus hábeis na pequena produção artesanal e, finalmente,
- (c) aquela que é denominada de desenvolvimento articulado, e que entende o desenvolvimento de Santa Catarina de forma articulada com o do restante do Brasil, agindo como diferenciais para o Estado condições geográficas e climáticas, e também sua formação social diferenciada;

Como conclusão principal, constata-se através dos dados analisados que o desenvolvimento da indústria Luzernense só foi possível, no nível alcançado, devido a um amplo conjunto de Políticas Públicas que impactaram os custos, a estabilidade econômica necessária à segurança dos investimentos, o acesso a mercados para os produtos industriais e, finalmente, as condições do mercado de trabalho, entre vários outros aspectos.

Espera-se que este trabalho possa servir como fonte de consulta para novos estudos sobre o objeto principal de análise, a economia de Luzerna, e sugere-se à pesquisa estudos concentrados sobre os quantitativos relativos aos investimentos públicos realizados no âmbito do território Luzernense pelo Estado nas esferas Municipal, Estadual e Federal, de forma a mensurar objetivamente os efeitos destas políticas sobre a produção, o emprego e a renda, e a qualidade de vida da população.

## REFERÊNCIAS

ADNER, Ron. Match Your Innovation Strategy to Your Innovation Ecosystem. **Harvard Business Review**, [s.l.], v. 84, n. 4, p. 98-107, 2006. ISSN: 0017-8012.

AFFEMG. **Rodrigo Maia diz ao STF que reforma administrativa está suspensa**. 18 nov 2020. Disponível em: <<https://www.affemg.com.br/blog/rodrigo-maia-diz-ao-stf-que-reforma-administrativa-esta-suspensa>>. Acesso em 19 dez 2020.

ALMEIDA, Julio Gomes. Políticas Industriais em Países Seleccionados. In: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. **Indústria e Desenvolvimento: Reflexões e propostas do IEDI para a Economia Brasileira**. ISBN: 978-85-68851-00-5. 2014. pp: 171-214.

ALONSO, Cristian; BERG, Andrew, KOTHARI, Siddharth; PAPAGEORGIOU, Chris; REHMAN, Sidra. Will the AI Revolution Cause a Great Divergence? **IMF Working Paper** No. 20/184. ISSN: 1018-5941. 11 set. 2020. ISBN: 9781513556505.

ALVES, Luciano Adilio; RADIN, José Carlos. O Capital Gerado pelo Extrativismo da Madeira e o Surgimento da SAIC. In: **Anais do História em Debate**, n. 1, v. 4, 2021. ISSN: 2675-0635.

ANTHONY, Scott D.; EYRING, Matt; GIBSON, Lib. Mapping your innovation strategy. **Harvard Business Review**, [s.l.], v. 84, n. 5, p. 104-113, 2006. ISSN: 0017-8012.

ARANTES, Flávio. **Orçamento Público**, Aula 1. Flacso Brasil. 15 ago. 2019. Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1ru3INfrruA>>. Acesso em 22 abr. 2021.

ARANTES, Flávio; LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. O Novo Consenso em Macroeconomia no Brasil: A Política Fiscal do Plano Real ao Segundo Governo Lula. In: **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 3, e172131, 2017. <<https://doi.org/10.1590/198055272131>>.

BAETZ, Jeffrey. What is Industry 4.0/Smart Manufacturing? In: **Digital Transformation, Future Manufacturing and the IBM View**. Webinário Digital. UNESP e University de Birmingham. 21 out. 2020.

BAIROS, Luíza. Orfeu e Poder: Uma perspectiva Afro-Americana sobre a política racial no Brasil. In: **Afro-Ásia**, [S. l.], n. 17, 1996. <<https://doi.org/10.9771/aa.v0i17.20863>>.

BALCEIRO, R. B.; ÁVILA, G. M. A. Gestão de Pessoas para o Profissional do Conhecimento. São Paulo: KMBRASIL, **Anais**. 2003.

BALTAR, Paulo. Crescimento da Economia e Mercado de Trabalho no Brasil. **Texto para Discussão. Nº 2036**. Fev. 2015. Ipea. ISSN: 1415-4765. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2036.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2036.pdf)>. Acesso em 15 ago. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Gestão de Pessoas e Folha de Pagamentos no Setor Público Brasileiro: O que os dados dizem?** 2019. 20pp. Disponível em: <[documents1.worldbank.org/curated/en/846691570645552393/pdf/Sumário-Executivo.pdf](https://documents1.worldbank.org/curated/en/846691570645552393/pdf/Sumário-Executivo.pdf)>. Acesso em 19 dez 2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (orgs.) **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade**. São Paulo: Editora da Unesp. 2012.

BECATTINI, Giacomo. Il sistema marshalliano. In: Becattini, Giacomo. **Il concetto di industria e la teoria del valore**. Torino: Boringhieri, 1962. pp: 88-125.

BENCKE, Fernando Fantoni; DORION, Eric Charles Henri; OLEA, Pelayo Munhoz; PRODANOV, Cleber Cristiano; LAZZAROTTI, Fábio; ROLDAN, Lucas Bonacina. A Tríplice Hélice e a construção de ambientes de inovação: O caso da Incubadora Tecnológica de Luzerna/SC. In: **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 43, pp: 609-39, 2018. <<https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.43.609-639>>.

BERNE, David de França. **O Grau de Inovação das Indústrias MPE da Região Metropolitana Oeste e Sudoeste de São Paulo**. 2016. 98 páginas. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdades Campo Limpo Paulista, São Paulo, 2016.

BOTELHO, Antônio José. **Dinâmicas de Competitividade via Inovações Tecnológicas: Cluster, Arranjo Produtivo Local (APL) e Sistema Local de Inovação**. 2005. Disponível em: <<http://cliente.argo.com.br/antoniojosebotelho/img/beta/artigo/Din%2micas%20de%20Competitividade%20via%20Inova%20E7%2F5es%20Tecnol%2F3gicas115740.pdf>>. Acesso em 22 ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Economia. **Relação Anual de Informações Sociais: RAIS 2018**. 2020. disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi>>. Acesso em 28 set. 2020.

BURGOS PAREDES, Breno José *et al.* Uma Análise Intrasetorial e Intersetorial do Grau de Inovação de Empresas de Pequeno Porte do Estado de Pernambuco. **INMR - Innovation & Management Review**, [s.l.], v. 12, n. 4, p. 140-161, 2015. ISSN: 2515-8961. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rai.v12i4.101888>. Acesso em: 08 mar. 2021.

CALIXTRE, Andre; VAZ, Fabio. PNAD 2014 - Breves Análises. **Nota Técnica N° 22**. Dez. 2015. Brasília: IPEA. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/151230\\_nota\\_tecnica\\_pnad2014](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/151230_nota_tecnica_pnad2014)>. Acesso em 15 ago 2020.

CAMPOS, Renato Ramos; STALLIVIERI, Fabio; VARGAS, Marco Antônio; MATOS, Marcelo. **Políticas Estaduais para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**. Rio de Janeiro: E-Papers. 2010. 380 pp. ISBN 978-85-7650-281-4.

CANO, Wilson. Brasil: Construção e Desconstrução do Desenvolvimento. In: **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 265-302, 2017. <<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n2art1>>.

CARDOSO JR., José Celso; KLIASS, Paulo. A PEC 241 e as Três Teses Liberais Equivocadas sobre o Estado Brasileiro. In: **Carta Maior**, 09 set. 2016. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/A-PEC-241-e-as-tres-teses-liberaisequivocadas-sobre-o-Estado-brasileiro/7/36797>>. Acesso em 19 dez 2020.

CARDOSO, José Álvaro. Os desafios do Brasil na indústria, no contexto da quarta revolução industrial: emprego e outras implicações sociais. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. **Desafios para Reindustrializar o Brasil**. 07 nov. 2017. pp: 5-11.

CARVALHO, José Murilo. A Cidadania após a Redemocratização. In: **Cidadania no Brasil, o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Capítulo 4.

CASTRO, Jorge Abrahão. Política Social e Desenvolvimento no Brasil. In: **Economia e Sociedade**, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.

CATARINENSE. **Nove novas empresas são incorporadas à Incubadora Tecnológica de Luzerna**. 17 maio 2018. Disponível em:

<<https://www.radiocatarinense.com.br/2018/05/nove-novas-empresas-sao-incorporadas-a-incubadora-tecnologica-de-luzerna/>>. Acesso em 12 ago 2020. CNI - Confederação Nacional da Indústria. **A Importância da Indústria para o Brasil**. 24 mar. 2020. Arquivo PDF. Disponível em: <[www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/importancia-da-industria/](http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/importancia-da-industria/)>. Acesso em 02 jul. 2020.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade Estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). In: **História Social**, n. 19, 2010, pp: 33-62.

CLARK, Kim; WHEELWRIGHT, Steven. **Revolutionizing Product Development**. Nova Iorque: The Free Press, 1992.

CNI - Confederação Nacional da Indústria. **A Importância da Indústria para o Brasil**. 24 mar. 2020. Arquivo PDF. Disponível em: <[www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/importancia-da-industria/](http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/importancia-da-industria/)>. Acesso em 02 jul. 2020.

CNI - Confederação Nacional da Indústria. Ranking dos Estados. In: **Perfil da Indústria** 2023. Disponível em: <<https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/ranking>>. Acesso 12 ago. 2023.

CONTRACTOR, Farok; LORANGE, Peter. The growth of alliances in the knowledge based economy. In: **International Business Review**, v. 11, n. 4, pp: 485-502, Ago. 2002. ISSN: 0969-5931.

COOKE, Philip. Regional Innovation Systems: Origin of the species. **International Journal of Technological Learning, Innovation and Development**, [s.l.], v. 1, n. 3, p. 393-409, 2008. ISSN: 1753-1950. Disponível em: <https://doi.org/10.1504/IJTLID.2008.01998>. Acesso em: 08 mar. 2021.

CORONEL, Daniel Arruda; AZEVEDO, André Filipe Zago; CAMPOS, Antônio Carvalho. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. In: **Brazilian Journal of Political Economy** [online]. 2014, v. 34, n. 1. ISSN 1809-4538. <<https://doi.org/10.1590/S0101-31572014000100007>>.

CORREIA, Telma de Barros. **Delmiro Gouveia: A Trajetória de um Industrial no Início do Século XX**. In: **Pioneiros & Empreendedores**. Escola de Engenharia de São Carlos, USP. 2019. Disponível: <[http://www.usp.br/pioneiros/n/arqs/tCorreia\\_dGouveia.doc](http://www.usp.br/pioneiros/n/arqs/tCorreia_dGouveia.doc)> Acesso 02 fev 2021.

COUTO, Leandro Freitas; RECH, Lucas Trentin. Desmonte Ativo no Governo Bolsonaro: Uma aproximação pela perspectiva orçamentária. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; SÁ E SILVA; Michelle de Moraes; LEOPOLDI, Maria Antonieta. **Desmonte e Reconfiguração de Políticas Públicas (2016-2022)**. 1a ed., Brasília: IPEA, 2023. pp: 443-474, ISBN: 978-65-5635-049-3. <<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-049-3/capitulo15>>.

CROSS, Di; THOMSON, Simon; SINCLAIR, Alexandra. **Research in Brazil**: a report for CAPES by Clarivate Analytics. Clarivate Analytics, 2018.

CRUZ, Camila Oliveira Silva. A Visão de Gilberto Freyre Sobre as Mulheres Negras em Casa Grande & Senzala: Um olhar crítico a partir da perspectiva negra. In: **Textos Graduados**, v. 7, n. 1, 2021.

DATA VIVA. **Perfil Geral do Município de Luzerna – SC**. [2020]. Disponível em: [dataviva.info/pt/location/5sc020216](http://dataviva.info/pt/location/5sc020216). Acesso em: 2 out. 2020.

DE NEGRI, Fernanda. Inovação Tecnológica e Exportações das Firms Brasileiras. In: XXXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA – ANPEC. Natal, RN, 2005. **Anais [...]**. Natal, RN, 2005.

DE NEGRI, Fernanda. **Por uma nova geração de políticas de inovação no Brasil**. In: TURCHI, Lenita Maria; MORAIS, J. Mauro. (org.). Políticas de apoio à inovação Tecnológica no Brasil: avanços recentes, limitações e propostas de ações. Brasília: IPEA, 2017. p. 25-46 . Disponível em: <<http://www.repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8125/1/Políticas%20de%20apoio%20à%20inovação%20tecnológica%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

DUTTA, Soumitra; LANVIN, Bruno; WUNSCH-VINCENT, Sacha. **Global Innovation Index 2020**: Who Will Finance Innovation? Executive Version. Ithaca, Fontainebleau, e Genebra: Cornell University, INSEAD, e WIPO. 2020. ISSN: 2263-3693. ISBN: 978-2-38192-001-6.

DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ROSSI, Pedro. **Austeridade e Retrocesso**: Impactos Sociais da Política Fiscal no Brasil. 1 ed. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, v. 1, 2018. ISBN: 879-85-9565-040-4.

ECONODATA. Prospecção de Inteligência de Mercado. **Indústria de Máquinas, Equipamentos, Fundição e Usinagem em Luzerna-SC**. 2020. Disponível em: <<https://trial.econodata.com.br/#/calculadora-mercado/free>>. Acesso em 01 ago. 2020.

ESPOSITO, Maurício. Desindustrialização no Brasil: uma análise a partir da perspectiva da formação nacional. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 46, jan-abr 2017. ISSN: 2595-6892.

FAGNANI, Eduardo. Projeto de País, Desigualdade e Poder da Desinformação. In: FPA - Fundação Perseu Abramo. **A Grande Sociedade**: Qual é o projeto de desenvolvimento para o futuro do Brasil? 2017.

FAGUNDES, L. M., & CACIATORI, E. G. A Dependência Econômica Brasileira: Entre o Caso das Commodities, a Financeirização do Capitalismo, a Desindustrialização e a Reprimarização da Economia. In: **Revista Direito e Justiça**: Reflexões Sociojurídicas, v.20, n. 38, 2020, pp: 207-229. <<https://doi.org/10.31512/rdj.v20i38.166>>.

FECOMÉRCIO-SC - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e Santa Catarina. **Força de trabalho em Santa Catarina: Relatório de competência do 4º trimestre de 2022.** Principais indicadores da força de trabalho em Santa Catarina melhoraram em 2022, mas rendimento ainda preocupa. mar. 2023. Disponível em: <[https://www.fecomercio-sc.com.br/wp-content/uploads/2023/03/PNAD\\_Continua\\_2022\\_4Trim.pdf](https://www.fecomercio-sc.com.br/wp-content/uploads/2023/03/PNAD_Continua_2022_4Trim.pdf)>. Acesso em 10 ago. 2023.

FERNANDES, Florestan. A Sociedade de Classes sob o Capitalismo Dependente. In: **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, 2. ed. rev. ampl. pp: 48-69.

FERNANDES, Silvia Brito. **Inovação Tecnológica nas PME e Dinâmica Regional em Portugal.** 2004. 211 páginas. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade do Algarve, Portugal, 2004.

FERREIRA, Jonathan Dias; SUBELDIA JR., Osca Luiz; SCHNEIDER, Mirian Beatriz. Política Industrial Brasileira Recente. In: **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 38, n. 2, pp. 173-185, 2016.

FIESC. Federação das Indústrias de Santa Catarina. Metalmecânica & Metalurgia e Bens de Capital. In: **Observatório FIESC.** 2020. Disponível em: <<https://www.observatoriofiesc.com.br/>>. Acesso em 19 set. 2020.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Liberações: Consultas Gerais.** 2023. Disponível em <[https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet\\_fnde.liberacoes\\_01\\_pc](https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_01_pc)>. Acesso em 10 ago. 2023.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48 ed. São Paulo: Global, [1933] 2003. ISBN: 85-260-0869-2.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano.** 1ª ed. digital. São Paulo: Global. [1936] 2013.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1959.

GALLAGHER, Scott; PARK, Seung Ho. Innovation and competition in standard-based industries: a historical analysis of the US home video game market. **IEEE Transactions on Engineering Management**, [s.l.], v. 49, n. 1, p. 67-82, 2002. Disponível em: <http://doi.org/10.1109/17.985749>. Acesso em: 21 ago. 2020.

GARCIA, Rosanna.; CALANTONE, Roger. A critical look at technological innovation typology and innovativeness terminology: a literature review. **Journal of Product Innovation Management**, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 110-132, 2002.

GILLIAM, Terry. **Brasil, o Filme.** 1985. Twentieth Century Fox. out. 1985. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ONhWPmMkAfw>>. Acesso em 12 jul 2020.

GLOBO. Lucro das maiores empresas estatais é o mais alto já registrado. In: **G1**. 28 mar 2019. Disponível: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/28/lucro-das-maioresempresas-estatais-e-o-mais-alto-ja-registrado.ghtml>> Acesso em 03 maio 2019.

GOULART FILHO, Alcides. A formação econômica de Santa Catarina. In: **Ensaio FEE**, v. 23, n. 2, pp: 977-1007. 2002. ISSN: 1980-2668.

GREGORY, Mike. Digital Transformation: Comentary. **Digital Transformation, Future Manufacturing and the IBM View**, Webinário Digital, UNESP e University of Birmingham, 21 out. 2020.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. In: **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 1, p. 189-207, 2017. <<https://doi.org/10.1590/0101-31572016v37n01a10>>.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama de Luzerna. In: **Cidades**. 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/luzerna/panorama>>. Acesso em 10 ago. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Central de Empresas**. 2019(c). Disponível em: <<https://ibge.gov.br/>>. Acesso em 21 jul. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Comércio, PMC: Resultados de Setembro de 2019**. 13 nov. 2019(b). Apresentação Formato PDF. 45 f. Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/2d0a95caa344372d95188f5f736a5b4e.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/2d0a95caa344372d95188f5f736a5b4e.pdf)>. Acesso em 02 jun. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB Brasil 1985 a 2003: Sistema de Contas Regionais - SCR**. (2004a). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=downloads>>. Acesso em 02 jun 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB Santa Catarina 1985 a 2003: Sistema de Contas Regionais - SCR**. (2004b). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=downloads>>. Acesso em 02 jun 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos Municípios: Luzerna. In: **Cidades**. (2020b). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/luzerna/pesquisa/38/46996>>. Acesso em 10 ago. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2019(a)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 130 p. ISBN 978-85-240-4511-0.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2019(a)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 130 p. ISBN 978-85-240-4511-0.

IFC - Instituição Fiscal Independente. **RAF Relatório de Acompanhamento Fiscal**. Dez. 2017, n. 11. Disponível em: <[https://static.poder360.com.br/2017/12/RAF11\\_DEZ\\_2017.pdf](https://static.poder360.com.br/2017/12/RAF11_DEZ_2017.pdf)>. Acesso em 10 ago. 2023.

INEP. **Ideb Resultados e Metas**: Rede Pública. 4ª série / 5º ano. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em 10 ago. 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Radar IDHM**: Evolução de seus Índices e Componentes no Período de 2012 a 2017. Brasília: IPEA: PNUD: FJP, 2019. 65 p. ISBN: 978-85-7811-350-6.

IRB – Instituto Rui Barbosa. **Índice de efetividade de gestão municipal**. 2019. Disponível em: <[https://www6.tce.ma.gov.br/iegm\\_util/ranking.zul](https://www6.tce.ma.gov.br/iegm_util/ranking.zul)>. Acesso em 28 set. 2020.

JACOSKI, Claudio Alcides *et al.* Análise do Desempenho da Inovação Regional - Um estudo de caso na Indústria. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, [s.l.], v. 11, n. 2, p. 71-88, 2014. ISSN 1809-2039. Disponível em: <https://doi.org/10.5773/rai.v11i2.1049>. Acesso em: 08 mar. 2021.

KRUGMAN, Paul. **Development, Geography and Economic Theory**. Cambridge: MIT Press, 1995.

LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise. Brasil anos 2000. A política social sob regência da financeirização. In: **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, v. 37, n. 2, maio/agosto, 2018, pp. 191-211. <<https://doi.org/10.25091/S01013300201800020004>>.

LINHARES, João Eduardo; SANTOS, Gilson Ditzel; MARINI, Marcos Junior; MENDES, Dreone. Governança e gestão inteligentes em municípios de pequeno porte: o caso de Luzerna (SC – Brasil). In: **DRd - Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 10, n. ed.esp., pp: 246-266, 2020. <<https://doi.org/10.24302/drd.v10ied.esp..3124>>.

LUZERNA. Prefeitura Municipal de Luzerna. **Dados estatísticos de compra e venda realizadas entre 2017 e 2019 por uma amostra de indústrias sediadas no município**. Planilha eletrônica em formato MS-Excel 2013®. 2020. (Disponibilizado diretamente ao autor).

MAIA, Bento Antunes de Andrade. Há desindustrialização no Brasil? Um estudo da abordagem clássica e de análises alternativas entre 1998 e 2014. In: **Economia e Sociedade**, v. 29, n. 2, p. 549-579, 2020. <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n2art08>>.

MANZANO, Marcelo. Aula 1: Estado Brasileiro e Desenvolvimento Capitalista. **Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas**. Flacso. Video, 20 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dpEzoRY4qkg>>. Acesso em 02 fev 2021.

MARION FILHO, Pascoal José; SONAGLIO, Cláudia Maria. Inovações Tecnológicas na Indústria de Móveis: uma avaliação a partir da concentração produtiva de Bento Gonçalves (RS). **Revista Brasileira de Inovação**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 93-118, 2010. ISSN: 2178-2822.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**: Tratado Introdotório. Natura Non Facit Saltum. Volume I. São Paulo: Nova Cultural. (1920[1996]). ISBN: 85-351-0913-7.

MARX, Karl; ENGELS; Friedrich. Burgueses e Proletários. In: MARX, Karl; ENGELS; Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Edição eletrônica, Ed. Ridendo Castigat Mores (2005 [1848]). pp: 07-27.

MATOS, Ana Luíza. **Teoria e Práticas de Políticas Públicas**. Aula 1. 14 maio 2019. Vídeo, 1h13min49s. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=sEKP\\_-Z1Dxg](https://www.youtube.com/watch?v=sEKP_-Z1Dxg)>. Acesso em 08 mar. 2021.

MEC – Ministério da Educação. **A Democratização e Expansão da Educação Superior no País 2003-2014**. Abr. 2015. Disponível em: <[www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192](http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192)>. Acesso em: 02 jul. 2020.

MIGLIOLI, Jorge. Dominação burguesa nas sociedades modernas. In: **Crítica marxista**, v. 22, pp: 13-31. 2006.

MONTENEGRO, Rosa Livia; GONÇALVES, Eduardo; ALMEIDA, Eduardo. Dinâmica Espacial e Temporal da Inovação no estado de São Paulo: uma análise das externalidades de diversificação e especialização. **Estudos Econômicos**, [s.l.], v. 41, n. 4, p. 743-776. 2011. ISSN: 1980-5357. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612011000400004>. Acesso em: 08 mar. 2021.

NECAT - Núcleo de Estudos de Economia Catarinense. **Produto Interno Bruto de Santa Catarina e do Brasil (2002-2017)**. Disponível em: <<https://necat.ufsc.br/pib-sc/>>. Acesso em 02 jun 2020.

NEUMANN, Larissa. Santa Catarina tem o 7º maior potencial de consumo do Brasil. In: **Diário Catarinense**. 15 maio 2019. Disponível em: <<https://www.nscototal.com.br/noticias/santa-catarina-tem-o-7o-maior-potencial-de-consumo-do-brasil>>. Acesso em 02 jun 2020.

NUNES, Selene Peres Peres; NUNES, Ricardo da Costa. O Processo Orçamentário na Lei de Responsabilidade: Instrumento de planejamento. In: **Administração Pública: direitos administrativos, financeiros e gestão pública: prática, inovações e polêmicas**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002.

OECD – Organisation for Economic Co-Operation and Development. **Oslo Manual 2018: Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation**, 4th Edition, The Measurement of Scientific, Technological and Innovation Activities. Luxemburgo; Paris: OECD Publishing; Eurostat, 2018. ISSN: 2413-2764. <<https://doi.org/10.1787/9789264304604-en>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

OREIRO, José Luis. **A Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento e o Novo-Desenvolvimentismo**. 2014. Disponível em: <[joseluisoreiro.com.br/site/link/c621d0ec3b2cfcaed8a074b3f6d2fcbe02da5c93.pdf](http://joseluisoreiro.com.br/site/link/c621d0ec3b2cfcaed8a074b3f6d2fcbe02da5c93.pdf)>. Acesso em 22 maio 2020.

PELLA, Antônio Fernando Costa. Relações Comerciais entre Brasil e China a Partir dos Anos 2000: Uma Análise do Conteúdo Tecnológico. **Revista de Estudos Sociais**, [s.l.], v. 21, n. 42, p. 138-160, 2019. DOI: Disponível em: <https://doi.org/10.19093/7389>. Acesso em: 08 mar. 2021.

PIRES, Roberto Rocha Coelho. Implementando desigualdades? Introdução a uma agenda de pesquisa sobre agentes estatais, representações sociais e (re) produção de desigualdades. In: **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 13. 2017. IPEA. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8108>>. acesso em 1o mar. 2021.

PORTER, Michael E. Clusters and the New Economics of Competition. In: **Harvard Business Review**, v. 76, n. 6, pp: 77-90, Nov. / Dez. 1998. ISSN: 0017-8012.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo** (Colônia). Rio de Janeiro: Editôra Brasiliense. 6a ed. 1961.

PROCHNIK, Victor; ARAÚJO, Rogério Dias de. Uma análise do baixo grau de inovação na indústria brasileira a partir do estudo das firmas menos inovadoras. In: PROCHNIK, Victor; ARAÚJO, Rogério Dias de. **Inovações, Padrões Tecnológicos e Desempenho das Firms Industriais Brasileiras**. Brasília: IPEA, 2005. p. 193-252.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva. 2008. ISBN: 978-9726622758.

RODRIGUES, Fabrício, O que faz municípios catarinenses serem líderes nacionais na proporção de startups por habitante. In: **SCINOVA**. 2019. Disponível: <<https://scinova.com.br/o-que-faz-municipios-catarinenses-serem-lideres-nacionais-na-proporcao-de-startups-por-habitante/>>. Acesso 25 jul 2020.

RODRIK, Dani. Premature deindustrialization. **Journal of Economic Growth**, [s.l.], v. 21, n. 1, p. 1-33, 2016, ISSN: 1573-7020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10887-015-9122-3>. Acesso em: 08 mar. 2021.

ROUBICECK, Marcelo. **Desigualdade de Gênero e Raça: o perfil da pobreza na crise**. In: Nexo Jornal, 25 abr 2021. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/25/Desigualdade-de-genero-e-raça-o-perfil-da-pobreza-na-crise>>. Acesso em 10 set. 2021.

SAID, Flávia. Maia sobre reforma administrativa: “Eu focaria nos novos servidores”. In: **Congresso em Foco**, 11 out 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/maia-sobre-reforma-administrativa-eu-focaria-nos-novos-servidores/>>. Acesso em 19 dez 2020.

SANTOS, Katia Cilene Goulart. Sistema de Avaliação do Impacto de Políticas Educacionais em Grupos de Municípios, Cidades Conurbadas e Regiões Metropolitanas. In: **CPITT**, v. 2, n. 2, dez. 2020. <<https://doi.org/10.21166/cpitt.v2i2.2048>>.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Do Laissez-Faire Repressivo à Cidadania em Recesso. In: **Cidadania e justiça no Brasil: A política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979. Capítulo 4. pp: 71-84. ISBN: 85-7001-024-9.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Mitologias Institucionais Brasileiras: do Leviatã paralítico ao Estado de natureza. In: **Estudos Avançados**, nº 7, v. 17, pp: 101-116. 1993.

SEBRAE/SC. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina. **Santa Catarina em Números**. Luzerna. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 133 pp.

SEBRAE-SC. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina. **Estudo Setorial Eletro-Metalmecânico de Santa Catarina**. Florianópolis: Sebrae-SC, 2015. 409p. Disponível em:

<[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/6bbce44751906c5fd7afc1e74a9a2bd1/\\$File/5743.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/6bbce44751906c5fd7afc1e74a9a2bd1/$File/5743.pdf)>. Acesso em 18 fev. 2020.

SILVA NÉTO, Ana Teresa; TEIXEIRA, Rivanda Meira Teixeira. Inovação de micro e pequenas empresas: mensuração do grau de inovação de empresas participantes do Projeto Agentes Locais de Inovação. **BR - Brazilian Business Review**, [s.l.], v. 11, n. 4, p. 1-29, 2014. ISSN: 1807-734X.

SILVA, Marco Túlio. Fatos e Fakes da Reforma Administrativa. In: **AFFEMG**. 10 nov 2020. Disponível em: <<https://www.affemg.com.br/blog/fatos-e-fakes-da-reforma-administrativa>>. Acesso em 19 dez 2020.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. A Evidência da Estrutura Produtiva Oca: o Estado do Rio de Janeiro como um dos epicentros da desindustrialização nacional. In: NETO, Aristides Monteiro; CASTRO, César Nunes; BRANDÃO, Carlos Antonio (orgs.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

SOUZA, Jessé de. **A radiografia do golpe**. São Paulo: Leya. 2016.

SOUZA, Jessé. **A guerra contra o Brasil**. Jessé Souza. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020. Recurso Digital Formato ePub. ISBN: 978-85-5608-059-2.

SOUZA, Jessé. A Má-Fé da Sociedade e a Naturalização da Ralé In: **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2009. pp: 403-431.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. In: **Tempo Social: Revista de Sociologia**, v. 12, n. 1, pp: 69-100, 2010. <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702000000100005>>.

STORPER, Michael. Globalization and the Institutions of Economic Development. In: COX, Kevin R. (Org). **Spaces of Globalization. Reasserting the Power of the Local**. New York: Guilford Press, 1997

SUZIGAN, Wilson, FURTADO, João; GARCIA, Renato; SAMPAIO, Sérgio. Clusters ou Sistemas Locais de Produção: Mapeamento, Tipologia e Sugestões de Políticas. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 24, n. 4, p: 548-570, 2004. <<https://doi.org/10.1590/0101-35172004-1606>>.

SUZIGAN, Wilson. **Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil**. Relatório Consolidado. Rio de Janeiro: IPEA. 2006.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João; GARCIA, Renato; SAMPAIO, Sérgio. Coeficientes de Gini locais (GL): aplicação à indústria de calçados do estado de São Paulo. In: **Anais do XXX Encontro Nacional de Economia**, Nova Friburgo, ANPEC, dez. 2002.

TARTARUGA, Iván Peyré; SPEROTTO, Fernanda Queiroz; GRIEBELER, Marcos Paulo. Mudanças tecnológicas e Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: o papel das Instituições de Ensino Superior para o desenvolvimento regional. **Parcerias Estratégicas**, [s.l.], v. 24, n. 49, p. 109-124, 2020. ISSN: 2176-9729.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luis Gonzaga de Mello. Notas Sobre o Processo de Industrialização Recente no Brasil In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 19, n. 1, 1979. ISSN 0034-7590.

TEIXEIRA, Francisco. Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional e Local: O que Podemos Aprender com os Arranjos Produtivos Locais (APLs)? In: **Organizações & Sociedade**, v. 15, pp: 57-75, 2008.

UNCTAD. **State of Commodity Dependence**, Issue, 2019. ISSN: 2663-712X. Genebra (Suíça): United Nations, 2019. ISBN: 978-92-1-004034-1.

VANDERBORGHT, Yannick; VAN PARIJS, Philippe. **Renda Básica de Cidadania: fundamentos éticos e econômicos**. pp: 13-28. Tradução Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. ISBN: 85-200-0660-4.

WAGLEY, C. (Ed.) **Race and class in rural Brazil**. Paris: UNESCO, 1952.

WANG, Yanling. Cheap Labor and China's Export Capacity. In: ZHANG, Kevin (org.). **China as the World Factory**. p: 69. Nova Yorque: Routledge, 2006. ISBN: 978-0-203-79952-9.

WINANT, Howard. **Racial Conditions: Politics, Theory, Comparisons**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

WORLD BANK. **Brazil GDP (current US\$)**. 2020. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/brazil>>. Acesso em 20 jul. 2020.

YANG, Chun; HE, Canfei. Transformation of China's 'World Factory': Production Relocation and Export Evolution of the Electronics Firms. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, [s.l.], 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/tesg.12222>. Acesso em: 08 mar. 2021.

ZAAK SARAIVA, Illyushin; BUTZEN, Eduardo; MOREJON, Camilo Freddy Mendoza. Educação Empreendedora na Base da Inovação: Análise de um Case de Sucesso no Empreendedorismo Catarinense de Base Universitária. In: **Cadernos de Prospecção**, v. 12, n. 5, 2019, pp: 1231-1243. <<http://dx.doi.org/10.9771/cp.v12i5%20Especial.32188>>.

ZAAK SARAIVA, Illyushin; MENDOZA MOREJON, Camilo Freddy. Una Empresa para Llamarla Propia: Startups, Emprendimiento de Base Universitaria y el 3er Rol de la Universidad como síntomas de reestructuración productiva y formación de mano de obra en el Capitalismo Dependiente. In: **XXXIII Congreso Latinoamericano de Sociología, Alas México 2022**, 14 al 19 de agosto de 2022. <<https://doi.org/10.13140/RG.2.2.22039.14249/1>>.

ZAAK SARAIVA, Illyushin; MOREJON, Camilo Freddy Mendoza. Concentração Industrial, Inovação Tecnológica e Economia do Conhecimento: Caracterizando o Arranjo Produtivo Eletrometalomecânico de Luzerna-SC. In: **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, dez. 2020. <<https://doi.org/10.13140/RG.2.2.35407.30888/2>>.

ZAAK SARAIVA, Illyushin; MOREJON, Camilo Freddy Mendoza. Prospecção Geoeconômica e do Grau de Inovação do APL Eletrometalomecânico de Luzerna – SC: estudo exploratório para a estratégia da inovação. In: **Cadernos de Prospecção**, v. 15, n. 3, p. 738–757, 2022. <<https://doi.org/10.9771/cp.v15i3.35896>>.

ZAAK SARAIVA, Illyushin; PEREIRA, Maurício. La Umbanda e el Candomblé como la Meta: La Violencia Cristiana contra las Religiones de Origen Africano como una Manifestación Socio-Histórica de la Disputa Étnica-Racial. In: XXXI Congreso Alas, Uruguay, 2017. **Acta Académica**. ISBN: 978-9974-8434-7-9. <<https://doi.org/10.13140/RG.2.2.17052.33924>>.